Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Rodolfo Souza Tavares

Os direitos LGBTI+ no Supremo Tribunal Federal (2011-2020)

Rio de Janeiro
2024

Rodolfo Souza Tavares

Os direitos LGBTI+ no Supremo Tribunal Federal (2011-2020)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Meireles

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

T231 Tavares, Rodolfo Souza.
Os direitos LGBTI+ no Supremo Tribunal Federal (2011-2020) / Rodolfo Souza Tavares. – 2024.
145f. : il.

Orientador: Fernando Meireles.
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos

1. Judicialização – Teses. 2.Minorias sexuais e de gênero – Teses. 3. Brasil. Supremo Tribunal Federal - Teses.4. Direitos fundamentais – Teses. I. Meireles, Fernando. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 342.726-055.4

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Rodolfo Souza Tavares

Os direitos LGBTI+ no Supremo Tribunal Federal (2011-2020)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 06 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Fernando Meireles (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

_____

Prof. Dr. Bruno Marques Schaefer

Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

_____

Prof. Dr. Fábio José Kerche Nunes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pelo financiamento da pesquisa. Sem isto, não haveria cursos, livros, deslocamentos ao IESP e muito menos uma dissertação.

Agradeço à minha família por todo apoio prestado nessa fase imprescindível de minha vida. À Maria, minha mãe, e à Aline, minha irmã, devo tudo.

Agradeço demais ao meu orientador, Prof. Fernando Meireles, por toda supervisão e revisão do trabalho, além dos incentivos e das aulas de Instituições Políticas, Lego I e Lego II. Foi uma orientação de fato não só em relação à escrita, mas também enquanto pesquisador. Seria impossível chegar até aqui sem a sua colaboração.

Ao Prof. Bruno Marques que participou de minha qualificação e acompanhou o trabalho de perto desde a disciplina Desenho de Pesquisa. Seus apontamentos foram valiosos para que esta dissertação se concretizasse.

Ao Prof. Fabio Kerche por ter aceitado participar da banca e contribuído com valiosas críticas e incentivos para a continuidade da pesquisa.

Ao Prof. Fernando Fontainha pelo impulso à reflexão e à pesquisa por meio da disciplina de Sociologia do Direito, na qual tive a oportunidade de entrar em contato com referências essenciais para a escrita deste texto.

Por fim, aos amigos do IESP, do trabalho e da vida que acompanharam os sofrimentos de finais de semestre, entrega de trabalhos e a escrita da dissertação: Aline, Ana Júlia, Frederico, Gabriela, Igor, Isabella, Jefferson, José, Júlia, Juliana Munhoz, Juliana Tardem, Leandro, Lívia, Matheus, Pedro, Rebecca, Sérgio, Thaiza e Túlio. Aqui se finda o “e aí amigo, como tá o mestrado?”.

RESUMO

TAVARES, Rodolfo Souza. *Os direitos LGBTI+ no Supremo Tribunal Federal (2011-2020).* Orientador: Fernando Meireles. 2024. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A pesquisa é voltada a compreender a efetivação de direitos LGBTI+ no Brasil via Supremo Tribunal Federal ao longo da última década. As ações analisadas são as dos julgamentos sobre união estável homoafetiva, retificação do registro civil de pessoas transgênero, criminalização da homotransfobia e doação de sangue por homens gays e bissexuais. As literaturas sobre judicialização da política e litigância estratégica dos movimentos sociais foram revisadas e uma combinação de métodos quantitativo e qualitativo foi empregada a fim de compreender o papel do Supremo, dos requerentes das ações e dos *amici curiae* enquanto atores políticos do processo desta conquista de direitos. A análise quantitativa dos textos dos acórdãos dos julgamentos oferece que argumentações foram mobilizadas pelos ministros do STF em seus votos enquanto as entrevistas em profundidade com os atores envolvidos nos julgamentos permitem compreender como foram conquistados os direitos. Um ministro do STF, advogados dos *amici curiae*, representantes de movimentos e ONGs LGBTI+ e de direitos humanos e outros atores relevantes selecionados estão entre os entrevistados. A multiplicidade de atores se reflete nas estratégias adotadas para a litigância de direitos LGBTI+ e nas percepções de ação do tribunal como um protetor de direitos fundamentais e um legislador.

Palavras-chave: poder judiciário; Supremo Tribunal Federal; direitos LGBTI+; judicialização da política; litigância estratégica.

ABSTRACT

TAVARES, Rodolfo Souza. *The LGBTI+ rights at the Brazilian Supreme Federal Court (2011-2020).* Orientador: Fernando Meireles. 2024. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This research aims to understand the enforcement of LGBTI+ rights in Brazil through the Supreme Federal Court over the last decade. The actions analyzed are the judgments on same-sex civil unions, rectification of the civil registry of transgender people, criminalization of homotransphobia, and blood donation by gay and bisexual men. The literature on the judicialization of politics and strategic litigation of social movements was reviewed, and a combination of quantitative and qualitative methods was used to understand the role of the Supreme Court, the plaintiffs, and the amici curiae as political actors in the process of this conquest of rights. The quantitative analysis of the texts of the judgments' decisions offers which arguments were mobilized by the STF ministers in their votes while the in-depth interviews with the actors involved in the judgments allow us to understand how the rights were conquered. A STF minister, lawyers for amici curiae, representatives of LGBTI+ and human rights movements and NGOs, and other relevant selected actors are among the interviewees. The multiplicity of actors is reflected in the strategies adopted for the litigation of LGBTI+ rights and in the perceptions of the court's action as a protector of fundamental rights and a legislator.

Keywords**:** judiciary; Supreme Federal Court; LGBTI+ rights; judicialization of politics; strategic litigation.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - Coocorrências do termo “discriminação”..... 77
Figura 2 - Coocorrências do termo “proteção”..... 78
Figura 3 - Coocorrências do termo “dignidade”..... 79
Figura 4 - Coocorrências do termo “reconhecimento”..... 79
Figura 5 - Coocorrências do termo “liberdade”..... 80
Figura 6 - Nuvem de palavras por pauta julgada. 81
Gráfico 1 - Os 30 termos mais frequentes nos acórdãos.....76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Amici curiae e advogados no julgamento da ADI 4.277/DF. 43
Quadro 2 - Amici curiae e advogados no julgamento da ADPF 132/DF. 43
Quadro 3 - Amici curiae e advogados no julgamento da ADI 5.543/DF. 45
Quadro 4 - Amici curiae e advogados do julgamento da ADI 4.275/DF. 47
Quadro 5 - Amici curiae e advogados do julgamento da ADO 26/DF..... 47
Quadro 6 - Amici curiae e advogados do julgamento do MI 4.733/DF. 49
Quadro 7 - Métodos de análise quantitativa de texto. 59
Quadro 8 - Pessoas entrevistadas. 65
Quadro 9 - Termos mais frequentes dos acórdãos. 74
Quadro 10 - Matriz de similaridade. 82
Quadro 11 – Convergências e divergências entre entrevistados 116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo
ABIA	Associação Interdisciplinar de AIDS
ABRAFH	Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas
AIESP	Associação de Incentivo à Educação e Saúde de São Paulo
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANOREG	Associação dos Notários e Registradores do Brasil
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ASSTRAV	Associação de Travestis e Transexuais de Minas Gerais
ADC	Ação Declaratória de Constitucionalidade
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CELLOS	Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CFM	Conselho Federal de Medicina
CLAM	Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos
CNBB	Confederação Nacional de Bispos do Brasil
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
EDH	Escritório de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais
GADvS	Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero
GDN	Grupo Diversidade Niterói
GGB	Grupo Gay da Bahia
HC	Habeas corpus
HSH	Homens que fazem sexo com outros homens
IBDFAM	Instituto Brasileiro de Direito de Família

INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexo e demais orientações sexuais e identidades de gênero
LIDIS	Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos
MI	Mandado de injunção
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não-Governamental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PGE	Procuradoria-Geral do Estado
PGR	Procuradoria-Geral da República
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PPS	Partido Popular Socialista
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RDC	Resolução de Diretoria Colegiada
RE	Recurso Extraordinário
SBDP	Sociedade Brasileira de Direito Público
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
STF	Supremo Tribunal Federal
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	**O ENCONTRO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E DO DIREITO NOS TRIBUNAIS**.....	17
1.1	**Judicialização da política e ativismo judicial**.....	18
1.1.1	Os debates sobre judicialização da política no Brasil.....	19
1.1.2	As perspectivas do debate.....	22
1.1.3	O Supremo Tribunal Federal na literatura de judicialização da política	24
1.2	**A teoria da mobilização legal e a litigância estratégica por grupos de interesse**.....	31
1.3	**O litígio estratégico em direitos humanos e direitos LGBTI+**.....	33
1.4	**Os direitos LGBTI+ no Brasil**.....	38
1.5	**Os atores**.....	40
1.6	**Os instrumentos jurídicos**.....	50
1.6.1	Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	51
1.6.2	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	52
1.6.3	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	53
1.6.4	Mandado de Injunção.....	53
2	**Metodologia**.....	55
2.1	**Análise quantitativa de texto**.....	55
2.2	**Entrevistas em profundidade**.....	60
2.3	**Um acordo de conciliação entre os métodos quantitativo e qualitativo**.....	68
3	**O STF: guardião constitucional ou legislador?**	72
3.1	**Os acórdãos**.....	73
3.2	**Os amigos da Corte falam**.....	82
3.2.1	União estável homoafetiva.....	83
3.2.2	Retificação do registro civil por pessoas transgênero.....	97
3.2.3	Criminalização da homofobia e transfobia.....	100
3.2.4	Doação de sangue por homens gays e bissexuais.....	110
3.3	**O STF e os direitos LGBTI+ na visão de um ministro**.....	113
3.4	**Uma década de conquistas? Os significados de reivindicação de direitos no Supremo Tribunal Federal**.....	117

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 135
REFERÊNCIAS..... 137
APÊNDICE A - Roteiro para ministros do STF..... 141
APÊNDICE B - Roteiro para advogados..... 142
APÊNDICE C - Roteiro para representantes de movimentos LGBTI+..... 143
APÊNDICE D - Roteiro para governador do Rio de Janeiro..... 144
APÊNDICE E - Roteiro para procuradora-geral do Rio de Janeiro.... 145

INTRODUÇÃO

Como o Poder Judiciário se torna um ator e espaço político para reivindicação de direitos? A população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo, denominada doravante pela sigla LGBTI+, conheceu um avanço significativo de direitos na década de 2010 devido aos diversos julgamentos de ações impetradas por instituições do Estado, partidos políticos e movimentos sociais no Supremo Tribunal Federal (STF). A percepção de possibilidade de vitórias nas ações judiciais em uma nova arena política pelos movimentos sociais impulsionou esse deslocamento de estratégia de articulações do Congresso Nacional para o Supremo Tribunal Federal.

Há pouco mais de três décadas se ampliou nas Ciências Sociais o debate em torno do papel do Judiciário nos Estados democráticos e a expansão de suas funções. A inserção do Supremo Tribunal Federal no cenário político como ator político e influente na vida pública tem sido alvo de pesquisas que relacionam a judicialização da política à configuração do sistema político e às prerrogativas institucionais que asseguram a atuação independente do Poder Judiciário. No entanto, a literatura expandiu tal conceito a ponto de surgirem diversos problemas na área para ampliar o entendimento sobre os atores, instrumentos e processos. A mobilização do direito por meio dos movimentos sociais reformulou o pensamento sobre o uso estratégico dos tribunais para a conquista de direitos negados ou preteridos pelo Executivo e o Legislativo. Diante do cenário em que se encontra a garantia dos direitos LGBTI+ exclusivamente via Judiciário no Brasil, é possível discutir tal panorama sob a literatura sobre judicialização da política e de litigância estratégica. Meu propósito é compreender a conquista dos direitos LGBTI+ ao longo da década passada e a incidência da expansão do Poder Judiciário e da litigância estratégica nestes processos. Desta forma, a pesquisa colabora nas discussões sobre os usos políticos do Poder Judiciário e as agendas e estratégias dos movimentos sociais a partir dos casos dos direitos LGBTI+.

A escolha por analisar apenas os julgamentos realizados no Plenário do Supremo Tribunal Federal não é ao acaso. Neste espaço, apenas entre os anos de 2011 e 2020, o Brasil assistiu a conquista de direitos como a união estável e casamento homoafetivos, a não restrição de doação de sangue de homens gays e bissexuais, a criminalização da homofobia e da transfobia com base na Lei do Racismo e a retificação do nome de registro civil de pessoas transgênero sem necessidade de autorização judicial, laudo médico ou

realização de cirurgia de redesignação sexual. E este volume de direitos conquistados pode ser analisado pela ampla concepção visitada sobre a mobilização do direito pelos movimentos LGBTI+ dentro e fora de institucionalidades no terreno da juridicidade que adentrou a linguagem e estratégias de luta adotadas para a promoção da agenda de igualdade, da não-discriminação e do reconhecimento pleno da cidadania da população LGBTI+ brasileira. Os atores políticos, para além dos ministros do STF, são instituições do Estado, partidos políticos e movimentos sociais que atuaram ora como requerentes das ações, ora como *amici curiae*. As estratégias e alianças movidas entre os atores foram responsáveis pelas vitórias judiciais, conforme será descrito. Até o ano de 2020, as decisões no STF estiveram sempre em favor dos requerimentos para afirmar um direito por omissão legislativa ou por lacuna constitucional.

A corrente interpretativa que explora apenas a expansão de atuação do Judiciário pelo ativismo judicial não concebe as relações sociais e políticas de integrantes de movimentos e suas táticas para a efetivação de direitos. O fato de uma entidade não ser a impetrante das ações que culminaram no reconhecimento de direitos da população LGBTI+ não significa que os movimentos estão alheios ou não se utilizam de estratégias políticas para a conquista de suas bandeiras. O litígio estratégico adotado para a conquista de direitos LGBTI+ na última década – e ainda não findado - pode ser compreendido na perspectiva de que estes movimentos LGBTI+ se compõem de militantes organizados em setoriais partidários, grupos de advogados conectados diretamente com a causa ou ainda aos Direitos Humanos e pessoas aliadas em posições de poder nas instituições que vivem ainda um processo de reconstrução democrática.

Esta pesquisa descritiva-exploratória está dividida em três capítulos de forma a responder à pergunta central e outros problemas que surgem a partir dela: quem são os atores que acionam o Judiciário, que tipos de instrumentos utilizam, quais as articulações e discursos são mobilizados e qual a percepção sobre o papel do Judiciário. No capítulo 1, revisito a literatura que trata dos conceitos de judicialização da política e de mobilização legal, levanto as principais referências para o entendimento dos litígios sobre os direitos LGBTI+ no Brasil, uma breve explanação sobre a figura *amici curiae*, os atores dos julgamentos e os instrumentos jurídicos utilizados pelos requerentes. No capítulo 2, trato da combinação de métodos mistos utilizados na pesquisa – a análise quantitativa de texto no R Studio e as entrevistas em profundidade. Enquanto a primeira abordagem serviu para identificar possíveis padrões de argumentação jurídica favoráveis aos direitos LGBTI+ no Supremo, a segunda permitiu a compreensão do processo de conquista de

direitos que envolve os atores registrados nas fontes escritas e nas memórias dos entrevistados. Por fim, no capítulo 3, entrego os resultados da análise quantitativa dos textos dos acórdãos e das entrevistas com advogados, representantes de movimento social, ministro, governador e demais atores relevantes para responder não apenas ao problema de pesquisa, mas outras questões que surgem no decorrer dela.

De antemão, é possível responder que o primeiro julgamento sobre união estável homoafetiva foi essencial para que os demais pudessem não apenas serem realizados, mas também que fossem vitoriosos. Neste, parte dos movimentos LGBTI+ havia buscado por atores constitucionalmente legitimados a provocar o Supremo a fim de reivindicar este direito. O resultado unânime favorável no Supremo surpreendeu a todos, o que levou a uma aprendizagem sobre litigâncias estratégicas por parte dos movimentos. Ao longo da década passada, redes de advogados foram constituídas, lideranças de movimentos LGBTI+ tornaram-se conhecidas por ministros do Supremo, mapeamento de votos dos ministros passou a ser realizado e a interação entre advogados dos movimentos LGBTI+ foi essencial para a construção da defesa dos direitos LGBTI+ no STF. Os votos dos ministros do STF evocam a defesa dos direitos fundamentais e dos direitos humanos para decidir favoravelmente ao que é reivindicado. Há uma convergência de discurso até determinado ponto: se todos os entrevistados enxergam o tribunal como guardião da Constituição, uma pequena parte percebe seu papel controverso de legislador. A confiança na defesa intransigente do tribunal vem acompanhada por certa cautela mais recente por parte dos entrevistados. Ainda assim, o Judiciário é percebido como a arena mais favorável e central entre os três poderes para a efetivação dos direitos LGBTI+ no Brasil.

1. O ENCONTRO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E DO DIREITO NOS TRIBUNAIS

Neste capítulo, exploro uma discussão na literatura de temas cruciais para compreender os julgamentos sobre direitos LGBTI+ no Supremo Tribunal Federal entre 2011 e 2020: a judicialização da política, o ativismo judicial e a litigância estratégica. Para além destes três tópicos, ainda abordo que atores foram identificados nos acórdãos e de que tipos de ação se utilizaram para provocar o Judiciário a discutir e julgar os seguintes direitos: a união estável entre pessoas do mesmo sexo, a doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens (HSH), a retificação do registro civil por pessoas transgênero e a criminalização da homofobia e da transfobia.

Desde o redesenho institucional trazido pela Constituição de 1988 quanto ao controle concentrado de constitucionalidade, o STF emergiu como um ator político relevante com mais destaque em relação a outras décadas, muitas vezes arbitrando conflitos sociais e suprindo lacunas deixadas pelo Legislativo. Contudo, como será debatido, essa atuação não ocorre sem controvérsias, especialmente quando se trata da crítica ao ativismo judicial e sua influência sobre a democracia representativa.

Adicionalmente, aprofundo as discussões sobre estratégias de outros atores, como movimentos sociais e grupos de interesse, que utilizam os tribunais para avançar suas agendas, ilustrando essa dinâmica com estudos de casos e litígios estratégicos. Essa abordagem permite compreender como o Judiciário se tornou uma arena legítima para reivindicações de direitos.

Ao longo deste capítulo, apresentarei uma breve discussão de literatura para revisitar conceitos e perspectivas sobre a atuação do Poder Judiciário e a interlocução com demais atores políticos. A interface entre o Direito e a Ciência Política abriu um leque de possibilidades de debates na academia e atuação dos profissionais das duas áreas por motivações distintas, e uma delas é o centro do debate aqui estabelecido: por que o Supremo Tribunal Federal se tornou um ator e um espaço político relevante para a reivindicação de direitos?

Esta discussão suscita ainda outros debates, como os instrumentos jurídicos mobilizados para a conquista de direitos e a ação dos atores litigantes e as figuras dos *amici curiae*, composto por movimentos sociais LGBTI+, organizações não-

governamentais de defesa dos direitos humanos e LGBTI+ e acadêmicos, os quais serão explicitados ao longo deste capítulo.

1.1. Judicialização da política e ativismo judicial

A judicialização da política, fenômeno analisado desde a década de 1980, se caracteriza pela atuação do Judiciário frente a omissão ou ação insuficiente dos Poderes Legislativo e Executivo bem como pelo desenho institucional que o constitui como formulador de política pública, partindo do pressuposto de que a democracia não se enfraquece. Mas não apenas isso, pois o conceito tem sido utilizado e reinventado desde então por pesquisadores da Ciência Política, Sociologia, Direito, Administração e áreas afins numa polissemia e trajetória distinta. Silva (2022) verificou por meio de uma revisão sistemática de bibliografia que o conceito de judicialização da política em pesquisas sobre o Supremo perdeu lugar principalmente após as críticas de operacionalização do conceito na década de 2010. Essas críticas levaram a uma diminuição do uso do termo na literatura acadêmica, refletindo uma mudança nas abordagens teóricas e metodológicas, voltadas para as estratégias de outros atores e por uma substituição dos conceitos nas pesquisas em Ciências Sociais.

Ainda de acordo com Silva (2022), na década de 1980, o conceito de judicialização da política passou a ser mobilizado por Vallinder (1994), cujo entendimento era a de que esse fenômeno se referia à crescente influência dos tribunais nas decisões políticas e sociais cabíveis às casas legislativas e ao procedimento judicial incorporado por instituições não judiciais. Por sua vez, Tate (1995) em suas contribuições, buscou transformar a definição de judicialização proposta por Vallinder (1994) em uma hipótese orientada ao teste empírico de uma teoria, além de elaborar quais as condições necessárias para a judicialização: existência de democracia, a separação de poderes, direitos políticos inseridos na Constituição, o avanço de grupos de interesse ou partidos de oposição sobre os tribunais, a ineficácia das maiorias governamentais, a opinião pública favorável aos tribunais e a delegação de poderes formais a instituições judiciais. Essa abordagem permite que a definição de judicialização fosse testada empiricamente por tornar uma hipótese falseável, o que era um avanço significativo na análise do fenômeno.

1.1.1. Os debates sobre judicialização da política no Brasil

Desde as formulações de Tate e Vallinder (1995), o conceito de judicialização da política passou a ser entendido sob diversas perspectivas que levavam em conta os procedimentos, atores e espaços do Judiciário atuantes. A colaboração entre os dois citados, especialmente em contextos de estudos comparativos, ajudou a estabelecer um quadro teórico que influenciou a análise da judicialização em diferentes contextos, incluindo o Brasil. A recepção do conceito de judicialização no Brasil, conforme discutido por Silva (2022), encontrou um campo em formação, e a introdução das ideias de Tate e Vallinder (1995) contribuiu para a construção desse campo, embora a literatura brasileira tenha evoluído de maneira a se distanciar do conceito ao longo do tempo, principalmente após o trabalho de Luiz Weneck Vianna e de Rogério Bastos Arantes. A partir de 2010, a crítica ao conceito de judicialização se intensificou, levando a uma reavaliação de sua relevância nas análises sobre o STF e o conceito "já não designa um conceito operacional, limitando-se a seu sentido lexicográfico"[1].

A identificação de outros atores para além dos juízes, como a dos membros do Ministério Público, e as interpretações da Constituição de 1988 favoreceram a transformação dos tribunais em espaços legítimos de reivindicação de direitos e de politização. Contudo, outras questões surgiram a partir destas leituras do conceito, tais como quem seriam os agentes a judicializar e politizar os tribunais. Estes problemas trouxeram novas críticas na literatura e evidenciaram limitações da operacionalização do conceito, conforma o entendimento de Silva (2022). Em relação ao papel do Supremo Tribunal Federal na política brasileira, o autor compila trabalhos das décadas de 2000 e 2010 que demonstram empiricamente que o STF não altera políticas vigentes e age mais na sustentação, a não ser quando a pauta é a regulação da administração pública. Ainda assim, não é negado que atores judiciais tenham sido relevantes na política brasileira.

Os estudos sobre judicialização e ações de inconstitucionalidade dos anos 1990 e 2000 deram lugar às pesquisas sobre os *amici curiae*, audiências públicas e formas de acionamento do STF, nos quais os termos grupos de pressão, grupos de interesse e lobby passaram a ter mais frequência nas publicações (SILVA, 2022). E a visão do Supremo como ator em vez de instrumento passou a ser mais bem considerada nos estudos sobre a

[1] SILVA, Jeferson Mariano. Depois da "judicialização": um mapa bibliográfico do Supremo. Revista de Sociologia e Política, v. 30, p. 1, 2022.

relação com outras instituições e poderes, uma vez que estas pesquisas evidenciavam que a judicialização não partia dos magistrados. Deste modo, a análise de Silva (2022) nos revela que, embora o conceito de "judicialização da política" tenha sido amplamente discutido nas décadas de 1990 e 2000, sua relevância e capacidade de agregar a produção científica sobre o STF diminuíram significativamente. Mas por quê?

Na literatura sobre judicialização da política, em geral, uma decisão em tribunal judicial seria sempre política porque atende a determinado interesse na busca por direitos (CASTRO, 1996). O processo histórico de construção do Poder Judiciário, a ampliação do acesso ao sistema de justiça pela sociedade – com adendo ao lugar conquistado pelos movimentos sociais neste sistema – e as batalhas judiciais travadas para a efetivação de direitos civis e sociais podem ser apontados como aspectos desse quadro de protagonismo do Judiciário. Ademais, ao agir sobre questões relevantes para a sociedade em que Legislativo ou o Executivo foram omissos e/ou não deram resposta adequada às demandas levadas pela sociedade civil organizada, o Judiciário influi e decide sobre tais temas relevantes e gera resposta dos outros poderes, tornando-se, deste modo, uma arena de decisão política legitimada pela sociedade (OLIVEIRA, 2019).

Segundo Vianna et al. (1999), uma agenda de política de welfare state que ganhou força diante os partidos e os poderes foi a da igualdade, que permitiu ao Judiciário maior controle do poder político produzido – ou ainda, pela omissão na produção de igualdade de direitos. Aliás, cabe salientar como o Estado passou a produzir a política na linguagem do direito, o que também permitiu maior assimilação do Judiciário na gestão pública. A instituição do welfare state e as experiências fascistas alavancaram a agenda de igualdade de direitos, uma vez que correntes humanistas inscreveram princípios fundamentais nas novas Constituições em um mundo cada vez mais globalizado e focado nas discussões sobre direitos humanos. A regulação destes no Judiciário colaborou para a conformação de grupos sociais organizados em torno de reivindicações por direitos e cidadania e estabelecimento de uma nova relação entre sociedade e justiça: no lugar de partidos, os indivíduos e grupos sociais identificados por carência de algum direito agora se voltariam diretamente ao Judiciário para efetivar seus direitos. Ao analisarem a formação da Constituição de 1988, num país de transição de regime autoritário para uma democracia que carecia de formação de cidadania, a Constituição aberta poderia ser inefetiva tanto que os princípios fundamentais presentes em nossa Constituição foram inscritos de forma que as gerações futuras pudessem efetivá-las, algo que não seria alcançado de imediato.

Ainda para Vianna et al. (1999), a década de 90 assistiu uma judicialização da política evocada por minorias parlamentares, que ao não obterem êxito nas articulações políticas do Congresso, visavam derrubar decretos via Judiciário, para além do já previsto fenômeno de efetivação de cidadania dos setores mais vulneráveis da população no acesso aos seus direitos fundamentais. O mesmo fenômeno também é observado por Carvalho (2004) ao demonstrar que entre 1988 e 1998, 74% das ADIs impetradas no STF tinham como requerentes os partidos de oposição ao governo. Havia uma leitura de que a judicialização da política prejudicaria a democracia porque não haveria a formação de cidadãos, mas também que a política adentraria todas as áreas e percebem que no contexto brasileiro pós-ditadura, para que exista uma ampla democracia, seria preciso democratizar o acesso à justiça e que os direitos fundamentais inscritos em nossa Constituição estejam sob a proteção do Supremo a fim de que minorias não fossem excluídas da participação e deliberação democráticas.

Carvalho (2004) retoma o debate sobre a judicialização da política, procurando uma nova abordagem sobre o fenômeno. Para além de examinar as condições políticas que possibilitam a judicialização no Brasil, as quais verifica que estão todas presentes, busca também analisar a efetividade da expansão do poder judicial no país e explorar outras perspectivas teóricas para compreender esse processo. O autor discute a necessidade de uma abordagem que vá além do aumento do número de processos judiciais como indicativo de judicialização, questionando até que ponto os juízes influenciam políticas públicas de forma substantiva. Se o número de ações judiciais aumentou, não se pode concluir a partir disto que a judicialização da política é um fenômeno presente por este argumento visto que o percentual de julgamento de mérito das ações é baixo – sobre as ADIs, a taxa é de 13,5%. Por isso, Carvalho (2004) chama a atenção em sua pesquisa sobre as abordagens do comportamento judicial para analisar a judicialização da política: o modelo atitudinal, que media a preferência ideológica dos ministros da Suprema Corte estadunidense por meio de textos publicados antes de assumirem o cargo, e o modelo estratégico de comportamento judicial, em que os julgamentos podem apontar a tomada de decisão do juiz de acordo com uma estratégia que antecipe possíveis reações da opinião pública e de outros atores políticos relevantes no processo. Contudo, para uma análise sobre o STF, deveria ser considerado o desenho institucional que diferencia o caso brasileiro em relação aos tribunais americanos e europeus.

1.1.2. As perspectivas do debate

Tanto em Vianna *et. al.* quanto em Carvalho (2004), é possível observar o debate sobre a judicialização da política por duas perspectivas: a normativa, focada na supremacia constitucional sobre as decisões parlamentares e as questões democráticas associadas, na qual estão situados Dworkin (1994) e Cappelletti (1993), e a analítica, que examina os mecanismos e as condições institucionais que propiciam a judicialização, na qual Habermas (1997) e Garapon (1999) se encaixam. Vianna *et. al.* (1999) já havia identificado dois eixos analíticos da relação entre a política e o direito: entre os procedimentalistas estão Habermas (1997) e Garapon (1999), e nos substancialistas, Cappelletti (1993) e Dworkin (1994). Enquanto os primeiros adotam a visão de que o Estado deveria prover meios para formação de cidadania ativa no lugar de clientes que buscam satisfazer suas vontades – e não formar a vontade do soberano -, os últimos percebem que a judicialização é um fenômeno praticamente inevitável e fortalecido pela agenda de igualdade de direitos. Os dois eixos convergem na descrição do Judiciário como poder que autonomizou cidadãos e saiu fortalecido nas democracias.

Os procedimentalistas são assim denominados por pensar que procedimentos são possíveis para retirar o Judiciário da política e transformar a relação entre cidadãos e justiça. Na leitura de Garapon (1999), há a perspectiva de que a liberalização desvinculou cidadãos de movimentos e o Estado social deu noção de que a justiça distributiva poderia provê-los de suas necessidades. Soma-se a isso à leitura de que o Legislativo não responde aos anseios dos indivíduos, o que gera desconfiança e abandono, e a lei não seria mais o resultado coletivo de vozes da população. O Judiciário, para além de tomar competências legislativas, ganha a confiança por atender as expectativas de direito e tutelar diretamente as pessoas. A cidadania ativa sai enfraquecida porque a relação entre indivíduos e justiça substitui o ator cidadão por sujeito de direitos. É este quadro de existência de uma clientela satisfeita pelas respostas da justiça de acordo com suas demandas que enfraquece a democracia representativa – o legislador e o soberano são substituídos pela figura do juiz e a ação julgada toma o papel da lei como expressão da vontade. A comunidade política é esfacelada e, para contornar este cenário, Garapon (1999) sugere que somente o fortalecimento da democracia deliberativa e da reconfiguração do papel do juiz fora da política como de proteção das relações em vez de salvação.

Ainda entre procedimentalistas, mas em Habermas (1997), os autores identificam uma divergência no papel dos indivíduos em relação à leitura de Garapon (1999). Não existiriam os clientes que estão na expectativa de receber respostas por seus direitos, mas atores autônomos que não apenas se comunicam diretamente como também agem no centro das decisões políticas. Aparece na leitura habermasiana a figura da Corte Constitucional que formaria opinião e vontade, mas não teria a competência do legislador e nem traria para seu entorno o cidadão, desta vez com voz ativa e igualdade de participação na comunidade política que forma a vontade do soberano - algo muito próximo de Rousseau -, porém com a formação de um consenso de opinião anterior à formação da vontade. A solução de Habermas (1997) para que o judiciário permaneça fora da política seria articular as democracias representativa e deliberativa de modo que soberano e os legisladores voltem a ser expressões da vontade formadora de consensos. Os autores notam que o ativismo judicial existiria apenas para garantir, portanto, tais procedimentos.

Por sua vez, os substancialistas lidos são Mauro Cappelleti e Ronald Dworkin (1994). É de fato um outro polo de leitura sobre o fenômeno da judicialização pois enxergam que as democracias a comportam de modo que a representação exclui minorias de participação ou de formação de consenso, como seria em Habermas (1997). É caracterizada por ser uma leitura mais pragmática e empírica da análise do legislativo por Cappelleti e da Suprema Corte, por Dworkin (1994). Mauro Cappelleti mobiliza leituras da ciência política sobre representação para discorrer sobre a criação jurisprudencial do direito. Por esta perspectiva, o Legislativo e o Executivo que são centros decisórios de poder e criadores de poder político são tomados por grupos diversos que agem conforme seus interesses e contribuem para a exclusão de minorias da vontade da maioria, e que elas são, por sua vez, acolhidas no Judiciário.

Vianna *et. al.* (1999) vão ainda um pouco além ao afirmar que a mera criação de lei não seria democrática porque este legislador representa uma maioria que desprotege a minoria. Para Cappelletti (1993), o Judiciário garante que as minorias tenham voz e participação no poder política, direito que a elas foi alijada. Já Dworkin (1994), ao pesquisar sobre Suprema Corte, adota uma teoria construtivista do direito, ainda que admita que os juízes deveriam garantir o processo legislativo democrático e deixar nesta ocasião o ativismo. Os legisladores agiriam junto da vontade da maioria para não serem percebidos em contraposição a ela e perder reeleições, e os juízes não estariam, deste modo, abaixo deles para formular política. Vianna *et. al.* (1999) evocam um exemplo de

recusa para recepção de nipo-americanos em solo americano para demonstrar como a falta de ativismo pode ser catastrófica. Haveria, para ele, um caráter permanente de transformação social e proteção das minorias pelo direito por assimilar a figura de Hércules com o da justiça.

Uma vez que o tempo é importante na leitura de Dworkin (1994) para esta transformação do Judiciário de acordo com a cultura política de cada período – mas com referência em princípios fundamentais que não o tornem tirânico –, os indivíduos seriam, nesta situação, livres e iguais por conta da atuação dos juízes que, para além de interpretar, lançariam luz sobre a vontade geral com base nos direitos fundamentais nas Constituições modernas. Para os substancialistas, portanto, a criação jurisprudencial de direitos, principalmente em hard cases, gera os sentidos de relação da sociedade com o Estado e seu próprio tempo e rejeitam uma visão meramente procedimental da política. A análise também inclui fatores internacionais, como a queda do comunismo e a influência dos Estados Unidos em novos sistemas democráticos, além da globalização dos direitos humanos.

1.1.3. O Supremo Tribunal Federal na literatura de judicialização da política

Para Veríssimo (2008), com a ampliação das funções do STF pós-1988, especialmente em seu papel de guardião da Constituição, o tribunal assumiu um protagonismo inédito, transformando-se em uma das principais instâncias políticas do país. Existiria, para ele, um ativismo judicial à brasileira dada a produtividade dos ministros do STF em julgar mais casos que demais tribunais do país e de outros países ocidentais. O arranjo constitucional de 1988 aumentou significativamente o acesso ao STF, eliminando barreiras como a "arguição de relevância" e ampliando o rol de legitimados para ações diretas de inconstitucionalidade. Esse contexto facilitou a entrada de inúmeros casos no tribunal, causando uma sobrecarga de processos. Segundo Veríssimo (2008), o STF passou de cerca de 20 mil casos anuais na década de 1980 para mais de 100 mil casos nos anos 2000, o que forçou o tribunal a se dividir entre decisões de grande relevância política e uma "terceira instância" rotineira de disputas comuns – ainda que não exista uma terceira instância na Constituição –, prejudicando seu papel de corte constitucional.

Para lidar com essa sobrecarga, Veríssimo (2008) sugeriu a criação de filtros processuais que reduzam o volume de casos e restrinjam a atuação do STF aos temas mais fundamentais e de impacto social. Além disso, menciona a possibilidade de transformar o STF em uma corte constitucional no modelo europeu, com características de corte especializada em constitucionalidade e mandatos fixos para seus ministros, mas aponta que essa mudança exigiria adaptações para o contexto brasileiro. Para ele, o modelo brasileiro de controle de constitucionalidade é híbrido, uma combinação de características dos sistemas europeu e norte-americano, e que o STF precisa de uma reforma para atuar de forma mais seletiva e eficiente. E todas estas características compõem o ativismo judicial à brasileira, como ele define.

Por sua vez, Madeira (2014) explora o papel político do Supremo Tribunal Federal nas decisões sobre políticas sociais no Brasil, especialmente nos campos da saúde, educação e assistência social, a fim de investigar como o tribunal agiu na fase de implementação, embora possa atuar em momento anterior a ela, destas políticas em um cenário de crescente judicialização. A despeito do Judiciário de países latino-americanos, no Brasil este poder tem se mostrado independente e estável. Nesse contexto, o STF exerce sua influência ao decidir sobre direitos econômicos e sociais tanto por conta da competência originária em receber ações demandadas por partidos, instituições e uma parcela de movimentos que podem acioná-lo diretamente quanto de sua característica recursal. O STF desempenharia mais um papel de controle e garantia de direitos, com intervenções que, por vezes, substituem decisões políticas não tomadas pelos outros poderes.

A análise de Madeira (2014) sobre as decisões do STF destaca a significativa participação do tribunal em demandas sociais – acesso a medicamentos, matrículas na rede pública e direito a benefícios da Previdência Social – as quais são demandadas por cidadãos e movimentos. Contudo, ao analisar o número de ações julgadas, dentre ADI, ADO, ADC e outras, pelo STF entre 2003 e 2013, a autora observa uma queda a partir de 2008, ano em que se estabeleceu a repercussão geral dos julgados. Além disso, as matérias julgadas sobre implementação de políticas públicas mostram que o STF age na garantia da governabilidade por assegurar a continuidade das políticas elaboradas e executadas. Madeira (2014) ainda chama a atenção para um possível recuo dos atores devido os dados que mostram a diminuição da impetração de ações.

Contudo, a maioria dos trabalhos voltam-se para a análise das ADIs, o que é o problema central da pesquisa desenvolvida por Ribeiro e Arguelhes (2019). De acordo

com os autores, a judicialização não pode ser compreendida apenas por meio das ADIs, sendo necessário considerar uma variedade de classes processuais e a diversidade de atores que podem acessar o STF. Nesse sentido, o acesso ao STF não se limita a um grupo restrito de atores, pois tanto indivíduos quanto coletivos podem mobilizar o Judiciário em diferentes contextos. Além disso, as motivações que levam os atores a acionarem o STF, listadas abaixo, são influenciadas por fatores institucionais e conjunturais, mostrando que o desenho institucional trazido pela Constituição não explica completamente por que o STF é acionado:

> i) correlação de forças entre os atores relevantes (posição de poder dos atores no processo decisório); ii) distância de suas preferências a respeito do objeto a ser judicializado; iii) grau de coesão interna no caso de atores coletivos (partidos, associações e coalizões, por exemplo); e iv) saliência política do objeto a ser judicializado (RIBEIRO e ARGUELHES, 2019, pp. 2-3).

As decisões de judicializar podem variar conforme a dinâmica política e as estratégias dos envolvidos, refletindo a natureza contingente da política. A interação entre os atores mostra que a judicialização pode ser utilizada por membros do campo "governista" para resolver conflitos internos, evidenciando que a mobilização do Judiciário não é uma ferramenta exclusiva da oposição, mas também pode ser uma estratégia dentro do governo. Para Ribeiro e Arguelhes (2019), a literatura sobre a judicialização da política no Brasil necessita incorporar novas dimensões e abordagens, como a análise de diferentes formas de acesso ao STF e esta interação entre os diversos atores políticos, a fim de enriquecer a compreensão do fenômeno e propor um mapa teórico que leve em consideração a diversidade do conceito.

A crítica à literatura existente por focar excessivamente nas ADIs aponta para a negligência sobre pesquisas que se utilizem outras formas de acesso ao STF, como mandados de injunção e ações penais originárias. Há aqui um reforço da ideia de que a judicialização deve ser analisada sob uma perspectiva mais diversificada, considerando diferentes classes processuais e a variedade de atores que podem mobilizar o Judiciário. Essa proposta é sustentada pela análise crítica da literatura existente, que, segundo Da Ros (2017), carece de uma integração mais clara do STF nas pesquisas sobre policy-making e capacidade governativa no Brasil.

Ao investigarem lacunas na literatura sobre o papel do STF no processo decisório, algumas implicações significativas sobre o papel do tribunal no processo político brasileiro são postas neste trabalho. Primeiro, os autores destacam que a judicialização da

política, ao ser analisada sob uma perspectiva mais ampla, permite identificar uma diversidade de formas de acesso ao STF, além das tradicionais ADIs. A mobilização do Judiciário não se limitaria, portanto, a um grupo restrito de atores, mas envolve uma gama mais ampla de indivíduos e coletivos que buscam utilizar o Judiciário como um canal de contestação e influência política. Outro problema importante apontado pelos autores é a identificação das motivações, influenciadas por fatores institucionais e conjunturais, que levam os atores a acionarem o STF. A judicialização pode ser utilizada tanto por opositores quanto por membros do governo para resolver conflitos internos, o que indica que o STF desempenha um papel crucial na dinâmica das relações tensas entre Executivo e Legislativo. Há ainda que se considerar a obstrução do processo decisório, em que a judicialização seria mais um instrumento para impedir os ritos de um processo legislativo ou a elaboração e implementação de uma política pública.

Contudo, ressaltam que a literatura sobre judicialização da política no Brasil tem avançado, mas ainda apresenta lacunas que precisam ser preenchidas. A análise crítica da literatura existente, conforme apontado por Da Ros (2017), sugere que a inclusão de novas dimensões e abordagens pode enriquecer a compreensão do fenômeno, permitindo uma análise mais sistemática das interações entre os diversos atores políticos e suas estratégias de mobilização do Judiciário. Reforçam ainda que a análise do papel do STF deve ser ampliada para incluir uma variedade de formas de acesso, como mencionado. A visão de que a judicialização não deve ser vista apenas como uma ferramenta de contestação por parte de opositores, mas também como um recurso que pode ser utilizado por atores governamentais para resolver conflitos internos e influenciar decisões políticas já os diferencia da literatura corrente. Integrar essas novas dimensões sobre judicialização da política, a fim de enriquecer o debate acadêmico e fornecer uma base mais sólida para a análise do papel do STF no contexto político brasileiro deve estar nas agendas de pesquisa.

Vianna, Burgos e Salles (2007) analisam a crescente judicialização da política no Brasil, destacando a atuação dos procuradores e a influência das Ações Diretas de Inconstitucionalidade na formação da vontade política local. A pesquisa revela que a litigância contra normas dos legislativos estaduais é um indicativo de problemas na governança, onde a falta de maioria nas assembleias e a pressão de grupos de interesse resultam em legislações casuísticas. Essa situação leva o Supremo Tribunal Federal a assumir um papel de conselho de Estado, o que pode comprometer a autonomia das instâncias políticas locais. A transformação das relações entre a União e os estados,

exacerbada pela legislação tributária e pela administração federal de políticas sociais, como o Bolsa Família, tem gerado uma expansão da burocracia, que, se não controlada, pode restringir a liberdade da sociedade civil.

A forma como a judicialização tem sido utilizada como um mecanismo de controle da política, no qual o Judiciário se torna um árbitro das disputas políticas, muitas vezes em detrimento da democracia, é criticado pelos autores. A análise dos dados nesta pesquisa revela que a judicialização não é apenas uma resposta a crises, mas também um reflexo de uma cultura política que busca soluções em instâncias judiciais em vez de promover o diálogo e a negociação política. Essa tendência pode levar a um enfraquecimento das instituições democráticas e à deslegitimação do processo legislativo. Outro ponto importante levantado é a questão da legitimidade das decisões judiciais em um contexto de crescente judicialização. A atuação do STF, ao decidir sobre questões políticas, pode ser vista como uma usurpação de funções que pertencem ao legislativo. Isso gera um dilema sobre a separação dos poderes e a necessidade de um equilíbrio entre as diferentes esferas do governo. Os autores ainda defendem que a política deve ser o espaço privilegiado para a resolução de conflitos, e não o Judiciário, que deve atuar como um garantidor dos direitos, mas não como um substituto das decisões políticas.

Por sua vez, Oliveira (2011) apresenta uma análise detalhada do comportamento do Supremo Tribunal Federal, especialmente no período pós-redemocratização, que se inicia com a promulgação da Constituição de 1988 e se estende até março de 2003. O problema de pesquisa central da autora é entender como o direito, a política e o profissionalismo se inter-relacionam na prática do controle da constitucionalidade das leis pelo STF. Essa questão é fundamental para compreender a dinâmica de poder e a legitimidade das decisões judiciais em um contexto democrático. Ela discute a importância de uma abordagem interdisciplinar, que combina elementos da ciência política e da sociologia das profissões. A autora argumenta que a análise do comportamento do STF deve considerar não apenas os aspectos jurídicos, mas também as influências políticas e sociais que moldam as decisões dos ministros.

Há nesta obra uma crítica à visão tradicional que separa o direito da política, enfatizando que as decisões judiciais são frequentemente influenciadas por fatores políticos e sociais. Ela aponta que a expertise dos ministros do STF, adquirida ao longo de suas carreiras, confere legitimidade às suas decisões, mas também pode levar a uma certa desconexão com a realidade social. A partir disso, sugere que a atuação do STF não é apenas uma questão de aplicação da lei, mas também de interpretação e adaptação às

circunstâncias políticas e sociais. Ao focar nas redes de votação no STF e na análise do perfil dos ministros e suas trajetórias de carreira, argumenta que as relações interpessoais e as alianças políticas entre os ministros influenciam as decisões do tribunal. Essa análise das redes de votação nos revela como o contexto social e político pode impactar o processo de tomada de decisão, desafiando a ideia de que as decisões judiciais são puramente baseadas em critérios legais.

Oliveira (2011) aprofunda a discussão ao afirmar que o profissionalismo dos ministros do STF, embora traga uma certa autoridade, também pode resultar em uma visão limitada das questões sociais que afetam as decisões judiciais. Essa tensão entre profissionalismo e a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e socialmente consciente é um dos pontos centrais da crítica da autora. As implicações das decisões do STF para a sociedade brasileira, numa espécie de atuação como um agente de mudança social ou, inversamente, como um conservador das estruturas de poder existentes, a depender do contexto político. Para Oliveira (2011), a análise do comportamento do tribunal deve ir além da mera aplicação da lei, considerando as complexidades e nuances que envolvem a prática judicial. Importa destacar que a autora explora como essa judicialização pode ser vista tanto como uma forma de proteção dos direitos fundamentais quanto como um risco de ativismo judicial, onde o tribunal pode ultrapassar suas funções tradicionais e se envolver em questões que deveriam ser decididas por outros poderes. Contudo, menciona a importância da transparência e da accountability no funcionamento do STF, sugerindo que a legitimidade das decisões judiciais depende não apenas da expertise dos ministros, mas também da percepção pública sobre a imparcialidade e a justiça do tribunal. Essa discussão é particularmente relevante em um contexto em que a confiança nas instituições judiciais pode ser abalada, como visto nos últimos anos. Oliveira (2011) sugere que, para manter sua legitimidade e eficácia, o STF deve continuar a se adaptar ao quadro social e político do país, buscando um equilíbrio entre a aplicação da lei e a consideração das realidades que afetam a vida dos cidadãos.

Pogrebinschi (2012), desafia a ideia comum de que a judicialização indica uma crise na representação política. Sua pesquisa se baseia em um banco de dados que abrange todas as ADIs e outras ações constitucionais julgadas pelo STF entre 1988 e 2009, focando na atuação do Legislativo e nas respostas da Corte. O Judiciário realmente ocupa um “vácuo” deixado pelo Legislativo? Ao examinar o controle de constitucionalidade, argumenta que o STF, na maioria dos casos, age com deferência ao Legislativo, invalidando poucas leis. Dados mostram que apenas 13,32% das ADIs questionando

normas do Congresso são julgadas procedentes. Isso indica que o STF tende a validar a maioria das decisões do Legislativo, revelando uma postura mais de correção que de oposição. Quando olha o impacto das decisões judiciais no processo legislativo, afirma que, longe de prejudicar o Legislativo, a judicialização pode aprimorar o processo legislativo. O STF rejeita a maioria das impugnações, indicando que a alegada "baixa qualidade" das leis não é tão substancial quanto se imagina. Além disso, o Congresso frequentemente responde às decisões do STF com novos projetos, demonstrando uma interação construtiva entre os poderes.

Voltando-se à ideia de que o STF estaria preenchendo um suposto vazio deixado pelo Legislativo, Pogrebinschi (2012) questiona essa premissa, mostrando que o Congresso costuma agir rapidamente após as decisões do STF. Dados revelam que, em média, o Congresso propõe novos projetos de lei em resposta a decisões de inconstitucionalidade cerca de 16 meses depois. Isso contraria a visão de que o Legislativo é inerte frente à atuação judicial. A autora avança na tese de que a judicialização pode ser vista como uma forma de representação política. Ao propor uma ampliação do conceito de representação, defende que instituições como o STF também estaria inserido na democracia representativa ao responder a demandas sociais. Nesse sentido, o Judiciário não seria apenas contramajoritário, mas também participaria na construção de um sistema político responsivo e adaptável.

No lugar de enfraquecer a democracia, o STF pode fortalecer a representação ao atuar em alinhamento com a vontade majoritária. Pogrebinschi (2012) refuta a visão de "supremocracia" — o poder excessivo do STF sobre o Legislativo — mostrando que o Supremo age frequentemente para apoiar, não substituir, a atuação legislativa. Ao invés de crise institucional, a judicialização brasileira reflete um experimentalismo democrático. Em sua visão, a judicialização não implica um conflito entre os poderes, mas sim uma colaboração que pode fortalecer a democracia representativa. Quando exerce o controle de constitucionalidade de forma ponderada, o STF não só respeitaria a vontade do Legislativo, como também participaria do aprimoramento das políticas públicas, contribuindo para uma representação política mais robusta e responsiva. No entanto, como medir esta ponderação?

1.2. A Teoria da Mobilização Legal e a litigância estratégica por grupos de interesse

Há outra perspectiva na literatura para este fenômeno denominada Legal Mobilization Theory, que veio aprofundar o debate sobre os usos políticos dos tribunais em torno do chamado litígio estratégico, utilizado por movimentos sociais para promover agendas de conquistas de direitos e transformação social. A mobilização do direito pelos movimentos sociais deve ser vista como apenas uma das ferramentas utilizadas por estes atores e não pode estar restrita à dimensão jurídica (LOSEKANN e BISSOLI, 2017). Rosenberg (1991) apresenta a perspectiva dos tribunais e cortes limitados ao apontar que, apesar das inúmeras litigâncias realizadas com sucesso pelos movimentos, os tribunais não teriam poder de implementar reformas sociais como efeito dos seus julgamentos sem as condições necessárias para tais dado o contexto histórico. Esta perspectiva elenca as seguintes razões para a limitação do uso do direito para a promoção de agenda de mudança social: a natureza limitada de direitos constitucionais, a falta de independência judicial e a falta de habilidade dos tribunais em desenvolver políticas apropriadas bem como do poder de implementação delas. Duas das consequências desta perspectiva é a de que haveria a existência de um novo direito ou extensão de um direito a outros grupos excluídos e de que os procedimentos dos tribunais dificultam ou impedem certos litígios deste tipo, como é o caso dos movimentos LGBTI+ na busca por direitos no Brasil como será visto mais adiante. Além disso, a busca incessante por litígios estratégicos poderia corroer a democracia, visto que os movimentos deveriam buscar legisladores para apoiar suas causas e estes legisladores reduziriam suas atividades, tendo em vista a expansão da atividade do Judiciário na efetivação de direitos.

Rosenberg (1991) aponta que o posicionamento do governo num julgamento nos EUA também importa para o sucesso dele, uma interpretação parecida com a que Cardinali (2017) desenvolve para explicar o que viria a possibilitar a criminalização da homofobia e da transfobia. Todos estes fatores que seriam limitadores dos tribunais e cortes superiores entram em confronto com a discussão sobre ativismo judicial e não esclarece sob que condições o Poder Judiciário provocaria reformas sociais, uma vez que esta perspectiva afirma que não o faz. A perspectiva dos tribunais e cortes dinâmicas é a de que não há impedimentos para mudanças sociais por meio das decisões judiciais. Os juízes não sofrem pela oposição da opinião pública ou de partidos e congressistas e

tampouco dependem financeiramente destes atores. Esta visão mais positiva ainda aponta como efeitos indiretos a visibilidade sobre certas temáticas ignoradas e a conscientização sobre elas, gerando uma potencialidade de mudança de opinião pública.

Por isso, Rosenberg (1991) concilia certos aspectos de cada perspectiva de modo que não se gere uma visão super restritiva ou ampla da capacidade de atuação dos tribunais e cortes superiores. A depender de certas condições políticas, sociais e econômicas, o Judiciário consegue promover mudanças sociais por meio de ações julgadas e levadas aos tribunais pelos movimentos sociais. Tais condições, de acordo com ele, são: quando há amplo precedente legal para mudanças; quando há apoio para a mudança por parte de expressivo número de congressistas e do Poder Executivo; ou, quando há apoio dos cidadãos ou pouco nível de oposição dentre eles; e ainda, quando outros atores oferecem incentivos positivos para induzir o cumprimento das ações julgadas e impõem custos, quando as decisões judiciais podem ser implementadas pelo mercado e quando há o fornecimento de incentivo ou cobertura para pessoas cruciais para a implementação e que estejam dispostas a agir para o cumprimento das decisões judiciais. Além disso, a capacidade do Judiciário em promover mudanças sociais também depende da legitimidade percebida das decisões judiciais e do grau de aderência às normas e valores sociais predominantes. A interação entre esses diversos fatores determina o alcance e a eficácia das intervenções judiciais na transformação da sociedade.

Há na literatura uma interpretação de que os litígios não promovessem mudanças substanciais e permanentes na sociedade, senão apenas ilusório, para grupos da população marginalizada. Por sua vez, McCann (2008) afirma, ao analisar os litígios do movimento por igualdade salarial em categorias profissionais compostas em sua maioria por mulheres e pessoas negras, que estas categorias alcançaram um poder considerável via Judiciário, ainda que tivesse apoio restrito. O caráter conservador das instituições dá lugar aqui ao caráter pluralístico do direito, com uma diversidade de atores, espaços de luta e significados da lei para os cidadãos e movimentos sociais. Isto destoa das correntes anteriores apresentadas pelo autor que pesquisavam a mobilização do direito nos campos público e privado, pois a dimensão de lei e de justiça para estes atores que não são operadores do direito se revelava, na teoria da mobilização legal, uma nova contribuição que se afastava da rigidez e oficialidade da perspectiva centrada nas instituições jurídicas. Por esta perspectiva, afirma que a teoria da mobilização legal poderia contribuir: o processo de construção dos movimentos e organização de táticas; a luta por mudanças sociais efetivas na política; a luta pelo controle sobre o desenvolvimento e implementação

de políticas de reforma; e, o legado transformador da ação legal que culmina em novas alianças entre diferentes atores para fins de avanço das reformas sociais.

1.3. O litígio estratégico em direitos humanos e direitos LGBTI+

Para McCann (2008), um dos fatores constitutivos da centralidade dos tribunais nos embates políticos é, para além das elites e das novas interações entre Estado e sociedade, a formação de grupos de apoio jurídico. Este fenômeno pode ser observado pelo número de grupos de advogados que atuam como amici curiae nos julgamentos do STF, como o GADVS – Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero – e a Associação Tamo Juntas – Assessoria Jurídica Gratuita Para Mulheres Vítimas de Violência, formado por atores relevantes nos processos judiciais que atuam profissionalmente e se consideram militantes da causa ao mesmo tempo.

A partir desta discussão, surge a questão: como o Judiciário brasileiro atua na proteção dessa população, especialmente em contextos em que o Legislativo permanece omisso? Silveira (2020) insere a ideia de que a Lei Maria da Penha surgiu como resposta a demandas do movimento feminista e representa uma intervenção eficaz do Judiciário em questões de gênero. O estudo desse caso busca demonstrar como o litígio estratégico pode induzir o Judiciário a influenciar políticas públicas para grupos marginalizados, sugerindo que uma estratégia similar poderia ser aplicada para garantir os direitos da população LGBTI+.

Ao realizar a análise sobre o papel do STF e do Judiciário brasileiro no reconhecimento e na proteção dos direitos LGBTI+ – em casos paradigmáticos como a união homoafetiva, a adoção por casais do mesmo sexo, a alteração de nome e gênero no registro civil e a criminalização da homotransfobia –, argumenta que o Judiciário tem assumido um papel contra majoritário ao preencher lacunas deixadas pelo Legislativo, garantindo direitos fundamentais nos quais o Congresso se mostra resistente. Silveira (2020) compara as estratégias do movimento feminista e do movimento LGBTI+ no Brasil: enquanto a Lei Maria da Penha foi construída sob forte pressão internacional para que o Brasil adotasse políticas contra a violência de gênero, a luta LGBTI+ seria restrita ao cenário nacional, sem apoio comparável de acordos internacionais, o que limita o alcance e a efetividade de suas conquistas.

Ainda destaca a ausência de uma legislação específica para proteger a população LGBTI+, o que obrigaria o Judiciário a adotar uma postura ativa, muitas vezes contra majoritária. O autor utiliza o conceito de "dificuldade contramajoritária" para explicar o contexto no qual o STF precisa decidir em favor de minorias cujos direitos não são protegidos pelo Legislativo. Esse conceito refere-se ao dilema do Judiciário ao interpretar a Constituição e proteger direitos de minorias, em oposição a uma postura mais conservadora e majoritária do Legislativo.

Para Silveira (2020), apesar do avanço dos direitos LGBTI+ através de decisões judiciais, essas intervenções não constituem uma política pública coerente, dado o caráter fragmentário das decisões. Embora o STF tenha se mostrado um ator relevante para o quadro de mudanças nos direitos LGBTI+, o autor defende que é necessária uma estrutura legislativa específica e um envolvimento mais ativo do Legislativo para consolidar esses direitos. Em outras palavras, o Judiciário não deve ser o único mecanismo de proteção para essa população, pois a fragmentação das decisões judiciais não garante segurança jurídica de forma contínua. O impacto do litígio estratégico é evidenciado pelos direitos LGBTI+ conquistados via Judiciário, mas também ressalta seus limites. Decisões judiciais isoladas não garantem a permanência e a efetividade das proteções legais, o que implica a necessidade de uma política pública robusta e institucionalmente respaldada.

O conceito de litígio estratégico em Silveira (2020) é mobilizado como um dos principais instrumentos de atuação do Judiciário para influenciar políticas públicas e promover mudanças sociais, especialmente no contexto da defesa de grupos marginalizados, como a população LGBTI+. O litígio estratégico se refere à escolha e estruturação cuidadosa de casos jurídicos, que são levados aos tribunais não só para resolver uma situação específica, mas para provocar um impacto social mais amplo, que possa servir como base para mudanças na jurisprudência ou até para estimular a criação de novas leis e políticas públicas. Por isto, enfatiza que o litígio estratégico tem como objetivo não apenas a resolução de disputas individuais, mas também a promoção de uma reinterpretação dos direitos das minorias em esferas amplas, visando sensibilizar a opinião pública e pressionar tanto o Legislativo quanto o Executivo. Esse tipo de litígio estratégico tem como foco transformar a jurisprudência, influenciar futuras decisões judiciais e, em alguns casos, fomentar o desenvolvimento de políticas públicas que atendam a demandas sociais historicamente negligenciadas. Dada a inércia do Legislativo brasileiro em relação aos direitos LGBTI+, o litígio estratégico se torna uma via de proteção crucial para essa população.

A atuação do STF nesses temas, segundo o autor, evidencia o litígio estratégico em ação, onde o Judiciário se vê na necessidade de zelar pelos direitos fundamentais de minorias, em contraste com uma maioria legislativa mais conservadora. No entanto, observa que, embora o Judiciário tenha desempenhado um papel fundamental, o litígio estratégico enfrenta limitações, uma vez que as decisões judiciais, ainda que representativas, não garantem a continuidade e a estabilidade de uma política pública voltada à proteção dos direitos LGBTI+. Outro ponto enfatizado é a limitação do litígio estratégico como substituto de políticas públicas estruturadas. Silveira (2020) critica a falta de um arcabouço legislativo específico, pois, embora o litígio estratégico tenha permitido alguns avanços significativos, sua natureza fragmentada não oferece a segurança e estabilidade que apenas uma política pública poderia proporcionar. Nesse sentido, o litígio estratégico atua de forma reativa e depende de um esforço contínuo de articulação social para transformar decisões judiciais em mudanças sociais concretas e duradouras.

Além disso, Silveira (2020) afirma que o litígio estratégico, enquanto mecanismo de mudança social, exerce um impacto na conscientização e mobilização pública. Na luta pelos direitos da população LGBTI+, as decisões judiciais do STF têm recebido grande visibilidade na mídia e ajudado a ampliar a conscientização sobre a discriminação e violência enfrentadas por essa população. Ainda observa que o litígio estratégico atua como ferramenta de pressão sobre o Legislativo e sensibilização da sociedade, desempenhando um papel essencial na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

O litígio estratégico seria como um processo educativo e transformador, capaz de gerar uma mudança de valores sociais. Ao decidir em favor de minorias, o Judiciário contribui para modificar percepções culturais e, ao mesmo tempo, para reconhecer formalmente a dignidade de grupos marginalizados. Esse processo educativo transforma o Judiciário em um espaço de luta simbólica, onde a defesa dos direitos humanos e da igualdade pode atuar contra a resistência cultural em relação à diversidade. Para Silveira (2020), o litígio estratégico é uma ferramenta poderosa e essencial na promoção de direitos da população LGBTI+, especialmente quando o Legislativo é omisso. No entanto, observa que o litígio estratégico, por si só, não constitui uma política pública e defende uma articulação entre o Judiciário, o Legislativo e a sociedade civil, promovendo uma base sólida para a criação e proteção de direitos permanentes e fundamentais, o que requer o apoio de um esforço político e legislativo mais abrangente. Sem uma legislação

específica e um comprometimento político de longa duração, as conquistas obtidas por meio do litígio estratégico permanecem vulneráveis.

Por sua vez, Osório (2019) aborda o papel do litígio estratégico como ferramenta para a promoção e defesa dos direitos humanos. A autora destaca como o litígio, especialmente em contextos de violação sistemática de direitos, pode ser uma estratégia eficaz para pressionar governos e buscar a reparação de danos. Em sua pesquisa, também examina as limitações e os desafios enfrentados por organizações que optam por esse caminho, incluindo a resistência dos tribunais e a complexidade dos procedimentos legais. Embora o litígio possa ter um efeito transformador, ele frequentemente é limitado por processos longos e dispendiosos, o que pode desmotivar tanto as vítimas quanto as organizações envolvidas. Além disso, a autora traz exemplos de casos em que decisões favoráveis no tribunal não garantiram uma implementação real das mudanças esperadas. Ela cita o caso de Grootboom na África do Sul, onde, apesar de uma decisão judicial em favor do direito à moradia, as condições habitacionais da população afetada não melhoraram substancialmente. Este caso desvelado pela autora ilustra o desafio de transformar decisões jurídicas em mudanças concretas e mostra a importância de um acompanhamento e mobilização de diferentes atores.

Osório (2019) também discute a relevância de articular o litígio com outras formas de mobilização, como *advocacy*, campanhas de mídia e alianças políticas. Ela defende que o litígio estratégico, quando isolado, pode ser menos eficaz; entretanto, ao ser integrado a uma estratégia mais ampla de pressão, seu impacto pode ser amplificado. A atuação de organizações e movimentos sociais, que combinam a litigância com outras táticas, é apontada como uma abordagem que aumenta as chances de sucesso ao provocar engajamento público e apoio popular, fortalecendo as demandas por direitos.

A tensão entre o interesse público e os interesses individuais das vítimas surge aqui, em muitos casos, quando a decisão de litigar pode não refletir diretamente os desejos dos indivíduos representados, uma vez que as organizações litigantes, ao focar em precedentes que beneficiem coletivamente, podem priorizar o interesse público sobre a vontade das vítimas. Isso gera um conflito ético, pois o processo legal pode negligenciar as preferências dos envolvidos, sobretudo em situações de alto impacto emocional. Ao apontar que o litígio estratégico pode ter resultados indiretos significativos, mesmo quando não há uma vitória jurídica completa, Osório (2019) traz um alerta para movimentos sociais e advogados comprometidos com os direitos humanos quanto à visibilidade dos casos e o impacto nas políticas públicas, como ocorreu no caso da

barragem de Fundão em Mariana, Brasil. Estes fatores mencionados trouxeram mudanças que foram além da sentença judicial, gerando uma pressão social e política que contribui para a efetivação de direitos. Contudo, ela ressalta que é crucial que as vítimas estejam envolvidas ativamente no processo, o que nem sempre ocorre, como exemplificado no caso citado.

O litígio estratégico em direitos humanos pode se constituir como uma ferramenta poderosa, porém limitada. Osório (2019) argumenta que, para alcançar mudanças duradouras, é essencial que o litígio seja visto como parte de uma estratégia integrada, que leve em consideração o contexto social e político das violações. Ela sugere que organizações litigantes precisam avaliar continuamente suas táticas, buscando formas inovadoras de promover a efetiva implementação das decisões judiciais e garantir a participação das comunidades afetadas, para que o litígio atinja seu potencial de transformação social.

Ao olhar para as audiências públicas realizadas no STF entre 2007 e 2019, Silva *et. al.* (2022) as aborda como espaços estratégicos de mobilização e resolução de conflitos constitucionais no Brasil. O papel das organizações da sociedade civil, agentes governamentais e outros atores nesses eventos, que funcionam como arenas de deliberação pública, seria crucial para a circulação de ideias e argumentos, promovendo uma forma de "litigância estratégica". A pesquisa apresenta uma perspectiva teórica que combina o papel das cortes constitucionais com o conceito de sistemas deliberativos, baseado na teoria deliberativa de Habermas (1997) e outros autores. Ao permitir que diferentes vozes sejam ouvidas, as audiências públicas poderiam fortalecer a legitimidade das decisões do STF. No entanto, a participação nestas audiências ainda pode ser mais simbólica do que efetiva, uma vez que o acesso é condicionado pelo convite do relator da ação.

Silva *et. al.* (2022) identificaram que cerca de 40% dos participantes em mais de duas audiências eram organizações da sociedade civil, reforçando a relevância desse grupo como principal "conector" entre os temas discutidos. Além disso, utilizaram análise de redes sociais para mapear a presença dessas organizações e sua atuação como "conectores" em subsistemas deliberativos, como as audiências públicas, que vinculam diferentes temas e atores. O uso destas redes permitiu observar que a maioria das organizações se mobilizou em temas como direito à saúde, educação e direitos humanos, especialmente em casos envolvendo aborto, saúde pública e políticas de ação afirmativa. Organizações como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Conectas

Direitos Humanos se destacaram pela participação em múltiplas audiências, refletindo o alinhamento entre suas agendas institucionais e os temas discutidos.

De acordo com Silva et. al. (2022), as audiências públicas têm um papel potencialmente relevante como espaços de deliberação democrática no STF, permitindo que atores não estatais influenciem discussões de grande relevância social. No entanto, apontam que há limitações importantes quanto ao impacto concreto dessas participações nas decisões finais da Corte, uma vez que o acesso é mediado pela discricionariedade dos ministros.

1.4. Os direitos LGBTI+ no Brasil

Em sua dissertação escrita anteriormente ao julgamento da criminalização da homofobia e da transfobia, Cardinali (2017) demonstra que a mudança de posição da Procuradoria-Geral da República sobre o MI nº 4733 e a ADO nº 26 foi fundamental para o entendimento da legalidade das proposições. Deste modo, poderia caber ao STF o julgamento para tipificar a homofobia e a transfobia na Lei do Racismo conforme havia sido feito no Caso Ellwanger, no qual o STF reconheceu a discriminação contra judeus como racismo, uma vez que o conceito de raça era um constructo social, político e cultural, e não biológico. Cardinali (2017) tende a trabalhar com a noção de litígio estratégico do movimento LGBTI+, que o define como ação coletiva, institucionalizada ou não, de construção, defesa e promoção de demandas de interesse dos sujeitos e identidades que o integram: "Trata-se de um movimento complexo e heterogêneo, submetido a disputas e conflitos internos (...)". (CARDINALI, 2017. p. 19). Conforme a compreensão dele, os movimentos LGBTI+ teriam agido conscientemente nas ações sobre a efetivação de direitos civis e sociais na última década colocando-as como ferramentas de transformação social.

No entanto, há uma visão crítica em seu trabalho sobre o uso de litigância estratégica pelo movimento LGBTI+ e a perspectiva do STF como arena pública favorável à promoção de direitos, pois o tribunal não estaria aberto ao movimento por não reconhece-lo como "entidade de classe de âmbito nacional", da mesma forma que não reconhece a União Nacional dos Estudantes, a título de exemplificação, pois esta categoria prevista na Constituição implica vínculo econômico ou profissional de acordo com o entendimento do STF. Caberia, portanto, a outros atores recepcionarem a demanda

do movimento para provocar o STF. Mas não apenas isso: no caso dos partidos políticos, há na literatura a compreensão de que partidos pequenos ou sem capacidade de articulação no Congresso Nacional são os que mais judicializam por não possuírem poder de negociação dos projetos de lei que poderiam atender tais demandas. Acrescenta-se a isso a possibilidade de existência de um setorial LGBTI+ do partido que funcione como canal de diálogo com representantes do movimento LGBTI+. E quanto às instituições de Estado, mais especificamente a PGR na ação do MI 4.277, a vontade pessoal da vice procuradora-geral em exercício prevaleceu para que a pauta fosse levada adiante, o que permite inferir que, por mais que os movimentos possam vir a ter certa abertura em grupos de trabalho destes órgãos, a inciativa e identificação dos agentes estariam acima da suposta democratização ou judicialização da política.

Por sua vez, Coacci (2014) defende que os julgamentos dos direitos LGBTI+ no STF e no STJ não teriam os movimentos sociais como os atores na ponta dos processos, mas sim pessoas comuns. O litígio estratégico defendido aqui num entendimento mais amplo, que está não apenas conectado aos requerentes das ações, mas perpassa os *amici curiae* e atores que atuam nos bastidores dos litígios. Ao analisar os votos dos ministros do STF na ADI 4.277 e na ADPF 132, relativas à união estável entre pessoas do mesmo sexo e direitos derivados dela, reforça que a expansão de atuação do Poder Judiciário está apoiada numa posição majoritária do STF que conscientemente assume o ativismo judicial para suprir o déficit do Poder Legislativo, entendendo, inclusive, que essa atuação não seria um simples ativismo, mas o papel democrático da Corte. Esse diálogo revela também críticas ao governo e a forma de atuação do Congresso Nacional, demonstrando o caráter político dessa decisão e desse Tribunal.

A ADI 4.277 e a ADPF 132 foram propostas pela PGE-RJ e pela PGR, respectivamente. No entanto, não seria possível afirmar que os movimentos LGBTI+ não estiveram presentes nos processos: a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), o Grupo Gay da Bahia (GGB), o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual e a Associação de Travestis e Transexuais de Minas Gerais (ASSTRAV) foram constituídas como amici curiae. A participação destas entidades na aprovação da união estável homoafetiva pelo STF em 2011 e do casamento civil pelo CNJ em 2013 ressoaria posteriormente no julgamento do MI 4.733 sobre a criminalização da homofobia e da transfobia, no qual o impetrante foi a ABGLT. Já a ADI 5.543, sobre a proibição de doação de sangue de homens gays e bissexuais, e a ADO 26, sobre a criminalização da homofobia e da transfobia, foram impetradas, respectivamente,

pelo Partido Socialista Brasileiro e pelo Partido Popular Socialista (atual Cidadania), cujos setoriais LGBTI+ podem ter desempenhado papel fundamental para que os partidos levassem tais ações ao STF.

Portanto, por mais que as ações julgadas tenham sido provocadas por pessoas comuns no STJ ou por instituições do Estado na virada da década de 2000 para 2010, a participação de movimentos LGBTI+, grupos de pesquisa acadêmica e demais entidades defensoras dos direitos LGBTI+ deve ser analisada sob a perspectiva de que estes atores não estavam alheios ou tampouco tinham pouca visão do cenário favorável aberto pelos tribunais de instâncias superiores, uma vez que passaram a atuar por meio dos partidos ou se utilizaram de instrumentos jurídicos que estavam ao seu alcance.

1.5. Os atores

Os acórdãos e as entrevistas realizadas revelam uma diversidade de atores relevantes para cada processo analisado, conforme será descrito em seguida no capítulo 3. De antemão, os acórdãos judiciais listam os ministros do STF votantes no julgamento, os requerentes e os *amici curiae*. No entanto, os *amici curiae* são listados com o nome da movimentos sociais junto de seus representantes legais. Para se chegar aos nomes das lideranças destes movimentos, é possível consultar os sites oficiais[2], porém os nomes dos presidentes já eram de meu conhecimento. Ainda foi realizada a pergunta "Na sua avaliação, quem foi ou foram as pessoas, dentre ministros e representantes de movimento social, determinantes para que o STF julgasse procedente a ação?" presente no roteiro de entrevista dos advogados para identificar demais atores que não surgem nos acórdãos e atuaram nos bastidores.

Os *amici curiae* no STF são objeto de pesquisa de Almeida (2019), avaliando sua acessibilidade, admissibilidade e influência nas decisões constitucionais. Almeida (2019) busca compreender até que ponto os *amici curiae* – entidades que intervêm em processos para oferecer contribuições informativas e técnicas – cumprem a promessa de pluralizar o debate constitucional e enriquecer as decisões judiciais. O estudo considera o papel dos *amici* em ações de controle concentrado de constitucionalidade, onde seu número tem crescido notavelmente, especialmente entre 1999 e 2014, período em que foram

[2] Sites da ABGLT: https://www.abglt.org/diretoria; GGB: https://grupogaydabahia.com.br/o-que-e-o-ggb/; e, Aliança Nacional LGBTI+: https://aliancalgbti.org.br/.

contabilizadas 2.103 intervenções de *amici* em um terço das ações desse tipo. Esse crescimento, segundo Almeida (2019), reflete o reconhecimento do potencial dos *amici* para impactar o processo de decisão e fortalecer o papel do STF em casos de ampla repercussão social.

As condições de acessibilidade para a atuação dos *amici curiae*, que apesar de apresentarem um baixo custo econômico direto – sem exigência de custas judiciais –, enfrentam desafios burocráticos e processuais. Almeida (2019) ressalta que, apesar da ausência de taxas, os *amici* devem ser representados por advogados e seguir prazos rígidos para protocolar suas manifestações, o que impõe barreiras para organizações menores ou localizadas fora de Brasília. Ainda argumenta que esses obstáculos, associados à falta de previsibilidade nos prazos, podem desincentivar a participação de certos atores sociais, especialmente aqueles sem recursos para lidar com as formalidades e os custos indiretos do processo, como deslocamentos e honorários advocatícios.

Outro ponto de crítica no trabalho refere-se aos critérios de admissibilidade dos *amici curiae*, considerados vagos e inconsistentes. O STF exige que os *amici* tragam contribuições relevantes e representem interesses legítimos, mas Almeida (2019) observa uma falta de clareza e uniformidade na aplicação desses critérios, uma vez que a aceitação das manifestações depende do entendimento de cada relator. Como exemplo, cita o caso da ADPF nº 54, sobre a interrupção de gravidez de fetos anencéfalos, em que diversas organizações foram impedidas de participar como *amici curiae* sob o argumento de evitar tumulto processual. Esse episódio ilustra, segundo Almeida (2019), a subjetividade dos critérios de admissibilidade e a influência das interpretações individuais dos ministros, o que torna o processo de admissão imprevisível e suscetível a decisões arbitrárias.

Ao examinar as condições de influência dos *amici curiae* no processo decisório, Almeida (2019) destaca o critério de inovação nos argumentos, pelo qual o STF tende a valorizar *amici* que trazem perspectivas inéditas e informações não apresentadas pelas partes ou outros *amici* no processo. No entanto, o tribunal também frequentemente indeferiu a participação de *amici* que, apesar de cumprirem com os requisitos de representatividade e relevância, foram considerados repetitivos. Esse critério de inovação, segundo a autora, representa uma faca de dois gumes: se, por um lado, ele eleva o nível das contribuições, por outro, pode limitar a participação de organizações que reiteram posições relevantes, mas já defendidas por outras entidades, dificultando uma participação mais inclusiva e democrática.

Embora os *amici curiae* contribuam para o STF, sua influência é limitada pelo desenho processual e pelos critérios de admissão restritivos. Essa limitação resulta em um aproveitamento parcial do potencial dos *amici* para enriquecer o debate constitucional e fortalecer a jurisprudência da corte. A pesquisa identifica que estes poderiam desempenhar um papel mais significativo em litígios estratégicos, contribuindo com dados e argumentos técnicos para decisões mais bem fundamentadas e socialmente mais amplas. No entanto, isso exige do STF uma postura mais aberta e padronizada para admitir *amici* que representem interesses diversos e tragam, mesmo que não exclusivamente, informações complementares às já apresentadas no processo.

A atuação dos *amici curiae* no STF, para Almeida (2019), ainda está aquém de seu potencial devido às barreiras institucionais e à falta de clareza nos critérios de admissão. Ela sugere que uma revisão dessas regras poderia tornar o processo mais transparente e previsível, além de ampliar a participação de atores sociais que agreguem valor às decisões constitucionais. Assim, a autora defende que o papel dos *amici* poderia ser fortalecido, não apenas como uma estratégia de litigância, mas como um mecanismo de inclusão e pluralidade no debate constitucional. O aprimoramento dessas capacidades institucionais, segundo a autora, poderia permitir que o STF se beneficiasse plenamente das contribuições dos *amici curiae*, alinhando-se a uma prática de maior abertura e democraticidade, característica de cortes constitucionais ao redor do mundo.

Para esta pesquisa, elenquei os seguintes atores políticos relevantes para as entrevistas a partir da leitura dos acórdãos: os ministros do STF, os requerentes, os *amici curiae* favoráveis às ações e os advogados destes dois últimos. Os *amici curiae* são, em geral, movimentos LGBTI+ ou de direitos humanos ou instituições e organizações que não necessariamente atuam apenas nesta área. Abaixo apresento um quadro dos *amici curiae* favoráveis aos direitos LGBTI+ de cada julgamento e no Quadro 7 do capítulo 2 encontram-se as pessoas entrevistadas.

Quadro 1 - Amici curiae e advogados no julgamento da ADI 4.277/DF.

Amicus Curiae	**Advogado(a)(s) Responsável(is)**
Conectas Direitos Humanos	Marcela Cristina Fogaça Vieira e Outro(a/s)
Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT	Marcela Cristina Fogaça Vieira e Outro(a/s)
Associação de Incentivo à Educação e Saúde de São Paulo	Fernando Quaresma de Azevedo e Outro(a/s)
Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM	Rodrigo da Cunha Pereira

Fonte: O autor, 2024.

Quadro 2 - Amici curiae e advogados no julgamento da ADPF 132/DF.(Continua)

Amicus Curiae	**Advogado(a)(s) Responsável(is)**
Conectas Direitos Humanos	Eloisa Machado de Almeida
EDH - Escritório de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais	Eloisa Machado de Almeida
GGB - Grupo Gay da Bahia	Eloisa Machado de Almeida
ANIS - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero	Eduardo Bastos Furtado de Mendonça
Grupo de Estudos em Direito Internacional da UFMG	Rodolfo Compart de Moraes

Quadro 2 – Amici curiae e advogados no julgamento da ADPF 132/DF. (Conclusão)

Centro de Referência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado de Minas Gerais - Centro de Referência GLBTTT	**Rodolfo Compart de Moraes**
Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual - CELLOS	Rodolfo Compart de Moraes
Associação de Travestis e Transexuais de Minas Gerais - ASSTRAV	Rodolfo Compart de Moraes
Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual	Thiago Bottino do Amaral
Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT	Caprice Camargo Jacewicz
Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM	Rodrigo da Cunha Pereira
Sociedade Brasileira de Direito Público - SBDP	Evorah Lusci Costa Cardoso

Fonte: O autor, 2024.

Quadro 3 - Amici curiae e advogados no julgamento da ADI 5.543/DF. (Continua)

Amicus Curiae	**Advogado(a)(s) Responsável(is)**
Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM)	Maria Berenice Dias, Ronner Botelho Soares
Grupo Dignidade - Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros	Rafael dos Santos Kirchhoff
Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil)	Gustavo José Mendes Tepedino e Outro(a/s)
Defensoria Pública da União	Defensor Público-Geral Federal
Defensoria Pública do Estado da Bahia	Defensor Público-Geral do Estado da Bahia
Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas (ABRAFH)	Lívia Dornelas Resende e Outro(a/s)
Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADVS)	Paulo Roberto Iotti Vecchiatti

Quadro 3 – Amici curiae e advogados no julgamento da ADI 5.543/DF. (Conclusão)

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)	**Rafael dos Santos Kirchhoff**
Centro Acadêmico de Direito da Universidade de Brasília (CAdir - UnB)	Cezar Britto, Marluce Maciel Britto Aragão
Núcleo de Pesquisa Constitucionalismo e Democracia: Filosofia e Dogmática Constitucional Contemporânea, da UFPR	Estefania Maria de Queiroz Barboza
Núcleo de Prática Jurídica da UFPR	Estefania Maria de Queiroz Barboza
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Marcus Vinicius Furtado Coelho e Outro(a/s)

Fonte: O autor, 2024.

Quadro 4 - Amici curiae e advogados do julgamento da ADI 4.275/DF.

Amicus Curiae	Advogado(s)
Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM	Rodrigo da Cunha Pereira e outro(s)
Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual - GADVS	Paulo Roberto Iotti Vecchiatti
Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros - ABGLT	Paulo Roberto Iotti Vecchiatti
Grupo Dignidade - Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros	Ananda Hadah Rodrigues Puchta e outro(s); Gisele Alessandra Shimidt e Silva
Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos - LIDIS	Daniel Antônio de Moraes Sarmento
Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - CLAM	Daniel Antônio de Moraes Sarmento
Conselho Federal de Psicologia	Victor Mendonça Neiva
Defensor Público-Geral Federal	Gustavo Zortea da Silva

Fonte: O autor, 2024.

Quadro 5 - Amici curiae e advogados do julgamento da ADO 26/DF. (Continua)

Amicus Curiae	Advogado(s)
Grupo Gay da Bahia - GGB	Thiago Gomes Viana

Quadro 5 – Amici curiae e advogados no julgamento da ADO 26/DF. (Continuação)

Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT	**-**
Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual - GADVS	Alexandre Gustavo de Melo Franco Bahia
Associação Nacional de Juristas Evangélicos - ANAJURE	José Julio dos Reis e outro(s)
Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Vida	Walter de Paula e Silva e outro(s)
Grupo Dignidade - Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros	Ananda Hadah Rodrigues Puchta e outro(s)

Quadro 5 - Amici curiae e advogados no julgamento da ADO 26/DF. (Conclusão)

Convenção Brasileira das Igrejas Evangélicas Irmãos Menonitas - COBIM	**Rafael Ferreira de Castro e outro(s)**
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU	Alberto Albiero Junior
Conselho Federal de Psicologia	Victor Mendonça Neiva
Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA	Igor Luis Pereira e Silva e outro(s)
Defensoria Pública do Distrito Federal	Defensor Público-Geral do Distrito Federal

Fonte: O autor, 2024.

Quadro 6 - Amici curiae e advogados do julgamento do MI 4.733/DF. (Continua)

Amicus Curiae	**Advogado(s)**
Grupo Dignidade - Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros	Rafael dos Santos Kirchhoff
Conselho Federal de Psicologia - CFP	Victor Mendonça Neiva e outro(s)

Quadro 6 – Amici curiae e advogados no julgamento do MI 4.733/DF. (Conclusão)

Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM	**Maria Berenice Dias e outro(s)**

Fonte: O autor, 2024.

1.6. Os instrumentos jurídicos

Os diferentes instrumentos jurídicos utilizados para efetivar os direitos fundamentais da população LGBTI+ no Brasil reflete a diversidade de atores impetrantes das ações e das estratégias pensadas por eles, uma vez que cada um é ajuizado devido às motivações e finalidades distintas. Quais as diferenças entre uma ADI e ADO? Por que a escolha de uma em detrimento de outra? Quem pode ajuizar esta ou aquela ação? Esta seção cumpre o objetivo de esclarecer o que são os instrumentos acionados por movimentos, partidos políticos e instituições que resultaram em vitórias judiciais no STF ao longo da década.

Para além disso, é necessário também fazer alguns apontamentos sobre o controle de constitucionalidade. Costa e Benvindo (2014) argumentam que, embora o sistema concentrado de controle de constitucionalidade tenha sido concebido como um mecanismo robusto para a defesa dos direitos fundamentais, sua aplicação prática revela um descompasso significativo entre teoria e realidade. A dualidade dos sistemas de controle de constitucionalidade no Brasil se apresenta no controle difuso, que pode ser exercido por qualquer juiz em qualquer instância, e no controle concentrado, que é realizado por tribunais superiores. Apesar da importância do controle difuso, o controle concentrado é fundamental para a uniformização da interpretação constitucional e para a proteção dos direitos fundamentais, uma vez que permite que questões de grande relevância social sejam decididas por um órgão de cúpula.

Costa e Benvindo (2014) apontam a falta de efetividade do controle concentrado na proteção dos direitos fundamentais. Segundo os autores, as decisões do STF não têm sido suficientes para garantir a efetividade dos direitos, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Os dados que mostram a baixa taxa de sucesso de ADIs que visam proteger direitos fundamentais, sugerindo que o STF, em sua atuação, tem priorizado questões de ordem técnica ou formal em detrimento da análise substancial dos direitos. O perfil dos requerentes das ADIs pode influenciar os resultados das decisões, pois a maioria das ações é proposta por entidades com interesses específicos, o que pode levar

a uma concentração de temas que não necessariamente refletem as demandas da sociedade como um todo. Essa dinâmica, segundo os autores, contribui para a perpetuação de desigualdades e para a marginalização de vozes que deveriam ser ouvidas no processo de controle de constitucionalidade.

A complexidade dos casos e a diversidade de fundamentos utilizados nas decisões dificultam a identificação de um padrão claro de proteção dos direitos fundamentais. Os autores ressaltam que, em muitos casos, o STF acaba por não enfrentar diretamente as questões relacionadas aos direitos, optando por uma análise mais técnica e formal. Os dados apresentados revelam ainda uma grande variação nos temas e nos requerentes das ADIs, o que indica uma falta de uniformidade na atuação do STF. Enquanto alguns temas recebem atenção significativa, outros, que também são relevantes para a proteção dos direitos fundamentais, acabam sendo negligenciados. Esta disparidade, segundo os autores, evidencia a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre os critérios que orientam a atuação do STF.

O controle concentrado de constitucionalidade, embora tenha um potencial significativo para a proteção dos direitos fundamentais, ainda não cumpre um papel suficiente na garantia destes direitos. Há uma necessidade de uma reavaliação dos critérios que orientam a atuação do STF, bem como uma maior inclusão de vozes diversas no processo de controle de constitucionalidade. Para Costa e Benvindo (2014), é fundamental que o STF assuma um papel mais proativo na defesa dos direitos fundamentais, garantindo que suas decisões reflitam as demandas da sociedade e contribuam para a construção de uma democracia mais justa e igualitária. A participação de diferentes atores sociais e que leve em consideração as realidades e as necessidades da população também seria fundamental para que o controle de constitucionalidade cumpra seu papel de guardião dos direitos fundamentais e da democracia no Brasil.

1.6.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade

A Ação Direta de Inconstitucionalidade está prevista no artigo 103 da Constituição Federal de 1988 da seguinte forma:

> Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:
>
> I - o Presidente da República;
>
> II - a Mesa do Senado Federal;
>
> III - a Mesa da Câmara dos Deputados;

> IV a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
>
> V o Governador de Estado ou do Distrito Federal;
>
> VI - o Procurador-Geral da República;
>
> VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
>
> VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;
>
> IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional. (BRASIL, 2020, p. 62)

Além disso, a ADI foi regulamentada pela lei nº 9.868/99, no qual estabelece procedimentos e requisitos para a sua proposição, incluindo a necessidade de demonstração do interesse jurídico e a indicação do dispositivo constitucional violado, entre outros. Este tipo de ação tem por objetivo garantir a supremacia da Constituição Federal, permitindo que se questione a constitucionalidade de leis ou atos normativos que possam ser considerados incompatíveis com o texto constitucional. Através desse mecanismo, busca-se assegurar a legalidade e a segurança jurídica, evitando que normas contrárias à Constituição permaneçam em vigor. Uma ADI pode ser impetrada pelos atores mencionados acima no texto da Constituição. Nesta pesquisa, foram analisadas a ADI nº 4277, sobre a união estável entre pessoas do mesmo sexo; a ADI nº 5543, sobre a doação de sangue por homens gays e bissexuais; e, a ADI nº 4275, sobre a retificação do registro civil de pessoas transgênero.

1.6.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão

A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão está prevista na Constituição no mesmo artigo 103, porém no parágrafo 2:

> Art. 103, § 2º Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

Portanto, os mesmos atores podem acionar o STF por meio deste instrumento que possui como propósito questionar a omissão do Poder Público em relação ao cumprimento de uma norma constitucional. Ao declarar a inconstitucionalidade por omissão, o STF determina que o Poder ou órgão responsável adote as medidas necessárias para cumprir a norma constitucional, estabelecendo um prazo de 30 dias para órgãos administrativos.

Para esta dissertação, foi analisada apenas a ADO nº 26, sobre a criminalização da homofobia e da transfobia.

1.6.3. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

Por sua vez, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental encontra-se na Constituição no seguinte artigo:

> Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
> § 1.º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

E é regulamentada pela lei nº 9.882/1999, na qual os procedimentos e requisitos estão previstos. A APDF possui a função de verificar se uma determinada ação ou omissão do Estado está violando algum direito fundamental e pode ser proposta pelos mesmos atores das ADIs. Para esta dissertação, foi analisada a ADPF nº 132, de autoria do governador do estado do Rio de Janeiro, sobre a união estável entre pessoas do mesmo sexo.

1.6.4. Mandado de Injunção

Por fim, o mandado de injunção está previsto da seguinte forma no texto constitucional:

> Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes
>
> (...)
>
> LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Os impetrantes de um MI podem ser quaisquer pessoas naturais ou jurídicas que se afirmam titulares dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas sobre exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Esta é uma determinação da lei nº 13.300/16, que regulamentou

o MI. Para esta dissertação, foi analisada apenas o MI 4.733/DF, sobre a criminalização da homofobia e da transfobia.

Todas estas classes processuais foram utilizadas de forma estratégica pelos atores envolvidos nos julgamentos dos direitos LGBTI+ na década passada? E quando havia julgamento em conjunto pelo fato das ações terem o mesmo objeto – como no caso das ADI 4.277/DF e ADPF 132 ou da ADO 26/DF e MI 4.733/DF, havia interação entre os atores? Estas são algumas das perguntas suscitadas pela observação de que os direitos LGBTI+ foram conquistados no Supremo sob diferentes formas e atores requerentes e que serão respondidas por meio das entrevistas. Este método de pesquisa junto da análise quantitativa de texto são objetos de discussão do próximo capítulo.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta dissertação combina abordagens quantitativa e qualitativa para explorar a judicialização dos direitos LGBTI+ no Brasil, especialmente no Supremo Tribunal Federal (STF). A pesquisa baseia-se na análise quantitativa de textos dos acórdãos com entrevistas em profundidade, realizadas com diversos atores, incluindo um ministro, advogados e representantes de movimentos sociais, que participaram ou acompanharam processos judiciais relevantes para os direitos LGBTI+. Esta combinação de métodos permite captar nuances e percepções dos envolvidos, promovendo uma compreensão detalhada das dinâmicas entre Judiciário e sociedade civil.

A metodologia quantitativa empregada se utiliza de técnicas de processamento de texto que ajudam a identificar temas frequentes, associações de palavras e similaridade entre os textos dos acórdãos que reúnem temas diversos relacionados ao mesmo tipo de população. Por sua vez, na discussão sobre metodologia qualitativa, abordo o uso de entrevistas em profundidade na Ciência Política, esclareço alguns pontos sobre tipos de roteiro, como se deve elaborar as perguntas e apresento um quadro sobre os entrevistados.

O uso de métodos mistos procura minimizar vieses e fortalecer a confiabilidade dos resultados da análise quantitativa dos acórdãos dos quatro julgamentos centrais desta pesquisa: união estável homoafetiva, retificação de registro civil para pessoas transgênero, criminalização da homotransfobia e doação de sangue por homens gays e bissexuais. A análise quantitativa dos textos dos acórdãos do STF possibilita uma visão panorâmica das decisões, enquanto as entrevistas em profundidade permitem analisar o processo de atuação dos atores na conquista dos direitos LGBTI+ e suas percepções sobre o papel do Supremo. Desta forma, a combinação dos métodos quanti-quali oferece uma análise mais abrangente e objetiva dos julgamentos dos direitos LGBTI+ realizados no STF entre os anos de 2011 e 2020.

2.1. Análise quantitativa de texto

A literatura revisada afirma constantemente que um método quantitativo pode estar associado a um método qualitativo para a análise de dados. Sobre a análise quantitativa de conteúdo, é uma constante nos artigos que tratam sobre ela a

recomendação de que o método de pesquisa quantitativo não substitua a leitura atenta dos documentos, mas que apenas facilite a análise de documentação extensa, o que gera, inclusive, redução de custos. Ademais, não existe apenas um método nem mesmo um padrão para fazê-lo (IZUMI; MOREIRA, 2018; ROCHA, 2021). Os objetos a serem analisados podem variar entre discursos parlamentares, decisões judiciais, perfis de redes sociais, textos jornalísticos, entrevistas, e os usos deste método podem variar entre:

> (1) a utilização de diferentes técnicas independentemente do idioma sob análise; (2) o cálculo de medidas de incerteza, sendo possível julgar se as diferenças entre os textos são substantivas ou apenas fruto de erros de mensuração e variação amostral; (3) reduzir a necessidade de intervenção humana, facilitando a replicabilidade dos resultados; (4) a análise de um volume de informações manualmente inviável (IZUMI; MOREIRA, 2018, p.140).

A automatização da análise de texto possui diversas vantagens, dentre elas a economicidade de tempo na leitura, pois muitos destes textos possuem um alto número de páginas; a identificação de padrões de termos e expressões; e, a capacidade de análise de um grande volume de dados. A recomendação sobre esta não-substituição da leitura atenta das fontes vai além da simples cautela que todo pesquisador deve ter em qualquer metodologia: devido à complexidade da linguagem humana, os métodos de análise automatizada de conteúdo são considerados incorretos por não a alcançarem. Por este motivo, a validação é uma etapa tão importante quando se trata o texto como um dado – e que será discutida mais a frente nesta seção (GRIMMER; STEWART, 2013).

Anterior a qualquer análise quantitativa a ser feita na pesquisa, é necessário pensar de que modo será feita a obtenção e o pré-processamento dos dados. Afinal, um dos motivos apontados para que os modelos de análise sejam incorretos deve-se não apenas à escolha do método, mas também ao conteúdo que deve ser fornecido e filtrado pelo pesquisador. Se não houver a dita "limpeza" dos dados, a análise fica comprometida por levar em consideração palavras que são comuns a quaisquer textos ou ainda palavras similares em estrutura. O pré-processamento envolve a codificação dos caracteres, que podem estar em diferentes línguas; a remoção das chamadas stop-words – artigos, preposições, pronomes, números e pontuação - que podem interferir na medição de frequência das palavras, por exemplo; a composição de bag of words, para tratar cada documento como um vetor; o *stemming*, com o objetivo de reduzir palavras flexionadas ou derivadas ao seu tronco (*stem*) ou raiz; e, por fim, a matriz de documento e termos, que reúne a quantidade de palavras por documento numa matriz (IZUMI; MOREIRA,

2018). Outra etapa importante do pré-processamento de dados é a tokenização, na qual as palavras ou caracteres são divididos no documento para serem considerados unidades de análise. Cada palavra ou caractere, portanto, é um *token* e, a partir desta etapa concluída, é possível realizar a análise de dados (GRIMMER; STEWART; ROBERTS; 2022).

Uma das possibilidades da análise quantitativa de texto é a medição de frequência de palavras, pois possibilita verificar no que aquele texto pode focar em termos de relevância e fazer um quadro comparativo de similaridade com outro(s) texto(s). Outro exemplo possível é a nuvem de palavras, para melhor visualização das palavras com ocorrência frequente e de tamanho de acordo com a maior ou menor repetição no texto. No entanto, o pesquisador deve atentar-se aos sentidos dos textos que podem ser divergentes, apesar da similaridade pela frequência de palavras. Para além da leitura, o algoritmo de Smith-Waterman pode auxiliar nesta tarefa ao indicar quais trechos de um texto são similares aos do outro (IZUMI; MOREIRA, 2018).

Quanto à categorização, Izumi e Moreira (2018) chamam a atenção para os métodos de dicionários e a aprendizagem de máquina – ou *machine learning*. No primeiro caso, utiliza-se dicionário para fazer análise de sentimentos e opiniões, se positivas ou negativas, de acordo com a semântica orientada. Já no segundo, há a configuração de uma amostra como treino para que se analise todo o restante da documentação de acordo com o que foi realizado nesta amostra treinada, ou *training set*. A composição deste *training set* deve estar livre de ambiguidade, ser representativa, possuir cada entrada de acordo com a categoria, possuir uma quantidade de dados que permita o modelo ser replicado de forma adequada – e este número depende do escopo da pesquisa -, e, evidentemente, já ter passado pelo pré-processamento. Isso abre certa vantagem sobre o método de dicionários por diminuir problemas relacionados a referências externas, uma vez que é o pesquisador o responsável por criar a codificação conforme seu objetivo.

No que concerne a validação, embora não haja um modelo único, o princípio norteador é a sensibilidade à refutação. Os repetidos testes que resultam em refutação de outras hipóteses favorecem a compreensão de que o modelo ajustado foi sensível ao fenômeno observado. E a validação demonstra o quanto o processo de medição foi eficaz ao ser aplicado a diferentes dados. A validação pode ser entendida como o processo de avaliação do desempenho do modelo. No entanto, Grimmer, Stewart e Roberts (2022) argumentam que o processo de validação não traz a garantia total da certeza sobre a assertividade da estratégia e que é necessário criar um ciclo de verificação contínua. Esta

recomendação serve para que os modelos possam ser continuamente testados e melhorados.

Num aprendizado de máquina supervisionado, a validação pode ser com ou sem padrão-ouro, entendido como um conjunto de dados rotulados que serve como referência para medir a precisão e a eficácia do modelo. Enquanto a validação com padrão-ouro permite comparações diretas entre as previsões do classificador e os rótulos conhecidos, facilitando a análise de métricas como precisão, exatidão e recall e inclui abordagens como a validação cruzada, na qual dados rotulados são usados para treinar e testar o modelo em diferentes combinações, assegurando uma avaliação rigorosa de seu desempenho; a validação sem padrão-ouro utiliza métodos alternativos, como a utilização de rótulos substitutos, verificação de pesos de palavras para validade semântica e a leitura atenta, para avaliar a eficácia do modelo na ausência de rótulos de referência (GRIMMER; STEWART; ROBERTS, 2022).

Por sua vez, num cenário não supervisionado é assumido que as categorias não são conhecidas pelo pesquisador. A essência dos modelos não supervisionados reside na sua capacidade de identificar padrões ocultos em dados não rotulados. Ao comprimir informações de alta dimensionalidade em um espaço de representação mais compacto, esses modelos agrupam elementos semelhantes, revelando estruturas latentes. No caso específico de modelos de tópicos, a compressão força o modelo a representar um grande número de palavras únicas usando um conjunto limitado de tópicos. Essa restrição faz com que palavras que coocorrem frequentemente sejam agrupadas em um mesmo tópico. A natureza da linguagem, com sua predominância de substantivos, faz com que esses modelos sejam particularmente eficientes em capturar o assunto principal de um texto. Entre os modelos de tópicos, são destacados o *Latent Dirichlet Allocation*, no qual se assume que cada documento é composto por uma mistura de tópicos e que cada tópico é uma distribuição sobre palavras; o *Dynamic Multitopic Model*, que pode ser entendido como uma extensão do LDA, porém medido ao longo do tempo; o *Expressed Agenda Model*, o qual capta a relação entre as palavras usadas em um texto e os tópicos de agenda que esses textos comunicam; e, o *Structural Topic Model*, em que não apenas se descobre os tópicos, mas também permite que outras variáveis - como metadados de documentos - influenciem a prevalência e o conteúdo dos tópicos (IZUMI; MOREIRA, 2018).

A análise quantitativa de texto na Ciência Política possui diversas aplicações: análise de sentimentos, semelhança entre textos, posicionamento político, análise de processos históricos, mudanças lexicais na política, identificação de agendas políticas,

mapeamento de discursos ideológicos, monitoramento de tendências políticas, estudo de coalizões e alianças partidárias, análise de debates parlamentares e presidenciais, bem como a exploração de redes de comunicação política e a compreensão da influência de políticas públicas ao longo do tempo. O problema da pesquisa orienta qual(is) método(s) mais se adequa(m), que tipo de validação pode ser realizada e, ainda, se o método quantitativo pode estar associado a um método qualitativo. O quadro abaixo resume alguns dos métodos e técnicas de análise quantitativa de texto elaborado por Izumi e Moreira (2018), os quais não se esgotam nele.

Quadro 7 - Métodos de análise quantitativa de texto

Família	Técnica	Objetivo
Semelhança entre textos	Similaridade de cosseno	Medir quão similares são dois documentos.
	Algoritmo de Smith-Waterman	Encontrar quais os trechos mais similares entre dois documentos.
Métodos de classificação em categorias conhecidas	Dicionário (Análise de sentimentos)	Classificar documentos em categorias conhecidas com auxílio de um dicionário anotado.
	Supervisionado (classificador de Naive Bayes)	Classificar documentos em categorias conhecidas a partir de um conjunto de treinamento.
Métodos de classificação em categorias desconhecidas	Não supervisionado (LDA, Dynamic Multitopic Model, Expressed Agenda Model, STM)	Classificar documentos quando não se conhece as categorias previamente.
Métodos de escalonamento	*Wordscores*	Estimar posições políticas em uma dimensão predeterminada a partir de documentos de referência.
	Wordfish	Estimar posições políticas quando não se conhece previamente referências da dimensão.

Fonte: IZUMI ; MOREIRA, 2018.

Em suma, opto nesse trabalho por usar a semelhança entre textos pela técnica de similaridade de cosseno por se adequar melhor ao objetivo de testar a proximidade dos textos dos acórdãos que tratam de diferentes temas, mas concernentes à mesma população. O emprego desta técnica possibilita reforçar que os acórdãos possuem um sentido de garantia dos direitos LGBTI+, para além da mera visualização dos termos mais frequentes – que assim poderiam sê-lo, porém em textos divergentes de sentido.

Para esta dissertação, a análise quantitativa de texto foi realizada nos acórdãos judiciais dos julgamentos dos direitos LGBTI+ no STF entre 2011 e 2020: união estável entre pessoas do mesmo sexo - ADI 4277, ADPF 132 (2011); doação de sangue de homens gays e bissexuais - ADI 5543 (2015); retificação do registro civil de pessoas transgênero - ADI 4275 (2018); e, a criminalização da homofobia e da transfobia - MI

4733 e ADO 26 (2019). Todos os acórdãos podem ser acessados pelo site oficial do Supremo Tribunal Federal – https://portal.stf.jus.br/. Os scripts utilizados nas etapas de de definição do corpus documental, pré-processamento dos dados (como a remoção de stop-words e a tokenização), construção dos n-grams e visualização das palavras mais frequentes e o quadro de similaridade entre os textos foram executados no R Studio. De antemão, as palavras selecionadas para a lista de stop-words são justificadas por não permitirem uma análise dos dados de forma mais acurada.

2.2. Entrevistas em profundidade

O uso de métodos qualitativos nas Ciências Sociais não é um fenômeno novo tampouco concorre com métodos quantitativos, uma vez que fenômenos sociais e políticos podem ser analisados por meio de ambos, cada qual com a sua especificidade, e não significa que o primeiro priorize a subjetividade enquanto o outro, a objetividade (ALONSO, 2012; LIMA, 2012). Por sua vez, a entrevista, apesar de extensamente utilizada em outras disciplinas das Ciências Humanas e Sociais, não foi explorada com afinco como método de pesquisa na Ciência Política e tem sido acionada de forma mais recorrente nos últimos anos. E, ainda assim, há certa resistência pelo conflito estabelecido entre positivistas e interpretativistas (ROCHA, 2021):

> Os primeiros, embora reconheçam a complexidade da realidade social, defendem a identificação de relações de causa - efeito, hipóteses falseáveis e empiricamente testáveis. Consideram ainda que os métodos quantitativos e qualitativos são ambos úteis nessa empreitada. Para os interpretativistas, dada a realidade social, seria impossível gerar conhecimento sem considerar o contexto histórico e as relações de poder (ROCHA, 2021, p. 199).

A relação de proximidade do pesquisador com seu objeto de pesquisa gera efeitos desejáveis e não desejáveis na coleta de dados e resultados. No caso da entrevista, entrevistador e entrevistado podem se conhecer previamente e isto irá facilitar ou dificultar a realização da entrevista e as perguntas e serem feitas, a depender da relação estabelecida entre os dois. No entanto, faz-se necessário realizar uma série de entrevistas em profundidade para que o pesquisador possa compreender determinado fenômeno a partir de uma diversidade de atores selecionados e de um roteiro preparado de acordo com o perfil de cada grupo.

> A questão dos efeitos do(a) entrevistador(a) é considerada positivista e se manifesta, então, de duas maneiras. A primeira é relacionada à forma como os(as) entrevistados(as) enxergam quem entrevista e, potencialmente, mudam suas respostas a partir disso. A segunda, considera os vieses do(a) entrevistador (a) ao interpretar as respostas obtidas, o que será influenciado não só pela teoria, mas pelo seu próprio contexto e percepções. Para os(as) interpretativistas, isso está ligado à maneira como o(a) entrevistador(a) se posiciona em relação ao(à) entrevistado(a), tendo consciência de todas essas variações (ROCHA, 2021, p. 202).

A entrevista engloba tanto atos verbais quanto não-verbais e caracteriza-se pela construção de um roteiro que permita o entrevistador deixar a pessoa entrevistada confortável para responder as perguntas e tornar o fluxo da entrevista mais natural, próximo de uma conversa. Os atos não-verbais compreendem as reações faciais e corporais geradas no entrevistado pela pergunta e durante a resposta enquanto os atos verbais podem ser orais ou escritos, a depender se a entrevista é realizada de forma presencial, por telefone, remota ou apenas por meio de um questionário a ser preenchido (LIMA, 2012). As entrevistas são feitas de forma individual e preocupam-se mais com o processo – "como?" –, de acordo com Duarte (2010), embora seja possível estabelecer questionamentos de causalidade – "por quê?", "por qual motivo?" – no roteiro voltado para a Ciência Política. Para que o pesquisador possa aprofundar os tópicos abordados, em geral, as questões não devem ser fechadas – aquelas que resultem em respostas binárias do tipo "sim" e "não" – em um roteiro semiestruturado. Outra característica indicada pela literatura especializada sobre este tipo de roteiro é a quantidade de perguntas, que não deve ser excessiva para que o entrevistador tenha tempo hábil em explorar as respostas do entrevistado com outras perguntas (ROCHA, 2021).

Para os casos da pesquisa acadêmica, no entanto, as perguntas devem estar baseadas no problema de pesquisa para que não se perca de vista o objetivo da utilização da entrevista como método de pesquisa, e isto importa mais que a extensão do roteiro preparado. Importa frisar que o termo roteiro é utilizado nesta dissertação por ser o tipo de modelo adotado em entrevistas semiabertas, em que as perguntas são semiestruturadas, ou seja, elaboradas de forma prévia pelo pesquisador, mas ainda com certo espaço para que outras perguntas possam vir a ser feitas ao longo da entrevista a partir das respostas da pessoa entrevistada. Os demais modelos são o questionário, em entrevistas fechadas e com questões estruturadas, e a questão central, de entrevistas abertas e questões não-estruturadas (DUARTE, 2010). Para além do problema de pesquisa, outro elemento pode embasar as questões do roteiro: a hipótese. No entanto, por esta ter a possibilidade de

surgir durante as entrevistas, as perguntas podem ser modificadas de acordo com o surgimento das hipóteses ao longo da pesquisa (ROCHA, 2021).

Numa entrevista em profundidade, é imprescindível que a pessoa entrevistada esteja à vontade para responder as perguntas, pois é partir destes dados coletados nas respostas que virão outras perguntas. A interação com o outro e a sensação de fluidez natural de uma conversa geram maior autenticidade e ambiente descontraído, maior espontaneidade das respostas que enriquecem o material de pesquisa. É ainda de suma importância o pesquisador faça um levantamento de informações sobre a pessoa a ser entrevistada para não perder oportunidades de questionamentos em cima de referências dadas nas respostas ou, antes, de elaborar um bom roteiro (LIMA, 2012).

A primeira pergunta pode servir para descontração, o "quebra-gelo", e as demais questões podem ser reordenadas de acordo com as necessidades do entrevistador no momento da entrevista, ao perceber que o entrevistado começou a falar de um determinado assunto que o entrevistador pensou em perguntar no final, por exemplo. Esta flexibilidade em ajustar as perguntas pode melhorar a qualidade dos dados coletados nas respostas, pois permite ao entrevistador explorar por mais tempo informações que surgem durante a fala da pessoa entrevistada. As perguntas devem ter um sentido mais geral com o objetivo de captar diversas informações que o entrevistador irá mergulhar nas especificidades, quando do interesse da pesquisa. No entanto, importa salientar que os roteiros devem ser padronizados para que haja uma comparação entre as respostas dos entrevistados (DUARTE, 2010). O aprofundamento das entrevistas a partir das respostas se dá a partir de alguns fatores: a atenção do entrevistador às falas do entrevistado, perguntas feitas para o entrevistado esclarecer um ponto abordado, o estímulo às respostas e fazer sondagem e perguntas feitas para que o entrevistado possa falar mais a respeito de determinado tópico de interesse da pesquisa (ROCHA, 2021).

A escolha do roteiro semiestruturado para as entrevistas em profundidade utilizadas nesta dissertação deve-se à possibilidade de trazer à luz atores, processos e informações desconhecidas, ou que não estavam acessíveis até então, acessadas pela memória das pessoas entrevistadas. Entende-se por memória um "fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes"[3], cujo fluxo de informações na fala do entrevistado não obedece, na maioria das vezes, a um *continuum* temporal. Cabe ao

[3] POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 201.

pesquisador conduzir de forma maleável as perguntas para aprofundar as respostas, conectar certas falas dispersas que giram em torno de uma mesma referência e apoiar e/ou realizar embates de memórias, sem que se induza o entrevistado a responder aquilo que se quer ouvir para corroborar ideias e hipóteses. É preciso que o pesquisador atente-se à seletividade da memória, que ocasiona destaques e apagamentos de pessoas, locais, episódios e processos, que podem ser revelados por meio de outras entrevistas ou documentação escrita. A memória é construída de acordo com o tempo e o contexto social e político no qual entrevistado e entrevistador se inserem, sendo organizada e reorganizada de forma recorrente:

> Esse último elemento da memória - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que *a memória é um fenômeno construído.* Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p. 203-204).

Por este motivo, o roteiro deve ser elaborado de acordo com o desenho de pesquisa para que o pesquisador não se perca junto do entrevistado nos labirintos da memória, mas possa conduzi-lo no caminho. O acesso à memória e a coleta de dados qualitativos a partir dela são tarefas cruciais na entrevista, pois que ela pode preencher lacunas de outras fontes orais e escritas analisadas durante a pesquisa (LIMA, 2012). E o roteiro deve permitir que isto seja facilitado por meio de perguntas que abordem os diferentes tópicos de interesse, contendo informações prévias sobre o entrevistado, pessoas, o local ou o processo ao qual ele está relacionado.

A seleção dos entrevistados entra como outro aspecto relevante nas entrevistas com profundidade. A partir dos objetivos da pesquisa, constroem-se perfis de entrevistados de acordo com diversos critérios que podem ser excludentes ou convergentes. E, com os perfis dos entrevistados selecionados, o roteiro deve ser elaborado de forma que as perguntas captem o que os entrevistados se recordam do momento e do processo em que viveram e atuaram, o que pensam e como avaliam determinados temas, como se sentiram em relação a acontecimentos e os motivos para a tomada de decisões (LIMA, 2012). No caso de entrevistas, não há, necessariamente, uma preocupação em amostragens probabilística e a seleção dos entrevistados visa cobrir possíveis diferentes pontos de vista e abordagem para um mesmo problema. O confronto das respostas entre os diversos entrevistados enriquece a análise qualitativa na pesquisa.

Rocha (2021) classifica em quatro tipos a seleção dos entrevistados: por conveniência ou acidental, quando os entrevistados são selecionados de acordo com a sua disponibilidade ou proximidade; intencional ou de julgamento, quando os entrevistados são selecionados pelo conhecimento em torno da pesquisa; bola de neve, quando novos entrevistados surgem ao longo da pesquisa por indicação direta ou indireta de outros entrevistados; e, de contatos intersticiais, quando os entrevistados são escolhidos em locais e situações comuns ao dia a dia.

O número de entrevistados varia de acordo com a referência utilizada e do escopo da pesquisa, porém este dado não importa tanto quanto a saturação dos dados, assim como o número de perguntas presentes no roteiro em comparação à qualidade delas e da possibilidade de aprofundamento das respostas. Não há um número definido para o ponto de saturação, pois que a coleta dos dados pode demandar novos entrevistados. No entanto, convenciona-se que os dados saturam quando não há mais possibilidade de extrair novas informações que agreguem e conversem com a pesquisa. Por fim, para a análise de dados qualitativos coletados nas entrevistas, a transcrição da gravação e as anotações feitas a partir das falas do entrevistado são cruciais para que o pesquisador possa percorrer o texto em busca de trechos que sejam conflitantes entre si ou dialoguem diretamente com o escopo da pesquisa (ROCHA, 2021).

Recentemente, a análise quantitativa de texto ou texto como dado ou *text as data* considera a palavra como unidade de análise e possibilita os cientistas políticos a quantificarem e medirem incerteza de textos longos por meio da medição de frequência de palavras, categorização, verificação de associação de palavras e previsão de palavras. Este método de coleta e análise de dados textuais pode estar associada a outros métodos qualitativos, como as entrevistas, ou quantitativas ou ser utilizada por si, a depender do escopo da pesquisa (DUTT-ROSS; CRUZ, 2021; OLIVEIRA, 2019; ROCHA, 2021). Contudo, esta abordagem quantitativa será mais bem explorada na próxima seção.

As entrevistas foram realizadas de forma remota entre 31 de maio e 27 de setembro de 2024, com os 16 (dezesseis) entrevistados listados no Quadro 7. Apenas o ministro do STF Edson Fachin respondeu ao roteiro de forma escrita. Foram selecionados, inicialmente, os ministros do STF, os advogados e os representantes de movimentos sociais LGBTI+, movimentos de direitos humanos, grupos de pesquisa, organizações da sociedade civil e organizações não-governamentais que constam nos acórdãos das ações julgadas no STF. No entanto, houve um redirecionamento de rota para entrevistar os advogados dos atores citados que realizaram sustentação oral no STF ou

estiveram presente nos julgamentos, para que se investigasse possíveis redes e articulações entre eles.

Os acórdãos trazem tanto os nomes dos advogados que peticionaram a ação e dos que realizaram a sustentação oral no(s) dia(s) do julgamento. Dos representantes de movimentos sociais LGBTI+, foram selecionados presidentes, vice-presidentes, secretários-gerais e fundadores atuantes à época da impetração das ações e/ou realização dos julgamentos. Porém, um ex-assessor do deputado federal Jean Wyllys que não participa de movimento social LGBTI+ foi entrevistado por ser considerado ator relevante para uma das ações. Ainda foram entrevistados um ex-governador do Rio de Janeiro e uma ex-procuradora-geral do estado, pelo fato da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro ser impetrante de uma das ações no STF. Estes três últimos – João Júnior, Sérgio Cabral Filho e Lúcia Léa Guimarães Tavares - foram selecionados por meio da "bola de neve", a indicação como ator relevante para o processo por outro ator entrevistado.

Quadro 8 - Pessoas entrevistadas. (Continua)

NOME	OCUPAÇÃO	AÇÃO
ALEXANDRE BAHIA	Advogado. Representante legal da ABGLT e GADVS.	Criminalização da homotransfobia (ADO 26)
EDSON FACHIN	Ministro do STF	Doação de sangue (ADI 5543), Retificação do registro civil de pessoas transgênero (ADI 4275), Criminalização da homotransfobia (ADO 26 e MI 4733)
ELOÍSA ALMEIDA	Advogada. Representante legal do Conectas Direitos Humanos, EDH – Escritório de Direitos Humanos do Estado de Minas e do GGB.	União estável (ADI 4277 e ADPF 132)

Quadro 8 – Pessoas entrevistadas. (continuação)

EVORAH CARDOSO	**DIRETORA DA VOTELGBT+. REPRESENTANTE LEGAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO.**	**UNIÃO ESTÁVEL (ADPF 132)**
JOÃO JÚNIOR	Ex-assessor do deputado federal Jean Wyllys	Doação de sangue (ADI 5543) e Criminalização da homotransfobia (ADO 26)
LÚCIA LÉA GUIMARÃES TAVARES	Procuradora-Geral do Estado do Rio de Janeiro (2007-2016)	União estável (ADPF 132)
LUIZ MOTT	Fundador e ex-presidente do Grupo Gay da Bahia.	Criminalização da homotransfobia (ADO 26)
MARIA BERENICE DIAS	Advogada. Representante legal do IBDFAM.	União estável (ADI 4277 e ADPF 132), Doação de sangue (ADI 5543), Criminalização da homotransfobia (MI 4733)
PAULO IOTTI	Advogado. Representante legal da ABGLT e do PPS.	União estável (ADI 4277 e ADPF 132), Doação de sangue (ADI 5543), Retificação do registro civil de pessoas transgênero (ADI 4275), Criminalização da homotransfobia (ADO 26 e MI 4733)

Quadro 8 – Pessoas entrevistadas. (Conclusão)

RAFAEL KIRCHHOFF	**ADVOGADO. REPRESENTANTE LEGAL DO GRUPO DIGNIDADE.**	**DOAÇÃO DE SANGUE (ADI 5543) E CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOTRANSFOBIA (MI 4733)**
SÉRGIO CABRAL FILHO	Governador do Rio de Janeiro (2007-2014)	União estável (ADPF 132)
THIAGO BOTINO DO AMARAL	Advogado. Representante legal do Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual.	União estável (ADPF 132)
THIAGO GOMES VIANA	Advogado. Representante legal do GGB.	Criminalização da homotransfobia (ADO 26)
TONI REIS	Presidente e fundador do Grupo Dignidade, da ABRAFH e da Aliança Nacional LGBTI+. Ex-presidente da ABGLT	ABGLT: ADI 4277, ADI 4275, ADO 26; Dignidade: ADI 5543; ADI 4275, ADO 26, MI 4733; ABRAFH: ADI 5543
VICTOR DE WOLF	Presidente, ex-secretário-geral e ex-secretário de relações internacionais da ABGLT	União estável (ADI 4277)
WALLACE CORBO	Advogado. Representante legal da ANTRA.	Retificação do registro civil de pessoas transgênero (ADI 4275)

Fonte: O autor, 2024

Todos os roteiros encontram-se anexados à dissertação: no Apêndice A, o roteiro dos ministros do STF; no Apêndice B, dos advogados; no Apêndice C, dos representantes de movimentos LGBTI+; no Apêndice D, do governador do Rio de Janeiro; e, no

Apêndice E, da ex-procuradora-geral do Estado do Rio de Janeiro. Os dois últimos guardam semelhança e buscaram responder por a entrevista que ocorreria com o ministro Luís Roberto Barroso. Por serem semiestruturados, nem todas as perguntas estarão nos roteiros fornecidos, mas serão transcritas ao longo do texto da dissertação. Seguindo protocolos de transparência no uso de métodos qualitativos, os roteiros estão todos disponíveis nos apêndices.

2.3. Um acordo de conciliação entre os métodos quantitativo e qualitativo

Como Rocha (2021) aponta em seu artigo, a escolha de um método qualitativo não pode ser guiada pela pouca afinidade ou ausência de estudos prévios com métodos quantitativos. Aliado à pouca transparência, a falta de rigor científico e de evidenciação dos resultados podem surgir em meio às críticas às pesquisas que se utilizam de métodos qualitativos. Como validar dados qualitativos, mas sem que se saiba como foi realizada a coleta? Para além das formas de comprometimento com a transparência já mencionadas neste capítulo, como a anexação dos roteiros, é possível se utilizar de outros métodos qualitativos ou quantitativos como estratégia de validação dos dados coletados na pesquisa qualitativa. Importa frisar, no entanto, que, enquanto a validação na metodologia quantitativa está intrinsicamente conectada à replicabilidade, na qualitativa é a adequação do método ao problema de pesquisa (SANTOS *et. al.*, 2020).

A combinação de métodos quantitativos e qualitativos num desenho de pesquisa recebe diversos nomes e cada uma possui suas particularidades na adoção delas. Enquanto Flick (2013) diferencia triangulação de métodos, métodos mistos e pesquisa social integrada, demais autores parecem tornar estes conceitos sinônimos (PARANHOS *et. al.*, 2016) ou enxergam a limitação dos métodos mistos em detrimento às possibilidades trazidas pela triangulação (SANTOS *et. al.*, 2020) ou, ainda, incorporam a triangulação como uma estratégia de métodos mistos, além de apontarem a falta de consenso na conceituação (SILVA, 2015). Para Flick (2013), na triangulação, o método quantitativo aparece de suporte ao qualitativo; nos métodos mistos, combinam-se os dois métodos, sendo o quantitativo aquele que é utilizado primeiro; e, na pesquisa social integrada, há uma expansão dos outros dois conceitos, pois deve-se planejar a combinação de métodos a partir da triangulação de teorias e métodos.

A triangulação pode, portanto, combinar não apenas diferentes métodos para compreender o mesmo fenômeno, mas também diferentes teorias, métodos de coleta de dados, fontes de dados, pesquisadores, ambientes ou mesmo temporalidade:

> A triangulação de dados consiste em usar diferentes fontes de dados, sem usar métodos distintos. Neste caso, os dados são coletados em momentos, locais ou com pessoas diferentes. Já a triangulação de investigadores refere-se ao uso de diferentes observadores ou entrevistadores para detectar e minimizar eventuais vieses ou tendências do pesquisador. (...). No caso da triangulação da teoria os dados são abordados usando-se perspectivas teóricas e hipóteses múltiplas, frequentemente tomando-se emprestados modelos teóricos de outras disciplinas (...). Por fim, em relação à triangulação metodológica, pode-se usar duas estratégias diferentes, a triangulação de métodos e a entre métodos, em que se usam escalas diferentes ou formas distintas de obter dados (no primeiro caso) e a combinação de formas de coleta distintas, no segundo (ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015, p. 247-248).

Os resultados dos usos da triangulação de métodos qualitativos com quantitativos geram três possibilidades: 1) podem ser convergentes e se confirmar; 2) podem ser divergentes e se contradizer; ou, 3) podem ser complementares no sentido de darem um panorama sobre o problema de pesquisa sob diferentes aspectos. É preciso, no entanto, que o pesquisador esteja atento à integração das abordagens qualitativa e quantitativa, dentro de suas especificidades teóricas e epistemológicas, sem reduzir uma delas a um papel secundário. É importante também refletir criticamente sobre os resultados, evitando interpretações que apenas confirmem expectativas prévias, além de reconhecer potenciais discrepâncias como oportunidades para aprofundar a compreensão do fenômeno observado. A justificativa do uso da triangulação na pesquisa viria pela necessidade de garantir que as diferentes abordagens e seus resultados sejam igualmente valorizados e vistos como independentes, fortalecendo assim a confiabilidade e a consistência dos achados (FLICK, 2013).

Por sua vez, nos métodos mistos, de acordo com Paranhos *et. al.* (2016), é primordial que o pesquisador perpasse as etapas da pesquisa se utilizando dos métodos quantitativo e qualitativo. Na definição do problema de pesquisa, é necessário que os métodos selecionados possam responder ao mesmo problema e/ou as questões subjacentes. Deve-se, ainda, garantir que a unidade de análise, definida como "os casos da pesquisa, as linhas da planilha. A unidade de análise pode ser indivíduos, grupos, municípios, estados, países, etc."[4], seja homogênea e a amostra selecionada de acordo

[4] PARANHOS, R. *et. al.* Uma introdução aos métodos mistos. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, n. 42, mai/ago 2016, p. 392.

com os objetivos da pesquisa. As técnicas de coletar dados devem ser distintas e, as chamadas estratégias de análise, combinadas de forma que possam se complementar no desenho de pesquisa.

As aplicações dos métodos mistos variam a ordem do encaixe dos métodos quantitativos e qualitativos. Os métodos mistos são classificados de acordo com o momento de uso dos métodos quantitativo e qualitativo: *sequential explanatory strategy*, em que a análise quantitativa é feita posteriormente à qualitativa por depender dos resultados desta; s*equential exploratory strategy*, no qual a análise qualitativa é realizada posterior à quantitativa; e, s*equential transformative strategy,* em que referencial teórico que dá coesão à investigação e pode orientar tanto a coleta quanto a análise dos dados (PARANHOS *et. al.*, 2016). Outras três estratégias de análise são apresentadas por Silva (2015): estratégia de triangulação simultânea, na qual os métodos são utilizados a fim de confirmar ou validar os resultados de um estudo; a estratégia de seleção conjunta, na qual dados quantitativos e qualitativos são obtidos ao mesmo tempo e os métodos possuem pesos distintos quanto à prioridade; e, a estratégia transformadora simultânea, que pode combinar elementos das duas anteriores, facilitando a condução do estudo e a apresentação dos resultados. Todas essas estratégias de análise podem ser adotadas, segundo os critérios de:

> *implementação*, quando se decide qual dos métodos deverá iniciar a pesquisa; *prioridade*, quando se atribui prioridade a um dos métodos; *integração*, momento em que se conjuga os dados; e, *perspectiva teórica*, quando se averigua se esse ponto de vista está implícito ou explícito (SILVA, 2015, p. 119).

Há ainda um tipo de análise denominada *crossover* em que é possível tratar dados coletados por métodos qualitativos, como uma entrevista em profundidade, por meio de métodos quantitativos, tal qual a análise quantitativa de texto. A justificativa para este tipo de análise numa pesquisa deve-se à garantia de maior robustez, segundo Paranhos *et. al.* (2016). Nesta pesquisa, me utilizei da s*equential exploratory strategy* a fim de que a análise quantitativa de texto permitisse não apenas uma análise exploratória, mas evidenciar quantitativamente termos de maior relevância nos acórdãos que serviram de fundamentação para as decisões e poderiam estar presentes nas respostas dos entrevistados.

Apesar disso, existem limitações concernentes à aplicação de métodos mistos no desenho de pesquisa assim como na adoção de quaisquer outros métodos. Para além da

adequação à pesquisa, é necessário pensar: quais métodos podem ser adotados para tratar os dados, que podem ser coletados de forma única ou diversa; a combinação deles, pois diferentes práticas qualitativas podem trazer desafios metodológicos variados quando combinadas com análises quantitativas de forma integrada ou sequencial ou concomitante; o choque das filosofias existentes entre os métodos, uma vez que os quantitativos estão associados a perspectivas positivistas ou pós-positivistas, enquanto métodos qualitativos muitas vezes derivam de abordagens interpretativistas; a comensurabilidade, pois a pesquisa quantitativa se baseia em conceitos definidos previamente e a pesquisa qualitativa tende a construir ou adaptar os conceitos ao longo do estudo, além de dados qualitativos não serem possíveis de serem mensurados por vezes; e, por fim, a especialização existente nas Ciências Sociais em torno das técnicas de pesquisa e suas epistemologias, o que torna o pesquisador que utiliza os métodos mistos cada vez mais desafiado a dominar múltiplas abordagens. Esse pesquisador precisa não apenas estar atualizado sobre diferentes métodos, mas também ser capaz de navegar entre distintas perspectivas epistemológicas. Essa necessidade pode dificultar a produção de pesquisas que integrem efetivamente técnicas e epistemologias diversas, além de aumentar a dificuldade de diálogo com revisores e especialistas que possuem expertise aprofundada em apenas uma dessas áreas, colocando em risco a aceitação e a centralidade dessas pesquisas dentro das disciplinas acadêmicas (SMALL, 2011; SILVA, 2015).

Para esta dissertação, a combinação de métodos quanti-quali se deu por meio da análise quantitativa de texto dos acórdãos dos julgamentos das ações e, em seguida, a realização das entrevistas em profundidade com os atores dos julgamentos que constituem o objeto da pesquisa. A análise quantitativa dos acórdãos judiciais e a análise qualitativa das entrevistas foram realizadas para que se comparasse os dados informacionais trazidos pelas diferentes fontes: por um lado, os votos dos ministros e do outro, as memórias, explanações e análises dos advogados, representantes dos movimentos LGBTI+ e demais atores surgidos nas entrevistas. Esta abordagem quantitativa permitiu não apenas certos *insights* para as entrevistas, mas também o levantamento de hipóteses sobre o processo de conquista de direitos LGBTI+, aprofundado por meio das entrevistas.

3. O STF: GUARDIÃO CONSTITUCIONAL OU LEGISLADOR?

Neste capítulo apresento os principais resultados da pesquisa que consistiu em analisar quantitativamente os textos dos acórdãos dos julgamentos dos direitos LGBTI+ no STF e as entrevistas realizadas com um ministro do STF, advogados e lideranças de movimentos LGBTI+ a fim de compreender a percepção sobre o STF como arena política de disputa por direitos e todo o processo desencadeado nele.

Na abordagem quantitativa, encontrei os termos mais frequentes dos acórdãos do STF e a quais outros termos estão associados a fim de se pensar possíveis fundamentações jurídicas e sociais mobilizadas nos julgamentos por parte dos ministros em seus votos. Além disso, construí um quadro de similaridade entre os textos de temáticas distintas, mas que guardam como fio condutor a população-alvo dos julgamentos.

Por sua vez, na metodologia qualitativa, entrevistei diversos atores envolvidos nos julgamentos e comparei suas respostas sobre a percepção sobre a atuação do Supremo no processo de conquista dos direitos LGBTI+, a relevância dos movimentos sociais LGBTI+, a presença de outros atores que não estão registrados nos acórdãos – mas que surgem por meio das memórias dos envolvidos –, e a percepção do papel de dual de guardião constitucional e de legislador do Supremo. Enquanto a etapa quantitativa contribuiu para oferecer dados que permitem a leitura dos textos dos acórdãos, a etapa qualitativa permite aprofundar a compreensão do processo de articulação entre os atores.

A pesquisa adota uma abordagem multimétodo, combinando análise quantitativa de texto realizada em R Studio com entrevistas qualitativas, permitindo uma leitura mais robusta sobre a temática do uso político do STF por diferentes atores para conquistar direitos. Os acórdãos analisados são a ADI 4.277/DF e a ADPF 132/DF, sobre a união estável homoafetiva; a ADI 4.275/DF e o RE 670.422, sobre a retificação do registro civil por pessoas transgênero; a ADO 26/DF e o MI 4.733/DF, sobre a criminalização da homofobia e da transfobia; e, a ADI 5.543/DF, sobre a doação de sangue por homens gays e bissexuais. A análise das narrativas que surgem nas entrevistas permite compreender como diferentes estratégias – desde a entrada de movimentos como *amici curiae* até audiências destes com ministros – foram fundamentais para a consolidação dos direitos LGBTI+ no Brasil.

3.1. Os acórdãos

Nesta seção, apresento o que os acórdãos do STF nos dizem por meio da análise quantitativa de texto realizada no R Studio[5]. Mais que um exercício exploratório, esta análise se deu a fim de orientar a elaboração dos roteiros e observar possíveis padrões de respostas quanto aos termos mais frequentes, a similaridade entre os textos e os termos mais associados aos termos mais frequentes. Os acórdãos utilizados para a análise quantitativa foram da ADI 4.277/DF, ADPF 132/DF, ADI 4.275/DF, RE 670.422/DF, MI 4.733/DF, ADO 26/DF e ADI 5.543/DF. Inicialmente, foi realizada uma etapa de pré-processamento para carregar, organizar e "limpar" os textos. Após a preparação e o processamento inicial de um corpus textual para a análise quantitativa de texto foram feitos a partir, foi realizada a definição de stopwords, que são palavras que não contribuem significativamente para a análise textual, como artigos, preposições e palavras comuns na língua portuguesa ou no contexto dos documentos analisados. Sem as stopwords, palavras como "é", "que", "de" impediriam uma leitura mais precisa das palavras mais frequentes, por exemplo. Inicialmente, são carregadas stopwords padrão da língua portuguesa usando a fonte "snowball". Além disso, uma lista personalizada de palavras adicionais é criada, com termos específicos dos acórdãos e que são repetitivos em todas as páginas, como "supremo", "tribunal", "federal", "ação", "ministro" e números ou siglas relacionadas a processos e leis. Algumas destas palavras surgiam ao longo das análises, o que fazia com que todo o processo fosse realizado novamente para que se incluísse uma nova palavra na lista de stopwords. A lista completa de stopwords é combinada na variável `stop_words_completo`, unindo as stopwords padrão do snowball com as palavras selecionadas a partir da leitura dos acórdãos. Esse conjunto é fundamental para garantir que o processamento textual se concentre nas palavras que possuem maior relevância sem ser prejudicado por ruídos no corpus. O objetivo é "limpar" os textos antes de realizar qualquer tipo de análise quantitativa neles.

Com os textos carregados e a lista de stopwords definida, é realizada a etapa da tokenização, na qual se faz a remoção de elementos indesejados, como pontuação, símbolos e URLs, e a conversão todo o texto para letras minúsculas, garantindo uniformidade. Além disso, elimina-se todas as stopwords listadas e a remoção de espaços em branco no lugar dessas palavras. Após a limpeza, o corpus passa por mais uma etapa

[5] As análises quantitativas descritas foram realizadas com o uso dos pacotes *quanteda*, *readtext* e *here*.

de refinamento. As palavras com menos de três caracteres são removidas para evitar termos curtos que normalmente têm pouco valor analítico. Além disso, são criados n-gramas de 1 e 2 palavras, combinando termos que frequentemente aparecem juntos, o que possibilita capturar relações contextuais mais ricas entre palavras. Esses n-gramas são gerados usando o concatenador " ", para manter a legibilidade. Por fim, os dados processados são transformados em uma matriz de termos e documentos (DFM - Document-Feature Matrix). Esta matriz organiza o corpus de forma estruturada, onde as linhas representam os documentos e as colunas representam os termos (ou n-gramas), acompanhados de suas frequências. Esse formato permite explorar padrões de frequência e relações entre os termos no corpus textual, como serão vistos nas operações a seguir.

Os trinta termos mais frequentes dos acórdãos, após a limpeza dos textos mencionada acima, foram os seguintes descritos no Quadro 8. A coluna *feature* representa os termos; *frequency*, o número de vezes em que estes termos são encontrados; *rank*, a posição do termo de acordo com a frequência; *docfreq*, estabelecido em todos os 7 acórdãos; e, *group*, indica que os documentos pertencem ao mesmo agrupamento – no caso, os acórdãos.

Quadro 9 - Termos mais frequentes dos acórdãos. (Continua)

FEATURE	FREQUENCY	RANK	DOCFREQ	GROUP
LEI	1648	1	7	all
GÊNERO	1479	2	7	all
SEXUAL	1257	3	7	all
ESTADO	1180	4	7	all
PESSOAS	1167	5	7	all
SEXO	1164	6	7	all
DISCRIMINAÇÃO	1062	7	7	all
IDENTIDADE	1041	8	7	all
PROTEÇÃO	1016	9	7	all
PESSOA	982	10	7	all
UNIÃO	950	11	7	all
FUNDAMENTAIS	895	12	7	all
ORIENTAÇÃO	858	13	7	all
DIGNIDADE	813	14	7	all
CIVIL	806	15	7	all
ORIENTAÇÃO SEXUAL	785	16	7	all
PRINCÍPIO	762	17	7	all
RECONHECIMENTO	733	18	7	all
IDENTIDADE GÊNERO	716	19	7	all

Quaro 9 – Termos mais frequentes dos acórdãos. (Conclusão)

HUMANA	699	20	7	ALL
LIBERDADE	685	21	7	all
INTERPRETAÇÃO	645	22	7	all
CONTRA	628	23	7	all
SENTIDO	626	24	7	all
PODER	617	25	7	all
HUMANOS	603	26	7	all
IGUALDADE	601	27	7	all
OMISSÃO	594	28	7	all
FAMÍLIA	593	29	7	all
SOCIAL	580	30	7	all

Fonte: O autor, 2024.

É possível perceber a conexão de certos termos já de antemão por meio do Quadro 9, como "princípio", "dignidade" e "humana" ou "discriminação", "orientação", "identidade". Há ainda a coocorrência "orientação sexual" e "identidade gênero" – neste último, um bom exemplo do motivo para retirada de preposições com o uso de stopwords – possibilitadas pela operação dos n-gramas que coadunam dois termos que ocorrem com muita frequência. A variável group indica que o cálculo de frequência dos termos foi realizado em todo o corpus definido – os 7 acórdãos. É relevante visualizar os termos mais frequentemente utilizados na análise quantitativa dos textos a fim de perceber no que o léxico jurídico se baseia em suas decisões ou a que recorrem para justificá-las. O princípio da dignidade humana é basilar para os votos dos ministros em relação à união estável, doação de sangue, direito à retificação do registro civil por pessoas transgênero e à criminalização da LGBTIfobia, como pode ser demonstrado abaixo:

> "IV – essa liberdade para dispor da própria sexualidade insere-se no rol dos direitos fundamentais do indivíduo, expressão que é de autonomia de vontade, direta emanação do princípio da dignidade da pessoa humana **e até mesmo "cláusula pétrea**", nos termos do inciso IV do §4º do art. 60 da CF (cláusula que abrange "os direitos e garantias individuais" de berço diretamente constitucional); (...)". (BRASIL, 2011, p. 641).

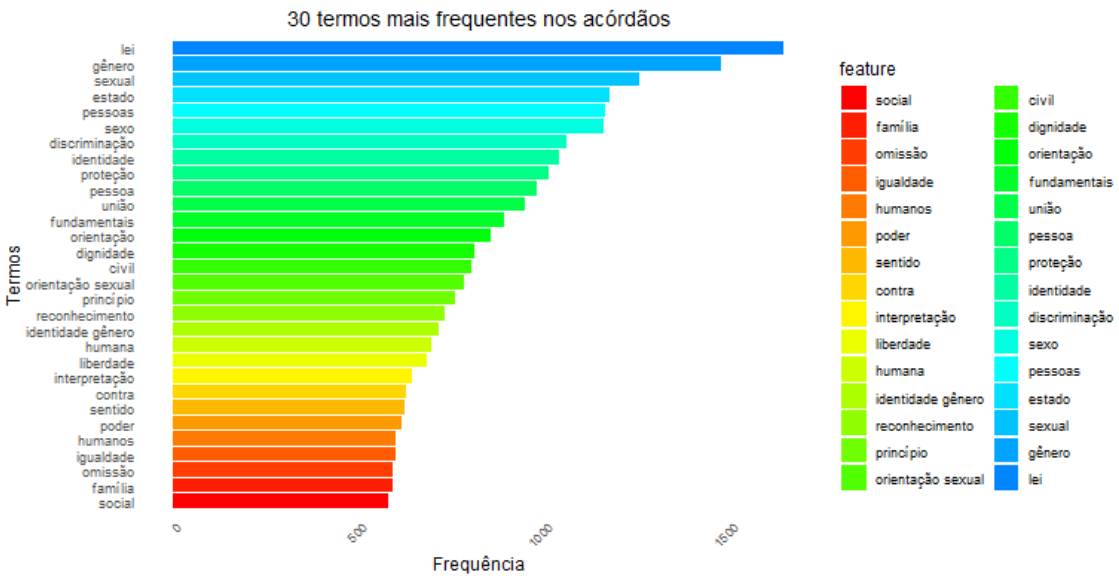
> "O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana é aqui conclamado porque, mais do que fonte e fundamento de outros direitos fundamentais (como, por exemplo, o direito fundamental à igualdade), tem seu conteúdo nitidamente violado e, portanto, torna-se passível de aplicação direta ao caso em análise." (BRASIL, 2019, p. 213).

> "As normas impugnadas nesta Ação Direta também ofendem o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CRFB) porque afrontam outro elemento que lhe constitui: o *reconhecimento* desse grupo de pessoas como sujeitos que devem ser respeitados e valorizados da maneira como são, e não

> pelo gênero ou orientação sexual das pessoas com as quais se relacionam.”. (BRASIL, 2020, p.30)

Um gráfico em barras foi construído para fins de melhor visualização dos dados obtidos pelo Quadro 9. No gráfico 1, o tamanho de cada palavra é proporcional à frequência de menção nos textos dos acórdãos. Anterior a esta etapa, a DFM foi filtrada para que termos que possuam menos de 3 menções nos textos não aparecessem no gráfico abaixo. Esta escolha é pertinente para que se evidencie termos de maior impacto nos acórdãos e se diminua o ruído ocasionado por termos com pouca relevância.

Gráfico 1 - Os 30 termos mais frequentes nos acórdãos.



Fonte: O autor, 2024.

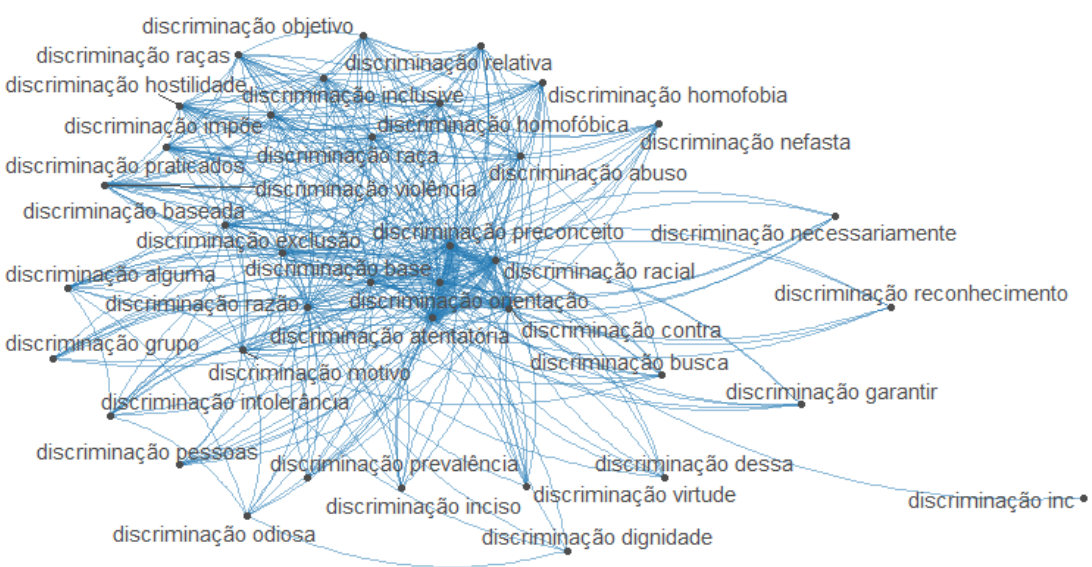
Outros termos presentes como os mais frequentes como proteção, reconhecimento, pessoas e sexo podem estar correlacionados, mas não é possível afirmar categoricamente. Ainda assim, é possível apreender que o teor dos acórdãos por meio dos termos mais frequentes vai no sentido de menção a direitos fundamentais e direitos humanos concernentes à população LGBTI+ que os reivindicam a partir de suas orientações sexuais e identidades de gênero. Contudo, apenas a visualização dos termos frequentes não permite estabelecer uma conclusão a respeito. Por este motivo, construí grafos para visualizar os termos mais associados aos termos mais frequentes. A coocorrência de termos é possível se ser visualizada por meio de um grafo com base em termos selecionados da matriz de termos e documentos (DFM) criada anteriormente. Alguns dos termos mais frequentes foram selecionados para esta visualização de

coocorrência. A DFM foi filtrada para reter apenas os termos selecionados dentre os mais frequentes: discriminação (7º), proteção (9º), dignidade (14º), reconhecimento (18º) e liberdade (21º). O uso do sinal "*" permite capturar variações ou extensões do termo, como "discriminação orientação" ou "dignidade humana", por exemplo. Esse filtro ajuda a restringir a análise a palavras específicas, reduzindo o ruído no grafo e concentrando-se em conceitos de interesse.

Com a DFM filtrada, o grafo criado apresenta nós que representam os termos e as arestas indicam a coocorrência entre elas. Foi definida uma frequência mínima de 0.5 para exibir conexões, garantindo que apenas associações relativamente frequentes sejam incluídas. Esse tipo de visualização permite a identificação de padrões e a exploração de como os termos relacionados aos conceitos selecionados interagem no corpus documental.

O termo discriminação possui os seguintes termos mais associados: preconceito, orientação, racial, base, atentatória, contra, violência, exclusão, homofobia, dentre outros. É possível apreender por meio do grafo representado na figura 1 que a discriminação nos votos dos ministros do STF surge para afirmar que existe um cenário de exclusão da população LGBTI+ o qual o tribunal se atenta para fundamentar suas decisões em torno dos direitos litigados.

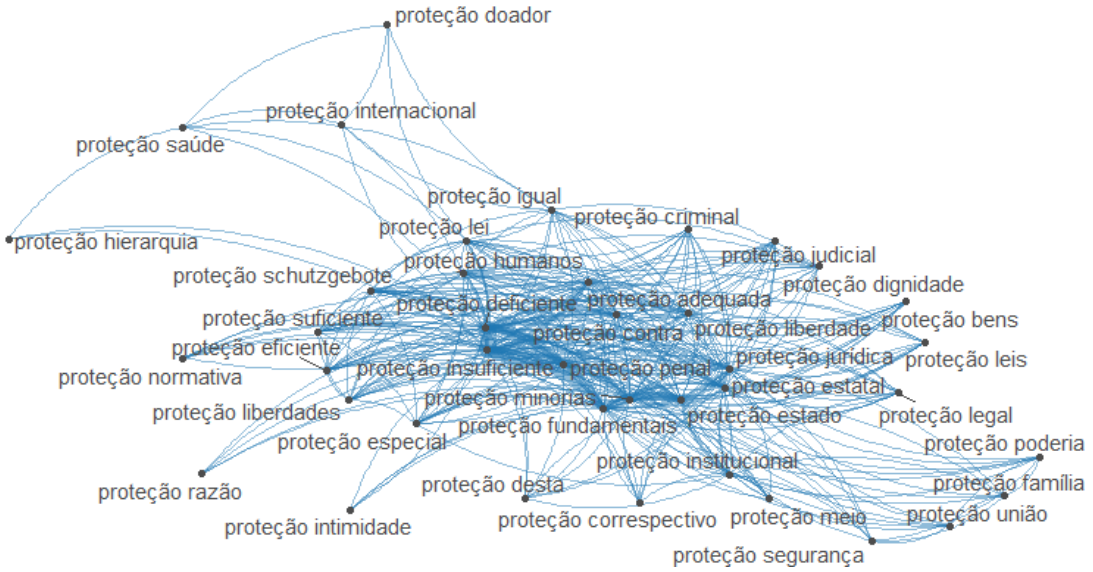
Figura 1 - Coocorrências do termo “discriminação”.



Fonte: O autor, 2024.

Da mesma forma, na figura 2 a representação dos termos mais associados ao termo proteção demonstra como os ministros do STF mobilizam diferentes searas nos acórdãos dos julgamentos. Insuficiente, deficiente, penal, jurídica, minorias, adequada e estatal são termos que apontam o porquê das decisões favoráveis: a proteção do Estado frente à população LGBTI+ não tem sido suprida e aquele tribunal necessitaria agir para resguardar direitos de minorias em todas as ações impetradas. Outros termos mais isolados, como família e união, podem estar presentes devido à referência que se faz à ADI 4.277/DF e ADPF 132 em outros julgamentos dos direitos LGBTI+.

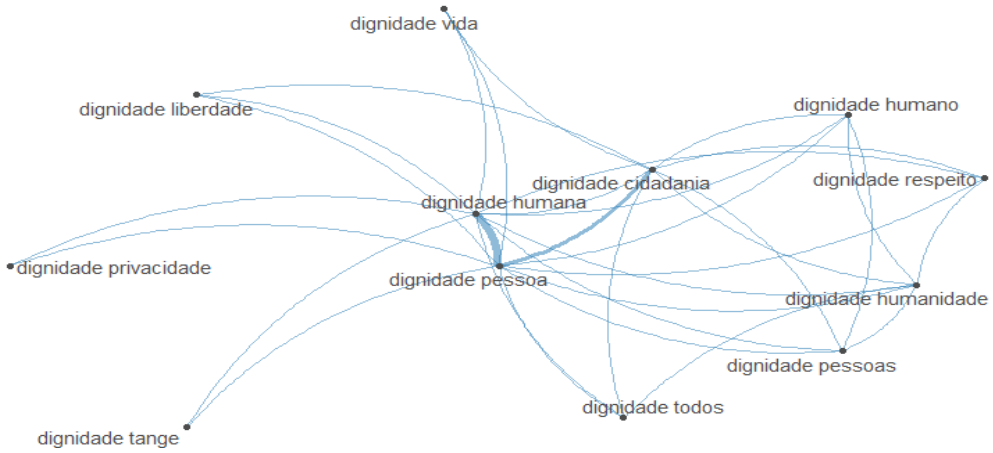
Figura 2 - Coocorrências do termo “proteção”.



Fonte: O autor, 2024.

Em relação à figura 3, o termo “dignidade” está presente na lista dos mais frequentes e apresenta diversas coocorrências relevantes para a compreensão das decisões, como “dignidade cidadania”, “dignidade pessoa” e “dignidade humana”. Este princípio é mobilizado de forma recorrente nos acórdãos e dão o tom dos votos dos ministros nos julgamentos dos direitos LGBTI+ ao longo da década.

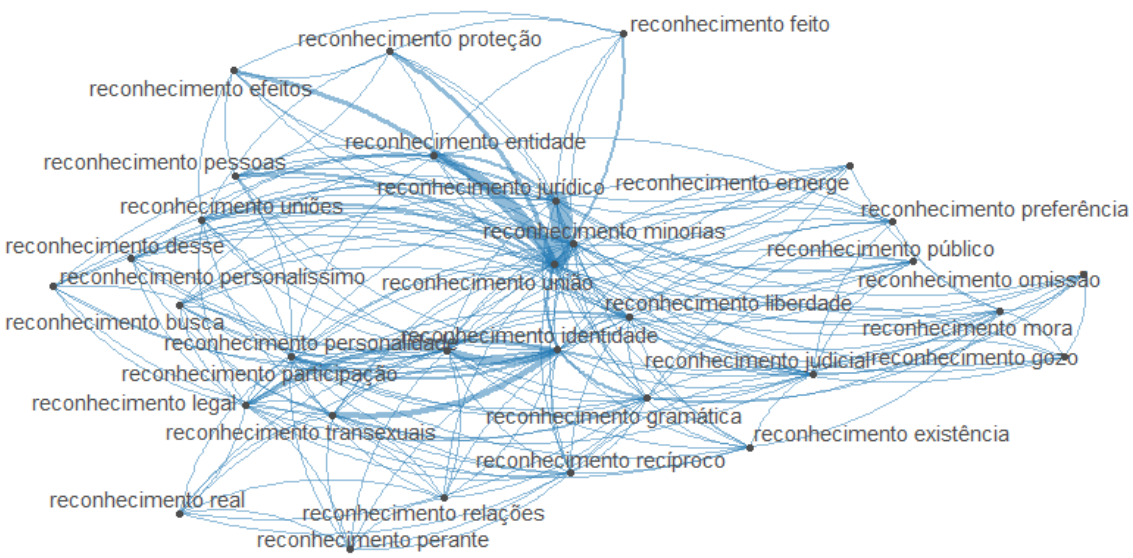
Figura 3 - Coocorrências do termo “dignidade”.



Fonte: O autor, 2024.

Por sua vez, na figura 4, vemos a coocorrência do termo reconhecimento aglutinar termos diretamente relacionados aos atores e à argumentação jurídica que baseia os votos. “Reconhecimento união”, “reconhecimento minorias”, “reconhecimento identidade”, “reconhecimento transexuais”, “reconhecimento omissão” e “reconhecimento proteção” podem ser visualizados no grafo abaixo e denotam a atenção que os ministros deram em seus votos aos diversos temas que perpassam todos os julgamentos: que caberia ao Supremo reconhecer os direitos dos litigantes por razões diversas, inclusive de proteção – que já foi explorado na figura 2 – e por omissão de outros poderes. Estes dados estão em convergência com as entrevistas, tópico na próxima seção deste capítulo.

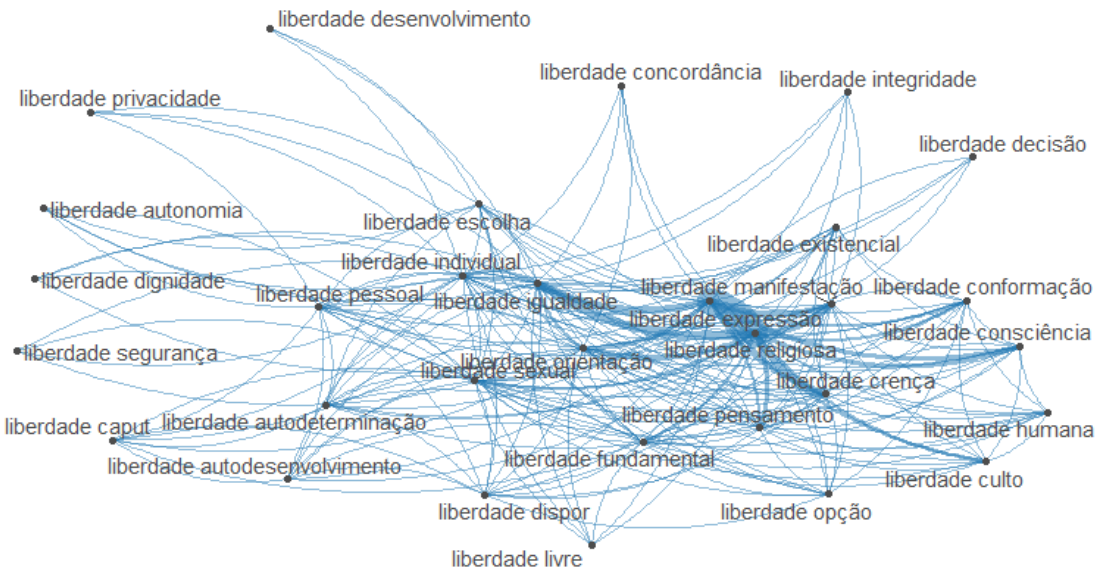
Figura 4 - Coocorrências do termo “reconhecimento”.



Fonte: O autor, 2024.

Por fim, exploro na figura 5 os termos com maiores coocorrências com o termo “liberdade”, em que é possível visualizar a “liberdade orientação”, “liberdade sexual”, “liberdade expressão”, “liberdade manifestação”, “liberdade igualdade”, dentre outros que formam uma argumentação jurídica favorável aos direitos LGBTI+. No entanto, é possível visualizar outros termos que, se isolados, não seriam interpretados de igual forma caso não se conhecesse o conteúdo das decisões: “liberdade religiosa”, “liberdade crença” e “liberdade culto” são evocados pelos ministros do STF para afirmar que tais direitos LGBTI+ não ofenderiam estes princípios levantados pelos *amici curiae* contrários nos julgamentos – notadamente a Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE).

Figura 5 - Coocorrências do termo “liberdade”.



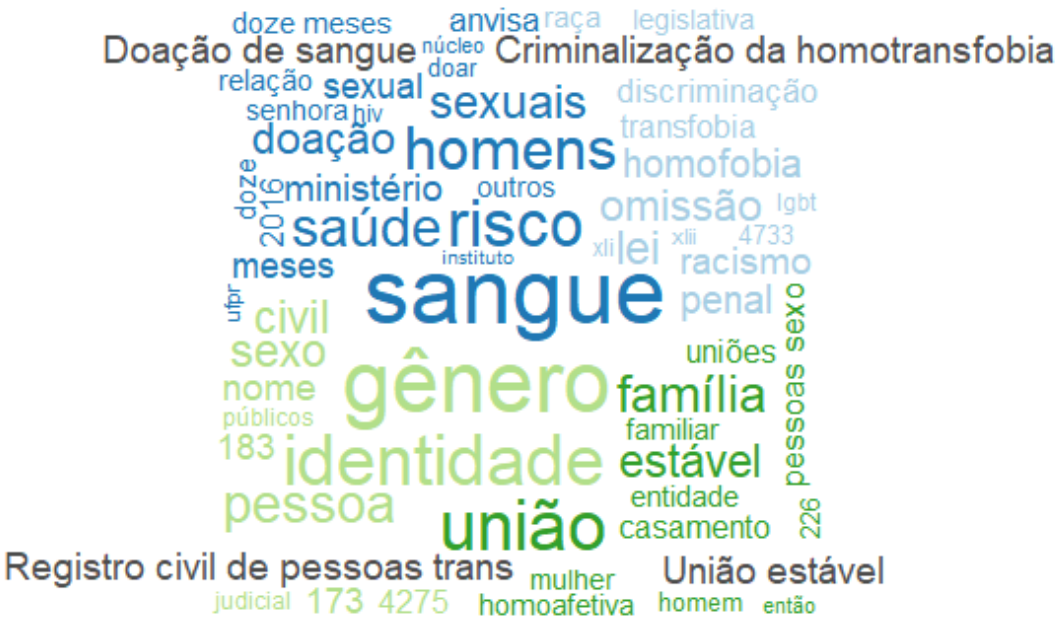
Fonte: O autor, 2024.

Estes cinco termos selecionados são uma das chaves de compreensão para as decisões favoráveis por parte dos ministros do STF – e também para a reivindicação dos direitos por parte dos requerentes e dos *amici curiae*, conforme será descrito a seguir. Esta confluência de discurso entre diferentes atores é fundamental para entender porque os atores envolvidos realizam uma forte defesa do tribunal, mesmo entre aqueles que apontam certa cautela em tempos recentes.

Um tipo de nuvem de palavras possível de ser realizada é a ilustrada na figura 6. No lugar de visualizar as palavras de todo o corpus, reúne-se num grafo os termos mais frequentes de cada pauta julgada. A nuvem de palavras da ADI 5.543/DF está sob o nome

“Doação de sangue” em azul claro; a das ADO 26/DF e MI 4.733/DF, sob o nome “Criminalização da homotransfobia”; a das ADI 4.275/DF e RE 670.422/DF, sob o nome “Registro civil de pessoas trans” em verde claro; e, a das ADI 4.277/DF e ADPF 132/DF, sob o nome “União estável” em verde escuro.

Figura 6 – Nuvem de palavras por pauta julgada.



Fonte: O autor, 2024.

Uma matriz de similaridade foi construída a fim de se verificar a semelhança dos textos dos acórdãos reunidos no corpus, apresentada no quadro 9. Para além das altas semelhanças de ações julgadas em conjunto devido ao tema – a ADO 26/DF e o MI 4.733/DF guardam uma semelhança de 91,54%; a ADI 4.275/DF e o RE 670.422/DF, de 86,61%; e, a ADI 4.277/DF e a ADPF 132/DF, de 98,64% –, impressiona que os demais acórdãos sem relação uns com os outros tenham semelhança que varie entre 40% e 57%. Isto pode se dar por alguns fatores: os ministros fazem referência às ações anteriores para apontar precedentes, as ações possuem alguns princípios basilares em comum que fundamentam todas as decisões e da utilização de termos concernentes à população e aos direitos LGBTI+ que irão constar em todos os acórdãos.

Quadro 10 - Matriz de similaridade.

	ADI 4277	ADPF 132	ADI 5543	ADI4275	RE 670422	ADO 26	MI 4733
ADI 4277	1	0,986417	0,466354	0,518143	0,453559	0,575451	0,55275
ADPF 132	0,986417	1	0,465984	0,517974	0,456244	0,576446	0,552983
ADI 5543	0,466354	0,465984	1	0,463807	0,408389	0,478008	0,474656
ADI4275	0,518143	0,517974	0,463807	1	0,866169	0,570702	0,562492
RE 670422	0,453559	0,456244	0,408389	0,866169	1	0,483694	0,474414
ADO 26	0,575451	0,576446	0,478008	0,570702	0,483694	1	0,915429
MI 4733	0,55275	0,552983	0,474656	0,562492	0,474414	0,915429	1

Fonte: O autor, 2024.

A leitura desta matriz de similaridade em conjunto à lista dos 30 termos mais frequentes em todos os acórdãos são um caminho para apontar os discursos adotados pelos ministros do STF em defesa dos direitos LGBTI+. Omissão, proteção, dignidade, reconhecimento, igualdade, liberdade, discriminação, orientação, minorias e identidade são alguns dos termos que estão dentre os mais frequentes em todos os acórdãos podem evidenciar o respaldo do uso do tribunal para a legitimação de direitos LGBTI+ devido às sustentações orais proferidas pelos *amici curiae* favoráveis, às doutrinas utilizadas, a interpretação de direitos constitucionais não resguardados para este setor da população e como os julgamentos estão intricados não apenas pelo tema, mas pelos atores e discursos mobilizados. Contudo, não é possível concluir isto a partir da análise quantitativa dos acórdãos. Por este motivo, a combinação de métodos mistos se fez necessária para esta pesquisa e desenvolvo a etapa qualitativa das entrevistas na seção a seguir.

3.2. Os amigos da Corte falam

Nesta seção, exploro como diferentes atores interagem e acionam o Supremo por diferentes motivações. Seguindo as recomendações de Ribeiro e Arguelhes (2019), analisei não apenas os usos das ADIs para a reivindicação de direitos, mas também de ADPF, ADO e MI. A diversidade de instrumentos está correlacionada à diversidade dos agentes impetrantes e suas estratégias de mobilização do direito. Por este mesmo motivo, outros atores que não os ministros do Supremo Tribunal Federal devem ser observados quando da discussão sobre o uso político do Judiciário, pois as evidências da pesquisa de Pogrebinschi (2012) mostram que o tribunal age mais no sentido de corroborar os

processos legislativos – ainda que estes não sejam objeto desta pesquisa. Não pretendo fazer um amálgama das diferentes correntes interpretativas, mas trazer algumas contribuições que permitem construir uma visão mais em rede sobre a multiplicidade de atores, percepções, discursos e motivações para a mobilização legal dos movimentos sociais e a transformação do Supremo numa arena política.

Alguns pontos centrais podem ser destacados a partir das entrevistas realizadas: a) cada ação foi movida por atores diversos, o que refletiu nas estratégias; b) ao longo da década, os movimentos LGBTI+ aprenderam a se mobilizar e articular no Judiciário para demandar e obter vitórias tal qual já ocorria no Legislativo e Executivo; c) a atuação do Supremo raramente é unânime, mas em todas as ocasiões foi favorável aos direitos LGBTI+; d) no julgamento da doação de sangue e da retificação do nome de pessoas trans, foram observadas estratégias para conceder direito com restrições e/ou impedir tais direitos por outros atores do Estado, tais como o ministro da Saúde e a PGR; e) a união estável homoafetiva impulsionou os movimentos LGBTI+ a pensarem novas estratégias; e, f) os *amici curiae* podem se articular entre si por meio dos advogados e estão mais próximos dos ministros do STF que há uma década.

A leitura destes principais achados por meio das palavras dos entrevistados pode guiar a leitura das próximas 4 subseções, em que apresento as entrevistas divididas pelos julgamentos: união estável homoafetiva (2011), retificação do registro civil por pessoas transgênero (2018), criminalização da homofobia e transfobia (2019) e doação de sangue por homens gays e bissexuais (2020).

3.2.1. União estável homoafetiva

O marco inicial dos julgamentos dos direitos LGBTI+ é o ano de 2011, quando foram julgados em conjunto a ADPF 132/DF, impetrada pela Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, e a ADI 4.277/DF, impetrada pela Procuradoria-Geral da República. A história das duas ações não se inicia nem no ano do julgamento tampouco nos anos de 2008 e 2009, quando a ADPF e a ADI foram protocoladas no Supremo Tribunal Federal, respectivamente. Importa, contudo, evidenciar de antemão os *amici curiae* favoráveis aos direitos LGBTI+ os quais tive a oportunidade de entrevistar os advogados e/ou os representantes (a lista completa dos *amici curiae* favoráveis encontra-se nos quadros 1 e 2 do capítulo 1 desta dissertação). Destacam-se: a Associação

Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo – ABGLT; Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM; a Associação de Incentivo à Saúde e Educação de São Paulo – AIESP; o Conectas Direitos Humanos; o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual; o Grupo Gay da Bahia – GGB; o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual - CELLOS; e, a Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP.

Na presidência da ABGLT desde julho de 2024, Victor de Wolf participa há cinco gestões consecutivas da entidade: duas como secretário-geral e duas como secretário de relações internacionais somadas à atual. Portanto, Victor participou de várias ações pelas quais a entidade se inseriu no STF, seja como *amicus curiae* ou impetrante. Victor de Wolf iniciou sua trajetória como militante de movimento social aos 16 anos, em movimento estudantil secundarista, passando por movimento estudantil universitário, movimento LGBTI+, associação de moradores e associação de produtores culturais. Fundou junto de outros militantes e amigos o Grupo Diversidade Niterói (GDN) em 2004 e desde o início contou com o apoio da ABGLT, por meio do presidente do Grupo Arco-Íris, Cláudio Nascimento. O GDN se beneficiou de um programa de capacitação de novas lideranças e de assessoria para criar o estatuto, registro em cartório e demais procedimentos para institucionalizar o grupo. Para além de presidente da ABGLT e fundador do GDN, é gestor cultural do Museu de Arte Contemporânea de Niterói.

O movimento LGBTI+ nunca foi uníssono, conforme relatado em entrevista. Havia um intenso debate sobre que pauta deveria ser central: casamento ou criminalização da LGBTIfobia. No primeiro, as críticas decorriam de que tornar o casamento civil a bandeira principal do movimento LGBTI+ excluiria uma parcela da população que não possui qualquer tipo de patrimônio – um dos principais argumentos para a garantia deste direito era a pensão e a herança do cônjuge – e que deveria ser priorizado o mote sobre violência e violação aos corpos LGBTI+, que atingiria a todos independente de classe social. Já em relação à criminalização da LGBTIfobia, as principais críticas eram advindas daqueles que se identificavam com o abolicionismo penal e apontavam o aumento do encarceramento em massa da população negra no país. Victor de Wolf se enquadrava no setor de crítica à centralidade do casamento civil, enquanto alguns setores da esquerda e do movimento, dentre eles o ex-deputado federal Jean Wyllys, à criminalização. Até que a entrada de Sérgio Cabral Filho e Paulo Iotti deslocaram o debate dos movimentos LGBTI+ e deu sentido a outros rumos:

> Isso foi um longo debate dentro da ABGLT. Acabou que como a gente fez pelo Estado do Rio de Janeiro, quando o Cabral assumiu esse compromisso de fazer

> a questão do casamento aqui no Rio de Janeiro, ele fez pelo governo do Estado, isso meio que morreu se esse debate se era prioridade ou não era prioridade. Então como já tinha uma ação que tinha conseguido, o movimento LGBT fez a pressão, fez o lobby lá no STF, também tive nessa missão de ir lá e conversar com o Ayres Britto, ministro do STF, para a questão da união civil. A gente passou a entender que a gente só vai achar um caminho pelo outro lado. E aí o Paulo Iotti, que é um advogado que foi, que é um advogado da ABGLT, uma pessoa que é da nossa relação também, embora não seja da relação partidária, ele é de um outro partido. Eu acho que era do PPS até.[6]

De acordo com Victor de Wolf, Sérgio Cabral já havia sinalizado em reunião de pré-campanha com o movimento LGBTI+ para as eleições de 2006 que se comprometeria a atender algumas das pautas reivindicadas, as quais, posteriormente, se tornaram políticas públicas como o Programa Rio Sem Homofobia, os Centros de Referência LGBT, o Conselho Estadual LGBT e o Disque Cidadania LGBT. Por meio da Procuradoria-Geral do Estado do Rio, entrou com a ADPF 132/DF para legalizar a união estável homoafetiva por conta dos direitos previdenciários dos servidores estaduais.

Ainda segundo relatado por Victor de Wolf em entrevista, Régis Fichtner, ex-chefe de gabinete de Sérgio Cabral quando deputado estadual e então chefe da Casa Civil já no governo, alertou os representantes do movimento LGBTI+ que enviaria ao STF a ADPF 132/DF e recebeu o apoio dos movimentos, ainda que a pauta não fosse prioridade naquele momento. Para além das políticas públicas LGBTI+ mencionadas, no primeiro governo de Sérgio Cabral, diversas legislações em prol da população LGBTI+ foram aprovadas, como o direito à pensão e ao patrimônio por morte do servidor público estadual do Rio de Janeiro em união estável homoafetiva prevista na lei nº 5.034/07. Em entrevista, o ex-governador relata a criação desta lei e do impacto da política LGBTI+ do seu governo:

> Cheguei ao governo, mandei a mensagem à Assembleia, dando aos servidores públicos que comprovassem a relação homoafetiva dentro dos parâmetros do que é conceituado a união estável também acessariam os seus direitos aos seus parceiros e parceiros e virou lei foi a primeira do Brasil. Isso foi o início do meu primeiro ano do primeiro mandato 7, 8, 9, 10 e em 10 ou 11 eu entro 11 nós ganhamos eu não lembro bem quando é que nós temos a entrada para essa questão maior que foi pedir a reinterpretação. Um desses parágrafos em que a constituição é do artigo 5º que estende aos casais homoafetivos o reconhecimento de todos os direitos de união estável que havia uma menção estapafúrdia na constituição de que a união estável era concedida a casais heterossexuais. Olha que coisa escrota que foi posta lá. Então, é... Foi uma vitória realmente extraordinária. Fora isso, com o Cláudio Nascimento, nós criamos um programa Rio Sem Homofobia, que foi muito bacana, com muitos resultados, com muita qualificação de servidores públicos, especialmente na área da segurança pública. E fizemos muitos casamentos, muitas uniões bonitas, promovidas pelo Rio Sem Homofobia, enfim, demos muito destaque

[6] Entrevista de Victor de Wolf concedida ao autor. Data: 22 de agosto de 2024.

> e status a essa causa tão fundamental e libertária. E foi legal porque o Rio, no nosso período, foi escolhido o melhor destino gay do mundo.[7]

A ideia de levar a união estável homoafetiva ao STF surgiu, segundo o relato de Sérgio Cabral, deste contato intenso entre movimentos, sua própria trajetória política e pessoal e a reunião no governo de pessoas progressistas, as quais elenca a procuradora-geral do estado Lúcia Léa Guimarães Tavares, o procurador do estado e ex-chefe da Casa Civil Régis Fichtner, o então procurador do estado e hoje ministro do STF Luís Roberto Barroso e o ex-presidente do Grupo Arco-Íris Cláudio Nascimento, que naquele momento ocupava a posição de Superintendente de Direitos Individuais, de Difusos e Coletivos da Secretaria de Direitos Humanos. O grau de coesão entre os atores relevantes e a correlação de forças favorável, duas das condições apontadas por Ribeiro e Arguelhes (2019) para as motivações de mobilizar o Judiciário, podem ser aqui encontradas por meio do relato de Sérgio Cabral. Tanto se considerarmos o contato de Cláudio Nascimento quanto dos movimentos presentes na reunião pré-campanha, em que possivelmente Cláudio também estivesse, é possível afirmar que a interação de atores dos movimentos sociais LGBTI+ com o governador, parte constitucionalmente legitimada a impetrar uma ADPF no STF, levou ao acionamento do tribunal. É possível perceber também a partir do relato de Victor de Wolf em entrevista sobre como parte do movimento LGBTI+ de fato estava fragmentada em relação à pauta do casamento: se por um lado, Cláudio Nascimento participou da articulação com o governo, por outro havia uma sinalização de que os movimentos acompanhariam a empreitada do governo do estado, mas não encampariam de frente a luta por este direito. Coacci (2014) já havia argumentado como movimentos encontram-se na arena e agem de forma indireta, apesar de indicar a ausência dos movimentos sociais à frente dos processos. Conforme será visto por meio desta e em outras entrevistas, essa perspectiva possui limites não só pelo fato das ações terem sido julgadas posteriores a 2014, mas também por haver atores de movimentos sociais articulados a requerentes ou entre si como *amici curiae*, para além de serem recebidos em audiência por ministros do STF, cujos votos já são mapeados de antemão dado o histórico dos julgamentos.

Para respaldar a lei que havia concedido direitos previdenciários aos servidores estaduais em união estável homoafetiva, Sérgio Cabral se reuniu com Régis Fichtner a fim de verificar a constitucionalidade da proposta e o pedido do governador foi acolhido pela PGE-RJ, que teve autonomia para enviar Luís Roberto Barroso para defender a

[7] Entrevista de Sérgio Cabral concedida ao autor. Data: 27 de agosto de 2024.

ADPF 132/DF no Supremo. Segundo Sérgio Cabral, Barroso já havia defendido os royalties para o estado do Rio e outras pautas no Supremo enquanto havia outro procurador que ficava à frente de peticionar e sustentar no STJ. O STF, para o ex-governador é não apenas um garantidor de direitos constitucionais, mas também um freio às investidas autoritárias de governos devido à sua composição progressista, uma avaliação próxima do presidente da ABGLT Victor de Wolf. Sérgio Cabral ainda compara o julgamento do STF em 2011 com a da Suprema Corte dos EUA em 2015:

> Voltando à tua pergunta original, o Supremo tinha naquela ocasião uma composição progressista. Progressista. A mesma composição que pelos nomes de Clinton e de Obama permitiu, Obama muito pouco, acho que ele fez um ou dois, mas o Clinton fez dois, eu sei que a Suprema Corte Americana deu na ocasião o casamento, a união homoafetiva, com uma pancadaria, lembra disso? Posterior a nossa. Então depende da composição. Naquela ocasião de 2011 era o Ayres Britto, a Carmen Lúcia, só o Lula tinha feito uns quatro ou cinco, uns seis, Lewandowski. Então só eu na ocasião como senador aprovei na Comissão de Constituição e Justiça os nomes do Joaquim, como membro, né? Do Joaquim, do Lewandowski, da Carmen... Acho que do Ayres, alguns entraram depois de eu sair do Senado, eu já era governador. Mas, enfim, era uma composição progressista, então eu diria que foi o momento adequado.[8]

De acordo com Toni Reis[9], presidente da ABGLT à época da formulação da ação judicial sobre a união estável, a demanda surge a partir do diálogo da entidade com o governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral e um seminário em Brasília com a participação de observadores internacionais e militantes de movimentos LGBTI+ do Brasil todo, o que gera um caráter coletivo de construção da ideia, como ele propõe em sua fala. Por sua vez, para Sérgio Cabral, a demanda da pauta do casamento e de outros direitos, apesar do que fora dito pelo presidente da ABGLT Victor de Wolf, foi reivindicada pelo movimento LGBTI+ que acampava em frente ao Palácio Tiradentes, antiga sede da ALERJ. Para o ex-governador, a figura de Cláudio Nascimento foi essencial para que se desse apoio não só à união estável, mas também a todas as legislações que Sérgio Cabral e Carlos Minc pautavam na ALERJ enquanto deputados estaduais e, posteriormente, já no governo do estado do Rio.

Este relato confirma a narrativa de Victor de Wolf, que revela que na ALERJ várias matérias de interesse do movimento foram aprovadas em negociação com o presidente da casa, o deputado estadual Jorge Picciani. E foram estas diversas reuniões que levaram às leis de penalização administrativa por discriminação por orientação sexual em 2000 e a

[8] Entrevista de Sérgio Cabral concedida ao autor. Data: 27 de agosto de 2024.
[9] Entrevista de Toni Reis concedida ao autor. Data: 2 de julho de 2024.

de criação do Rio Sem Homofobia em 2010. O histórico de articulação dos movimentos nos estados durante os anos 2000 os prepararam para travar lutas no Legislativo, mas não no Judiciário. Por este motivo, o julgamento da união estável foi fundamental para que as lideranças dos movimentos aprendessem a litigar estrategicamente no Supremo a fim de reivindicar os direitos da população LGBTI+. Se antes não havia preocupação por parte dos LGBTI+ em reivindicar direitos no Judiciário, a unanimidade do julgamento da união estável modificou todo o entendimento sobre que espaço se abriu para as sucessivas vitórias no tribunal daquela década. Para Victor de Wolf, o caráter progressista do STF é atribuído a Lula, que mesmo não pedindo para que ministros votassem a favor das pautas, indicava-os sabendo que não seriam retrógrados em relação aos direitos humanos, uma opinião similar à de Sérgio Cabral.

Quando do pedido do governador para impetrar a ADPF 132/DF, a ex-procuradora-geral do estado Lúcia Léa Tavares recebeu em mãos dois pareceres: de Luís Roberto Barroso, à época procurador do estado e professor de Direito Constitucional da UERJ, e de Gustavo Tepedino, professor de Direito Civil da UERJ. Após o aval do governador Sérgio Cabral, o parecer de Barroso se tornou a ação e a vice-procuradora-geral da República, Débora Duprat, chegou a perguntar à Lúcia Léa se valeria a pena a PGR também entrar com uma ação, o que imediatamente foi incentivado para que se juntassem as duas ações no STF. Conforme relatado em entrevista concedida por Lúcia Léa Tavares, não houve quaisquer reuniões entre seu gabinete e pessoas de movimento social ou da Secretaria de Direitos Humanos do governo do estado, apesar de apontar que a demanda veio de Carlos Tufvesson e Cláudio Nascimento ao governador.

Já acostumada a transitar no Congresso Nacional por ter sido procuradora-geral do estado por 10 anos e presidenta da Associação de Procuradores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Lúcia Léa Tavares conta ter tido audiência com todos os ministros do STF, algo que ela pontua não ser comum, e relata que todos foram receptíveis à pauta, apesar de não sinalizarem qualquer posição sobre o voto. Dentro da PGE-RJ houve resistências pontuais explícitas à ação, porém narra um episódio de falsificação de uma petição que teria sido assinada por ela para a desistência da impetração da ação. A entrevistada não sabe dizer se houve investigação por parte do Supremo ou da Polícia Federal para saber a autoria do documento falso, mas que tratou de comunicar a todos os ministros que não havia desistência alguma por parte da PGE-RJ. A ação continuou tramitando no tribunal. Assim como o relato de Victor de Wolf, a entrevista de Lúcia Léa Tavares evidencia que atores de movimentos sociais LGBTI+ influenciaram na tomada

de decisão do governador, mas que parte destes atores não tinha qualquer envolvimento com a militância – tal qual a entrevistada e os pareceristas sobre a ação.

Quando a relatoria da ação foi sorteada para o ministro Ayres Britto, Victor de Wolf relata que o ministro foi o único a recebê-los pessoalmente e que o ministro ensinou aos militantes que poderiam oficiar todos os gabinetes e ter audiência com todos. Toni Reis, presidente da ABGLT à época, ficou designado para oficiar e visitar os gabinetes dos ministros. Ayres Britto ainda teria dito que não poderia adiantar seu voto, mas que a decisão do tribunal "não é uma decisão que a gente vai dar pra hoje ou pra amanhã, é uma decisão de horizonte, é uma decisão que vai impactar e mudar a vida de muitas pessoas pro futuro"[10]. Esta afirmação converge com a opinião de Toni Reis, atual presidente da Aliança Nacional LGBTI+, que relata a existência de alguns ministros aliados, ainda que estes não sinalizem de forma alguma uma posição sobre o voto em audiências da ABGLT com ministros por meio da articulação de senadores ou por meio de ofício direto dos movimentos. E, de acordo com Lúcia Léa Tavares, a relatoria do ministro Ayres Britto foi fundamental para que os demais ministros votassem a favor e resultasse na unanimidade, pois não haveria espaço para um voto contrário. Portanto, defendo que o litígio estratégico não está presente apenas na petição das ações, mas também pode ser expandida para o entendimento de realização de audiências e a previsão de voto dos ministros em determinadas pautas de interesse do movimento LGBTI+, ainda que alguns ministros do STF possam eventualmente mudar de posição – como será visto no caso adiante sobre a doação de sangue.

Antes de chegar à Secretaria de Direitos Humanos, Cláudio Nascimento fundou e dirigiu o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual, que participou como *amicus curiae* no julgamento da união estável. Thiago Bottino do Amaral relata que a aproximação com o Grupo Arco-Íris se deu pelo núcleo de prática jurídica instalada no curso de Direito da Fundação Getúlio Vargas, instituição na qual é professor. Com um público distinto de outros núcleos presentes nas demais universidades, no lugar de atendimento a pessoas físicas vulneráveis para ações de danos morais ou trabalhistas, o professor organizou o núcleo para atender organizações não-governamentais para que os alunos pudessem acompanhar do início ao fim as ações.

Thiago Bottino e os alunos do núcleo perceberam que poderiam atuar na ADPF 132/DF, ajuizada pela PGE-RJ, e não havia nenhuma participação da sociedade civil. Diversas visitas do núcleo à sede do Grupo Arco-Íris e ao presidente, Cláudio

[10] Entrevista de Victor de Wolf concedida ao autor. Data: 22 de agosto de 2024.

Nascimento, durante seis meses possibilitaram a redação da petição para ingressar o grupo como *amicus curiae*. Estas reuniões contribuíram, sobretudo, para uma variedade de argumentação ao qual os estudantes ainda não haviam percebido na leitura de doutrinas jurídicas: enquanto se pensava mais na união estável pelo direito previdenciário, Cláudio tomou como exemplo o direito de uma pessoa LGBTI+ ter direito a visita a um cônjuge no hospital, numa demonstração de sensibilização do olhar sobre o problema que afligia pessoas LGBTI+ para além de mera questão patrimonial. Ainda segundo o entrevistado, esta petição, junto da sustentação oral realizada por ele no STF, ofereceu elementos discursivos para o voto do ministro Celso de Mello. A aproximação entre o Grupo Arco-íris e o entrevistado junto do núcleo de prática jurídica supervisionado por ele não houve intermediação de partidos políticos ou movimentos sociais. Conta ainda sua visão sobre a participação dos alunos, da ONG e do significado do direito para si:

> O empoderamento dessas pessoas [os alunos da FGV] como atores jurídicos é enorme, muito mais do que se você fosse lá e ganhasse dois mil reais porque o sujeito perdeu a mala, entendeu? Numa viagem aérea. Isso não é empoderar ninguém como ator jurídico capaz de transformar a sociedade por meio do Direito. Você transforma a sociedade em várias formas. O Direito é uma delas. O direito surge dessa sociedade, mas ao mesmo tempo ele pode promover essa sociedade. Então, esse é o tipo de formação que a gente quer dar para os alunos aqui na Fundação Getúlio Vargas e essa foi uma experiência, uma mudança muito bem-sucedida nesse aspecto. De mostrar para essas pessoas que participaram e, claro, para as outras, o potencial que o direito tem, eventualmente, de construir justiça. (...). Então, eu acho que essa foi uma experiência muito positiva para os dois lados, porque no caso o grupo Arco-Íris se fez ouvir e foi vitorioso, no final, no pedido que tinha para que fosse reconhecida essa figura jurídica, até então inexistente, da união estável homoafetiva, no termo usado.[11]

A entrada do Grupo Arco-Íris como *amicus curiae* foi possibilitada por meio destas reuniões dos alunos de Direito da FGV com diversas questões a serem respondidas para redigir a petição e convencer o tribunal a aceitar a ONG no julgamento sobre o perfil e a experiência dela: “Então, isso é uma das coisas que os alunos tiveram que descobrir. Quem era o Grupo Arco-Íris? Quando que surgiu? O que que ele fez? O que que ele não fez?”[12]. Para Thiago Bottino do Amaral, não apenas Cláudio Nascimento foi uma pessoa determinante para a conquista da união estável, mas também o então governador Sérgio Cabral Filho, por ter impetrado a ADPF 132/DF; Luiz Roberto Barroso, à época procurador do estado do Rio de Janeiro e atual ministro do STF; Toni Reis, então presidente da ABGLT; e, o ministro Ayres Britto, relator da ADI 4.277/DF e ADPF

[11] Entrevista de Thiago Bottino concedida ao autor. Data: 3 de junho de 2024.
[12] Entrevista de Thiago Bottino concedida ao autor. Data: 3 de junho de 2024.

132/DF. Há ainda em sua fala um advogado da ABGLT a quem não se recordava o nome, mas possivelmente é Roberto Augusto Lopes Gonçale, que realizou a sustentação oral pelo movimento no julgamento das duas ações. Em entrevista, enfatiza o papel do ministro, uma vez que o voto do relator "fez com que os outros ministros concordassem. Entender o problema, situar esse problema e trazer os diversos argumentos para enfrentar essa questão"[13], uma opinião semelhante à da procuradora Lúcia Léa. A decisão favorável à ADI 4.277/DF e ADPF 132/DF foi unânime.

Desde a graduação em Direito cursado na Faculdade Mackenzie de São Paulo, Paulo Iotti atentava-se às discussões jurídicas e de militância LGBTI+. Além de frequentar eventos da Associação da Parada do Orgulho LGBTI+ desde 2004, seu TCC, defendido em 2005, se tornou seu primeiro livro, intitulado "Manual da Homoafetividade", que trata de casamento civil, adoção por famílias homoparentais e toda a discussão levantada por Maria Berenice Dias sobre a ampliação do conceito de família. No julgamento da ADI 4.277/DF de união estável, Paulo Iotti já estava presente como representante da AIESP – Associação de Incentivo à Saúde e Educação de São Paulo, presidida pelo advogado Fernando Quaresma, que também fora presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBTI+.

A petição dessa associação como *amicus curiae* foi feita em papel e enviada a Brasília. Paulo Iotti conseguiu despachar com o ministro Ayres Britto, relator das ADI 4.277/DF e ADPF 132/DF, numa reunião por mais de uma hora – o que considera algo raro. Na peça, constavam doutrinas e jurisprudências pertinentes ao tema da união estável e relata que o ministro fora gentil em ouvi-lo e querer saber a interpretação dele. Seu principal argumento era a de que, na Constituição, não haveria restrição, mas lacuna quanto à família autorizada a constituir uma união estável e que o afeto estaria implícito no princípio da dignidade humana, o que foi citado pelo ministro Celso de Mello em seu voto. Novamente, a surpresa com a unanimidade aparece em entrevista assim como na dos demais entrevistados:

> Mas assim, eu achava que ganhava, mas por 6x4, 7x3, o ministro Toffoli não votou porque ele deu parecer como a AGU. Se a memória não me trai, ele falou para não conhecer a ação como AGU, mas se conhecesse ele era favorável ao mérito, então ele foi favorável. Então o que surpreendeu todo mundo foi a unanimidade. E com uma retórica antidiscriminatória muito grande. (...). Ninguém, absolutamente ninguém, pode ser discriminado por sua orientação sexual. Homossexuais não são cidadãos de segunda classe. Merece integral proteção das leis.[14]

[13] Entrevista de Thiago Bottino concedida ao autor. Data: 3 de junho de 2024.
[14] Entrevista de Paulo Iotti concedida ao autor. Data: 19 de junho de 2024.

Contudo, anterior à decisão do STF e todas as mobilizações dos movimentos, pessoas LGBTI+ já peticionavam para o reconhecimento de suas uniões. Conforme a pesquisa de Coacci (2021), indivíduos já litigavam seus direitos em tribunais e os movimentos LGBTI+ agem indiretamente na arena de disputa devido à visibilidade ganha com as decisões judiciais e não existem agentes singulares que podem ser evidenciados neste processo de conquista dos direitos. Fundadora do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Famíla, *amicus curiae* em todos os julgamentos analisados nesta dissertação, Maria Berenice Dias, ex-desembargadora do Rio Grande do Sul, relata em entrevista como se deu os primeiros julgados de união estável no Tribunal de Justiça do RS quando atuava na magistratura: apesar de trabalhar extensivamente no campo do direito de família com diversos julgados em união estável e casamento, todos eram de pessoas heterossexuais. Percebeu, então, por meio de uma pesquisa própria que os casais de mesmo sexo entravam nas varas cíveis para serem reconhecidos como sociedade de fato e, deste modo, terem direito ao patrimônio da ou do cônjuge. A entrevistada é reconhecida como a primeira jurista no Brasil a cunhar o termo homoafetividade, que adentrou as decisões judiciais nos estados e chegou ao STF. Este conceito está conectado à sua interpretação de que a Constituição reconheceu o vínculo familiar fora do casamento por meio da criação da união estável:

> Então, assim, a Constituição viu o afeto, emprestou consequências jurídicas no afeto. Então, assim, é o vínculo de afeto que caracteriza uma entidade familiar. As uniões de pessoas do mesmo sexo, da mesma forma, são os vínculos de afetividade. Se unem por essa característica. Então, elas merecem estar dentro, ao abrigo das famílias, com os mesmos direitos e as mesmas obrigações. (...). E consegui no âmbito do tribunal que eu trabalhava, que trabalhava numa Câmara de Família, que as ações migrassem, se fossem reconhecidas, a competência das varas de família. As ações então migraram das varas cíveis, das câmaras cíveis para as varas de família. E aí se começou, lá no ano de 2001, a reconhecer, aplicar no primeiro momento por analogia. A não fazer analogia com a sociedade de fato, mas fazer uma analogia com uma entidade familiar sem dizer é uma união estável, mas na omissão da lei aplica-se com base no artigo 4 da lei de introdução das normas de direito brasileiro.[15]

Por existirem poucas decisões no Brasil em Varas de Família, Maria Berenice Dias, já aposentada, resolve requerer à OAB a criação da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero e participa da criação de mais de 200 comissões destas pelo Brasil até conseguir a criação no âmbito federal da Ordem. Com as decisões judiciais nos estados, a organização destas comissões na OAB e de congressos nacionais e

[15] Entrevista de Maria Berenice Dias concedida ao autor. Data: 31 de maio de 2024.

internacionais, a entrevistada afirma que o tema já não era novidade ao chegar ao STF e que, por conta disso, não fora o tribunal a reconhecer as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. A decisão unânime no STF em 2011 surpreendeu os movimentos sociais que acompanhavam o julgamento, segunda a entrevistada numa fala que se repete também em outras entrevistas desta pesquisa. As trajetórias profissionais de Maria Berenice Dias e Thiago Bottino do Amaral trazem certas particularidades que contribuíram para o caráter coletivo do processo de conquista. Enquanto a primeira estruturou comissões pró-direitos LGBTI+ na OAB, o segundo buscou um movimento LGBTI+ junto de seus alunos, o que leva a crer que o contato constante com atores de movimentos transforma suas perspectivas sobre a busca de direitos e os espaços políticos onde são possíveis de serem realizados.

A entrada do Conectas Direitos Humanos como *amicus curiae* nos julgamentos dos direitos LGBTI+ no Supremo teria a ver com um propósito da ONG em ser um ator relevante no tribunal e a área jurídica mapeou as ações em que possivelmente poderiam atuar, de acordo com a professora de Direito Eloísa Almeida[16]. Além de advogar para o Conectas Direitos Humanos, representou também o Escritório de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais e o Grupo Gay da Bahia na ADPF 132/DF, de união estável homoafetiva. O contato com o GGB veio a partir de uma atividade conjunta com o Conectas e, quando a ONG peticionou para entrar como *amicus curiae* nesta ação, o GGB foi convidado pela equipe jurídica a peticionar também na mesma ação. O fundador e presidente do GGB, Luiz Mott, teve conversas com Eloísa Almeida e enviou relatórios e documentos para que o grupo fosse legitimado como *amicus curiae*. A advogada se recorda que o trabalho do movimento é histórico por ser o primeiro a reunir recortes da imprensa sobre casos de LGBTIfobia para contabilizar o número de mortes por violência LGBTIfóbica e publica, ainda, hoje, relatórios anuais.

Outro ator do julgamento da união estável homoafetiva foi Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), *amicus curiae* na ADPF 132/DF. Evorah Cardoso, diretora da ONG Vote LGBT+ e advogada da SBDP no julgamento, revela que a instituição oferecia cursos de direito administrativo e direito público por meio da Escola de Formação Pública. Lá eram realizados estudos de casos julgados pelo Supremo e, quando Evorah Cardoso assumiu a coordenação, um projeto de pesquisa para tornar a SBDP um *amicus curiae* com a participação dos alunos foi realizado. O contato da SBDP com movimentos LGBTI+se deu por meio de um seminário organizado na instituição em que

[16] Entrevista de Eloísa Almeida concedida ao autor. Data: 10 de setembro de 2024.

um representante da ABGLT e uma ativista trans, cujos nomes não foram recordados pela entrevistada, participaram numa proposta mais formativa.

Esta prática jurídica e acadêmica de oferecer os alunos a oportunidade de pesquisa sobre *amicus curiae* na área de Direitos Humanos e ao mesmo tempo peticionar a legitimidade da instituição para ser um *amicus curiae* é chamada de ativismo acadêmico por Evorah Cardoso, uma vez que os alunos obtiveram sucesso no ingresso da SBDP como *amicus curiae* no julgamento sobre a união estável. Contudo, diferentemente do Grupo Arco-Íris e do IBDFAM, não houve acompanhamento sobre a ação ao longo do tempo para que a instituição pudesse realizar uma sustentação oral no plenário do STF. Curioso notar também que este tipo de *amicus curiae* acadêmico tem sido uma marca presente desde o primeiro julgamento, pois também está presente nos julgamentos da ADI 4.275 e ADI 5.543. Há uma certa conexão de motivação do "ativismo acadêmico" entre a SBDP, o LIDIS e o CLAM em adentrar o STF como *amici curiae*, poré necessitaria de mais entrevistas para firmar tal hipótese.

O relato que Lúcia Léa deu em entrevista sobre não imaginar na época a importância daquele julgamento para os posteriores sobre direitos LGBTI+ se alinha à leitura de Eloísa Almeida, advogada do GGB, e de outros entrevistados. O pontapé inicial dado pela aprovação da união estável homoafetiva no STF foi fundamental para as pautas que vieram a ser julgadas depois.

> Com muita luta, mas muita gente que teve que brigar para que o acórdão fosse aplicado. Mas, no final, a coisa ficou muito maior, porque hoje se permite casar, se permite adotar, coisa que na época não era permitido, né? As pessoas esquecem isso. Esquecem que nada era permitido, né? E eu acho que foi a partir daí que a coisa cresceu. Então, eu tenho muito orgulho dessa ação. Quando as pessoas perguntam o que foi mais importante, eu digo, olha, o que eu fiz mais importante, eu acho que eu fiz muita coisa importante para a procuradoria geral. Assim, mudando as instalações, fazendo concursos, essas coisas internas. Mas ações importantes, eu acho que foi essa, porque era uma luta pela igualdade, e isso é muito relevante. Num país como o nosso, lutar pela igualdade é muito relevante, porque é um país muito desigual, desigual economicamente, desigual na questão de gênero, desigual na questão do racismo. [17]

A aplicação do acórdão ao qual Lúcia Léa se refere é não apenas a firmação da união estável nos cartórios, mas também a conversão das uniões estáveis em casamento civil – que foi objeto da Resolução CNJ nº 175 em 2013. A escolha de Luís Roberto Barroso para a sustentação oral pela PGE-RJ no plenário do STF se deu, para além do motivo que o governador Sérgio Cabral havia mencionado, pela proximidade pessoal e profissional:

[17] Entrevista de Lúcia Léa Tavares concedida ao autor. Data: 10 de setembro de 2024.

Barroso era assessor da procuradora-geral e sempre foi considerado um excelente orador desde a posse no concurso em que ambos entraram juntos. Novamente, aqui enxergo o surgimento da coesão entre atores agindo na viabilização do litígio estratégico – que não foi mobilizado diretamente por movimentos LGBTI+, mas sim por um governador de estado conexo a movimentos LGBTI+

Uma figura dos bastidores descoberta por meio das entrevistas é João Júnior, ex-assessor do deputado federal Jean Wyllys e doutorando em Sociologia na UFRJ. Em entrevista, relata que a pauta da união estável foi articulada entre Carlos Tufvesson e Sérgio Cabral, o que confirma a versão dada pela ex-procuradora-geral do estado Lúcia Léa Tavares sobre a presença deste ator no processo e que está registrada apenas em memórias. Além disso, João Júnior teria sido responsável pela campanha do casamento igualitário nas redes sociais via mandato e com cartórios, artistas e empresas que realizavam as cerimônias.

Esta proximidade com alguns cartórios facilitou uma ideia que permitiria a conversão da união estável em casamento civil. João Júnior resolveu reunir representantes da Associação Nacional de Notários e Registradores do Brasil (ANOREG) com o mandato de Jean Wyllys. Contudo, segundo o entrevistado, houve resistência por parte do gabinete por motivos diversos, inclusive ideológicos, apontados em entrevista:

> Um juiz fez um provimento no estado dele. O juiz da corregedoria facilitando as conversões da união estável em casamento orientando os cartórios. Aí... E como eu já tinha essa proximidade com os cartórios, com a Anoreg, a Anoreg teve uma função fundamental nesse processo. (...). Os rapazes, os senhores super educados, super gentis, foram até o gabinete, apoiaram, e aí começou o ruído na comunicação interna, que "ah, porque eles estão interessados no dinheiro". Eu falei: "Dane-se! Dane-se!". Eles são a associação de cartórios. É a entidade que dialoga diretamente com o Judiciário, porque o Judiciário regulamenta os cartórios. Se eles estão interessados em ganhar R$300,00 de taxa cartorária, a mim pouco me conta. Eles vão apoiar? E a ligação deles vai mudar o jogo do negócio? Então que eles apoiem, entendeu? "Ah, porque é burguês". Ah, olha... [18]

O embate interno do gabinete de Jean Wyllys ao apoio de uma pauta que já havia sido julgada no STF reforça o relato de Victor de Wolf sobre as disputas em tornos das pautas nos movimentos. Isto não impediu João Júnior de ligar para cada Tribunal de Justiça a fim de pedir para falar com a Corregedoria em nome do gabinete de Jean Wyllys, a despeito de sua ciência e autorização. As ligações para a corregedoria do TJ de cada estado solicitavam a emissão de uma norma que autorizasse a conversão da união estável

[18] Entrevista de João Júnior concedida ao autor. Data: 21 de junho de 2024.

para casamento civil nos cartórios. A Resolução CNJ nº 175 de 2013 veio, portanto, após diversos estados já autorizarem a conversão e, de acordo com João Júnior, um pedido do IBDFAM ignorado. Além disso, Paulo Iotti chegou a conversar com ele para que entrassem também com um pedido no CNJ por meio do mandato de Jean Wyllys, porém o parlamentar tinha o objetivo de conquistar o direito ao casamento civil por meio do Congresso. Por fim, a petição ao CNJ foi assinada pelo parlamentar e o presidente do conselho, o ministro Joaquim Barbosa, autorizou a conversão das uniões estáveis homoafetivas em casamento civil.

A pauta do casamento civil, que se viu transformada em união estável no STF e, novamente, em casamento no CNJ, acendeu um alerta aos movimentos sociais de que a Corte emitiu um sinal de que aquele tribunal estava favorável às demandas dos movimentos LGBTI+. Mais que isso: os ministros do STF teriam recebido alguns dos atores para audiências de forma bem receptiva e mesmo ensinado a militantes o que poderiam fazer para tratar politicamente com o Judiciário, visto que estes atores apenas transitavam pelo Legislativo e não detinham ainda os procedimentos formais e informais para travar suas reivindicações naquele espaço. O que se constata por meio das entrevistas é que parte dos movimentos LGBTI+ teriam entrado em contato com o governador do Rio de Janeiro para que as ações fossem impetradas: a ADPF 12/DF teve incentivo de atores militantes de movimentos LGBTI+ – Carlos Tufvesson e Carlos Nascimento – perante o governador do estado do Rio e a colaboração de pessoas fora de movimentos sociais, no caso Lúcia Léa Tavares e Luís Roberto Barroso. É possível apreender a partir destas entrevistas como os movimentos sociais por ora acompanharam por ora articularam por dentro do governo para chegar ao STF – por isto, meu entendimento de que a litigância estratégica deve ser expandida para além daqueles que peticionam, mas também por aqueles que provocam os que são constitucionalmente legitimados a peticionar. Contudo, isto ainda não resolve a posição da PGR em entrar com uma ADI de mesmo tema, que fora elucidado por meio de entrevista em que apenas foi relatado uma motivação via telefone, ainda que seja público a trajetória em defesa dos direitos humanos da vice-procuradora-geral – responsável também pela ADI sobre a retificação do registro civil de pessoas transgênero, pauta que trato a seguir.

3.2.2. Retificação do registro civil por pessoas transgênero

Para que uma pessoa transgênero pudesse retificar o nome em cartório, por vezes necessitaria de um laudo psiquiátrico que comprovasse o tratamento para disforia de gênero ou deveria judicializar, quando não comprovar a realização de uma cirurgia de redesignação sexual. Este quadro muda quando o STF julgou em 2018 a ADI 4.275/DF e o RE 670.422/DF, que concedeu o direito a qualquer pessoa transgênero a fazer a retificação do registro civil sem a necessidade de cirurgia, laudo psiquiátrico e ação judicial.

Wallace Corbo, professor de Direito Constitucional da UERJ, representou o Laboratório Integrado Em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos - LIDIS e o Centro Latino-Americano Em Sexualidade – CLAM na ADI 4.275/DF sobre a retificação do nome no registro civil de pessoas transgênero. O LIDIS e o CLAM são projetos de extensão do Instituto de Medicina Social da UERJ e o convite veio por meio da Clínica de Direitos Fundamentais, da mesma universidade, coordenada pelo professor Daniel Sarmento. Para o entrevistado, é interessante notar a interface entre academia e movimentos sociais porque oferece tensões entre o que se busca e o que é factível no mundo do Direito. Pontua ainda as contribuições para a atuação profissional dos acadêmicos para reivindicar direitos por atores e o ganho de visão estratégica jurídica que os movimentos obtêm ao se empoderarem de assessorias jurídicas. Esta atuação conjunta é exemplificada pelo MI 4.733/DF, impetrada pela ABGLT por meio do advogado Paulo Iotti:

> Eu lembro aqui do mandato de injunção 4733 que foi proposto pela ABGLT e o representante é o Paulo Iotti, que era uma ação que na origem ela era extremamente questionável do ponto de vista técnico jurídico. Eu acho que muitos outros advogados diriam que aquilo que estava sendo pedido que era a criminalização da homofobia era juridicamente impossível por um milhão de razões que até hoje se fala. Então, talvez num diálogo de movimento social com o advogado, não com o Paulo, porque o Paulo tem os aspectos brilhantes dele, de militância dele, mas eventualmente um professor que quisesse avançar essa causa ia falar: "olha, não dá, o Supremo não vai topar e tal". E uma resistência do movimento permite eventualmente transformar o que é possível e o que não é possível.[19]

Como realizou sustentação oral no STF neste julgamento, Wallace Corbo afirma não ter havido muita interação entre os *amici curiae* por já ter havido outras sustentações orais do recurso extraordinário ao qual a ADI 4.275/DF estava conexa. Contudo, Wallace

[19] Entrevista de Wallace Corbo concedida ao autor. Data: 22 de agosto de 2024.

Corbo destaca, assim como Toni Reis, um caráter coletivo da conquista pelo direito à retificação do nome por pessoas trans. Esta coletividade perpassa movimentos, advogados dos *amici*, as pessoas que atuam nos *amici* e instituições como a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a PGR. Todos estes atores, em especial os movimentos, fizeram parte de uma longa trajetória para a efetivação deste e outros direitos que estiveram em julgamento.

No julgamento da ADI 4.275/DF, Maria Berenice Dias alertou a Paulo Iotti para utilizar o termo transgênero em lugar de transexual devido ao Parecer Consultivo OC nº 24 da CIDH[20], publicada em janeiro de 2018. Neste documento, a CIDH reafirmou que a identidade de gênero é um direito protegido pelo Pacto San José da Costa Rica. O uso do termo transgênero no acórdão do STF abarcaria quaisquer tipos de identidade de gênero, como também pontua o ministro do STF Edson Fachin em entrevista concedida:

> Rememoro, ainda, a sua defesa pela utilização do termo "transgênero" no lugar de "transexual" no julgamento da ADI 4.275/DF, argumento precípuo para que esta Corte garantisse não só aos transexuais, mas também às travestis, o direito à retificação de registro civil pela via administrativa.[21]

Para além deste motivo, Wallace Corbo esclarece que o litígio foi pensado estrategicamente para ampliar o direito a partir da decisão referida da CIDH, uma vez que a PGR havia formulado um pedido para que a retificação fosse concedida sob a condição da pessoa transgênero ter passado por uma cirurgia de redesignação sexual e ser maior de 21 anos. Segundo a interpretação do entrevistado, pedido da PGR também foi pensado de forma estratégica.

Esta utilização de um parecer de um tribunal internacional demonstra uma mudança na estratégia dos movimentos LGBTI+ - que não é inovadora -, e amplia a compreensão do fenômeno de Silveira (2020), que argumentava sobre a falta de acordos internacionais que corroborassem as decisões judiciais e legislações voltadas à população LGBTI+. A tática se mostrou efetiva, pois que o ministro Dias Toffoli chegou a mudar seu voto original no RE 670.422 em que limitava a retificação do registro civil para pessoas transexuais e modificou o termo transgênero a partir da mobilização dos advogados dos *amici curiae*.

---

[20] Disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_por.pdf. Acessado em 17 de novembro de 2024 às 21:44.

[21] Entrevista de Edson Fachin concedida ao autor. Data: 17 de julho de 2024.

A decisão do STF é respaldada não apenas no Pacto de San José da Costa Rica, mas também em outros julgados do Judiciário em instâncias inferiores e nas normas e decretos do Poder Executivo, conforme aponta o ministro do STF Edson Fachin:

> Antes da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 4.275/DF, o pedido de retificação de registro civil de transexuais e travestis deveria ser direcionado somente ao Judiciário, no qual, frequentemente, eram proferidas decisões, que, além de julgarem improcedente, demoravam meses ou anos até transitarem em julgado. Diante desse contexto, o direito ao uso do nome social angariou forças no Brasil, por meio de múltiplos atos normativos, como a Portaria n° 1.820/2009 do Ministério da Saúde, que garantiu o uso do nome social no SUS; a Resolução n º 12/2015 do CNCD/LGBT, que estabeleceu a adoção do nome social pelas instituições de ensino; o Decreto n° 8.727/2016, que dispôs sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e a Instrução Normativa n° 1.718/2017 da RFB, que admitiu o nome social nos dados cadastrais do CPF.[22]

Ainda assim, o tribunal avaliou que havia a necessidade de ampliar o direito à retificação do registro civil por pessoas transgênero por estes dispositivos não estarem ao alcance de todo este segmento da população LGBTI+, de acordo com o ministro Edson Fachin, redator do acórdão da ADI 4.275/DF:

> Embora o nome social tenha reduzido o constrangimento nos locais abrangidos pelos atos normativos, os transexuais e as travestis ocupavam outros espaços para além daqueles, persistindo, portanto, as situações vexatórias. Por conseguinte, a concessão desse direito não assegurou o reconhecimento integral do nome e gênero das pessoas trans, que somente veio a ocorrer, em março de 2019, quando a Suprema Corte garantiu o direito à retificação de registro civil administrativamente, independente da realização da cirurgia de transgenitalização e da apresentação de laudos.[23]

Interessante pensar estes usos de normas do Executivo por parte do ministro para construir uma narrativa de pavimentação do caminho que resultou no julgamento da ADI 4.275/DF, pois indica a ausência completa de legislação sobre o tema, a inclusão de um espaço deliberativo que a sociedade civil ocupa por meio de movimentos – o CNCD/LGBT – e a não inovação sobre o tema pelo STF. Este último aspecto talvez seja o mais instigado, pois que em dado outro momento o ministro também reafirma que a união estável não existiria sem os movimentos e sem uma decisão do STJ em 1998. Portanto, não seria o Supremo o responsável por criar normas tampouco legislações, mas apenas cumpriria o papel de reconhecer o que já estaria vigente para uma parcela da população e ampliá-la para o restante deste segmento sob o princípio da igualdade.

---

[22] Entrevista de Edson Fachin concedida ao autor. Data: 17 de julho de 2024.
[23] Entrevista de Edson Fachin concedida ao autor. Data: 17 de julho de 2024. Cabe salientar que a decisão ocorreu em março de 2018, não em 2019 como afirmado em entrevista.

3.2.3. Criminalização da homofobia e transfobia

Se é possível elencar as decisões mais polêmicas do Supremo em matéria de direitos humanos, a criminalização da homofobia e da transfobia é a que foi e ainda é alvo de discussão entre juristas, acadêmicos e movimentos. O julgamento da pauta se deu pelo MI 4.733/DF, impetrada pela ABGLT, e pela ADO 26/DF, impetrada pelo Partido Popular Socialista (PPS), atual Cidadania. Ambas foram peticionadas pelo advogado Paulo Iotti. A ideia não teria sido nova: Luiz Mott reivindica para si e ao GGB a ideia de equiparar a homofobia ao racismo e que isto já estaria num abaixo-assinado guardado em acervo do CEDOC LGBTI+ Luiz Mott, localizado na sede do Grupo Dignidade, Curitiba, ao qual não tive acesso. Este possível registro estaria no cabeçalho do documento e circulado deste 1982. Professor titular de Antropologia da UFBA, Mott fundou o Grupo Gay da Bahia em 1980, cujo presidente atual é Marcelo Cerqueira, que ocupa a também a gerência do Centro de Referência LGBT Municipal de Salvador. O GGB foi fundado após Mott e seu namorado à época sofrerem uma agressão homofóbica na rua e não ter como denunciar o crime. Circulou no jornal gay Lampião da Esquina sobre a necessidade de defesa dos direitos dos homossexuais e recebeu cartas de apoio do Brasil todo, ao que reuniu 17 pessoas em seu apartamento para fundar o grupo. O GGB é reconhecido não apenas pelos relatórios de violência LGBTIfóbica, mas também por ser responsável pela campanha que fez para o CFM e o INAMPS retirarem o *homossexualismo* do Código de Saúde do INAMPS, o que se concretizou em 1985, cinco anos antes da OMS retirá-lo da Classificação Internacional de Doenças (CID).

O líder histórico do GGB considera o STF "mais que madrinha e um padrinho", pois foi o Judiciário que assegurou os direitos a despeito do Legislativo, que não apoiaria a causa LGBTI+ por medo de perder reeleições, e o Executivo, lembrando apenas dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula como os chefes de governo que se aliaram à causa. Acrescenta ainda um ministro do STF em seu relato para exemplificar como enxerga o tribunal:

> Edson Fachin, antes de ser ministro, eu participei com ele uma vez em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná, de um debate sobre casamento gay, algo relacionado a direitos da cidadania LGBT. Quer dizer, então é uma pessoa que já tinha experiência na área teórica, de discussão. De modo que o STF sempre

> foi muito acolhedor, sem usurpar direito do legislativo, mas regularizando omissões graves do legislativo em relação à cidadania LGBT.[24]

O GGB, Toni Reis e João Antônio Mascarenhas, liderança do movimento homossexual brasileiro nas décadas de 80 e 90, são, para Luiz Mott, as principais referências em termos de conquista nos direitos LGBTI+. João Mascarenhas, falecido em 1998, foi advogado e defendeu a inclusão da orientação sexual no artigo 5º da Constituição durante a Assembleia Constituinte em 1988, levada como proposta pelo deputado constituinte José Genoíno (PT-SP) (SIMÕES e FACCHINI, 2009). Além destes atores, Luiz Mott destaca Thiago Viana, Paulo Iotti e Maria Berenice Dias pela defesa dos direitos LGBTI+ no STF. Importa notar como a memória de Luiz Mott traz tanto militantes quanto advogados militantes da causa LGBTI+. Não só em sua entrevista como a de demais entrevistados, pouquíssimos nomes de parlamentares do Congresso Nacional surgem em suas falas, que priorizam ou movimentos ou ministros ou advogados.

E novamente nos bastidores da história, aparece João Júnior, sociólogo e ex-assessor do deputado federal Jean Wyllys. Para que o PPS entrasse com a ação no STF, foi preciso que João Júnior conectasse Paulo Iotti a Eliseu Neto, assessor legislativo da liderança do Cidadania no Senado. De acordo com o entrevistado, Roberto Freire teve reticência em entrar com a ADO 26/DF no STF, mas se convenceu que o PPS poderia assinar a ação após conversar com ele, Eliseu Neto e Paulo Iotti em seu gabinete, o que foi concretizado em dezembro de 2013. A ABGLT já havia impetrado o mandado de injunção em maio de 2012 e pairava um temor por parte de Paulo Iotti que o STF não julgasse procedente a ação. Ainda segundo o entrevistado, Eliseu Neto oficiou em nome do PPS os gabinetes dos ministros do STF sobre a ADO 26/DF. Toda esta articulação ocorreu à revelia do mandato do deputado federal Jean Wyllys, contrário à pauta da criminalização.

Para Toni Reis, a articulação de Eliseu Neto, do Cidadania, foi fundamental para a ação de criminalização da LGBTIfobia bem como as atuações de Paulo Iotti e Maria Berenice Dias ao longo dos julgamentos. Toni enfatizou em entrevista o caráter coletivo de conquista dos direitos por pessoas, movimentos, instituições e partidos políticos de centro e centro-esquerda, como o Cidadania, PSB, PDT, PSOL e PT, ainda que se considere estratégico ao dialogar com todos os partidos. Esta mesma constatação pode ser conferida na entrevista de Victor de Wolf em que destaca que os maiores aliados estão nos partidos de centro-esquerda.

---

[24] Entrevista de Luiz Mott concedida ao autor. Data: 26 de setembro de 2024.

Quando da II Conferência Nacional LGBT em dezembro de 2011, o advogado Paulo Iotti representou o Centro de Combate à Homofobia da Prefeitura de São Paulo e lá, a historiadora Rita Colaço teria levantado a ideia de regulamentar a homotransfobia como crime pelo Supremo, uma vez que o tribunal teria legislado de forma atípica ao regulamentar a greve no serviço público. Segundo Paulo Iotti, o Supremo não legislou tampouco fez analogia ou reconheceu a homotransfobia como racismo. A união estável já havia sido julgada naquele ano e Paulo Iotti foi procurado pela ABGLT para propor uma ação, que se viabilizou pelo MI 4.733/DF em maio de 2012. O relator à época, ministro Ricardo Lewandowski, mostrou preocupação em reunião, intermediada pela senadora Marta Suplicy, com o advogado sobre a escolha de um MI em vez de uma ação proposta por partido político:

> Porque tem um inconsciente coletivo que acha que o mandado de injunção existe só para criar constitutivamente, e não de maneira declaratória, um direito subjetivo. Muito bonito. Não é isso que está escrito na Constituição. Considerar a mandato de injunção quando a ausência de norma regulamentadora e inviabilizar direitos, liberdades ou prerrogativas da cidadania. O relator da Comissão de Juristas do Projeto de Código Penal de 2012, o Carlos Roberto... Não. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, no livro dele de Mandados Expressos de Criminalização, ele fala, se a criminalização é constitucionalmente obrigatória, ela é uma prerrogativa de cidadania.[25]

Pelo fato do deputado federal Jean Wyllys ser contra a criminalização da LGBTIfobia, João Júnior, seu assessor, buscou Paulo Iotti para conhecer Eliseu Neto. A partir disso, Roberto Freire, presidente do PPS, deu aval para que o partido entrasse com a ADO 26/DF em dezembro de 2013. Paulo Iotti conta em entrevista que o movimento LGBTI+ passou a prestar atenção quando a PGR deu um parecer favorável à tese da homotransfobia como racismo do MI 4.733/DF em 2014, porém negava que havia omissão inconstitucional, argumento ao qual o ministro Ricardo Lewandowski havia concordado. Ao recorrer, Paulo Iotti solicitou que o MI fosse retirado de pauta para ser julgado junto da ADO 26/DF, decisão feita após conversa com o PPS e a ABGLT – o que confirma a versão dada pelo presidente da ABGLT Victor de Wolf sobre a tática de julgar em conjunto para fortalecer a pauta.

Para além dos desafios de retiradas de pauta ocorridas próximo às sessões agendadas devido à longa redação do voto do ministro Celso de Mello – lida em três sessões do julgamento –, Paulo Iotti pontua as diferenças de argumentação na sustentação oral da criminalização da LGBTIfobia para as demais no Judiciário: "(...). é uma tese

[25] Entrevista de Paulo Iotti concedida ao autor. Data: 19 de junho de 2024.

difícil. Aqui eu tenho que falar que o homotransfobia é racismo, que reconhecer ela não legisla, e que se você achar que não é racismo, então o Supremo pode legislar sim" [26].

Por sua vez o contato com a ABGLT se deu por dois caminhos distintos: ao conhecer o presidente da entidade, Toni Reis, em um evento da ILGA em 2010; e, quando ativistas gays do PT o procuraram imediatamente após a sugestão de Rita Colaço na II Conferência Nacional LGBT de 2011 para que se ingressasse a ação pela entidade. A redação do MI 4.733/DF contou com a colaboração de Alexandre Bahia e a ADO 26/DF foi uma adequação deste texto para peticionar no STF. Paulo incentivou Alexandre Bahia e Thiago Viana a entrarem com *amici curiae* – Alexandre pelo GADVS e a ABGLT enquanto Thiago foi pelo GGB.

Esta busca por *amici curiae* que já haviam cumprido este papel em outros julgamentos pode ser pensada a partir da perspectiva de Almeida (2019), em que a falta de transparência nos critérios de admissibilidade dos *amici curiae* poderia gerar controversas decisões. A ABGLT e o GGB são entidades com larga trajetória de atuação pública na defesa dos direitos LGBTI+, possuem registro jurídico e estatuto, possuem financiamento de empresas e órgãos para seus projetos, além de suas lideranças do passado e do presente ocuparem posições na gestão pública a nível municipal, estadual e federal, o que fortaleceria a admissão destes atores como *amici curiae* num julgamento considerado crucial por todos. Por sua vez, o GADVS foi fundado por Paulo Iotti, que já possui interlocução tanto com os ministros quanto com os demais movimentos LGBTI+. Neste julgamento de imenso impacto na discussão sobre a dualidade do papel de guardião constitucional e papel legislador do Supremo, a entrada de *amici curiae* reconhecidos pelos ministros por outros julgamentos pode ajudar a compreender como o tribunal se cerca de atores que irão reverberar suas decisões de forma positiva, ainda que controversa.

Em audiência com o ministro Celso de Mello, que havia citado Iotti em seu voto no julgamento da união estável homoafetiva, Paulo afirma certa resistência do ministro em aceitar a tese. Se segundo as entrevistas, Rita Colaço havia lançado a ideia, já havia doutrina em Direito Penal que a assimilasse:

> E aí, uma hora depois, a gente começou a falar do caso da homotransfobia como racismo. Expliquei tudo. Ele sempre teve muita preocupação até com a minha tese de doutorado de poder legislar criminalmente de maneira atípica ... E aí, então, a gente se enfocou, sentindo essa resistência, a gente se enfocou na tese tal, vou transformar como racismo, crime por raça, no sentido de interpretação literal de raça social e racismo social, que o Supremo já tinha falado em 2003 no HC 82.424. E, inclusive, quem teve a tese da homofobia

[26] Entrevista de Paulo Iotti concedida ao autor. Data: 19 de junho de 2024.

> como racismo não fui eu, foi Guilherme Nucci, desembargador do TJ de São Paulo, um dos doutrinadores de direito penal mais lidos e vendidos no Brasil, (...) é um dos doutrinadores mais respeitados do país, de direito penal. Se racismo, essa é uma paráfrase minha, é a inferiorização de um grupo social relativamente ao outro, discriminar homossexuais e pobres, diz Nucci, a homofobia e a aporofobia são formas de racismo, sem analogia, in malam partem. Eu desenvolvi a tese, obviamente, eu ampliei ela profundamente, com mais literatura e tal, mas assim, a tese foi do Nucci. Então a gente foi focando nisso.[27]

Munido desta fundamentação do caso Ellwanger (o HC 82.424 citado), em que o antissemitismo foi entendido como crime de racismo, e da tese de Nucci, no qual a homofobia e a aporofobia são também discriminações que podem ser enquadradas como crime de racismo, Paulo Iotti teve audiências com os ministros Celso de Mello, Barroso e Edson Fachin, que acabou por ser o relator. Todas estas audiências com o ministro Celso de Mello tiveram relevância pelo aspecto revelado por Iotti:

> Mas assim, a gente ganhou o julgamento pelo ministro Celso de Mello. O ministro Toffoli, ele até disse, quando o fundamentalista foi reclamar com ele, que ele estava pautando o julgamento. Ele falou, não, não, isso aqui foi um pedido do decano. Aqui no Supremo, pedido do decano, pelo menos do ministro Celso, acho que de todo decano decana, a gente atende, tem que pautar o julgamento. O ministro Celso leu palavra por palavra o voto dele. Provavelmente pra mostrar o peso, a importância, a densidade técnica, dogmática. Todas as decisões do Supremo respeitam a dogmática jurídica, constitucional e geral e penal. Eu defendo tecnicamente todas as decisões. Então, pra provavelmente tentar convencer, quem ia pedir isso, não pedia. E até deu certo.[28]

Paulo Iotti reconhece que para chegar ao Supremo e defender a tese da homotransfobia como racismo foi preciso um longo caminho percorrido de forma coletiva pela militância e por alguns atores considerados centrais no âmbito jurídico. Aqui, ele responde à alegação de Luiz Mott sobre ter sido ideia dele a equiparação da homotransfobia ao crime de racismo:

> Desde a luta do Grupo Gay da Bahia dos anos 80 pela criminalização, o Luiz Mott, (...) que é histórico e tem uma importância muito grande na luta pelo reconhecimento da homotransfobia como crime no Brasil, ele falou, "ah, Paulo, lá nos anos 80 a gente já defendia a homofobia ser parte da lei de racismo". Talvez o movimento não considerasse a homotransfobia como racismo, mas assim, ser parte da lei de racismo. Então quer dizer, tá na mesma lei. E aí, qual que é a diferença? A diferença é que se a homotransfobia não fosse racismo, mas tivesse a mesma lei, ela não seria imprescritível e inafiançável. Tem alguma diferença jurídica, constitucional específica do racismo no Brasil. Mas assim, então, veja, eu concordo com o Julian, que se

[27] Entrevista de Paulo Iotti concedida ao autor. Data: 19 de junho de 2024.
[28] Entrevista de Paulo Iotti concedida ao autor. Data: 19 de junho de 2024.

> não fosse toda essa luta histórica, eu sozinho lá no Supremo, falando uma hora, despachando com o ministro, provavelmente não teria sido suficiente.[29]

Para o advogado, fica clara a diferença entre as proposições de homotransfobia como crime de racismo e a homotransfobia inserida na lei de racismo, pois enquanto na primeira a discriminação é um tipo de racismo e possui as mesmas penalidades, na segunda, a homotransfobia estaria na lei, mas não seria equiparada como está hoje pela decisão do STF.

Junto de Paulo Iotti, surgem desta vez dois nomes essenciais para compreender o processo que resultou na criminalização da LGBTIfobia: os advogados e professores universitários Alexandre Bahia e Thiago Viana. Alexandre Bahia é professor de Direito na Universidade Federal de Ouro Preto e atuou como advogado pelo Grupo De Estudos Em Direito Internacional Da Universidade Federal De Minas Gerais – GEDI-UFMG e pelo Centro De Luta Pela Livre Orientação Sexual – CELLOS na ADPF 132/DF de união estável homoafetiva e pela ABGLT e o GADVS na ADO 26/DF de ação de criminalização da homofobia e transfobia. Conheceu Paulo Iotti por meio do site Orkut, onde debatiam direitos LGBT e a necessidade dessas pautas chegarem ao Supremo. Alexandre Bahia coassina algumas petições impetradas por Paulo no STF, advoga localmente em defesa dos direitos LGBTI+ e alia a pesquisa com o *advocacy* estratégico. Em entrevista, revela que existe pouco diálogo entre as diferentes instituições, movimentos e ONGs e o trabalho de acionar o STF seria do advogado Paulo Iotti, que busca movimentos e partidos para propor alguma ação. Contudo, este quadro vem sendo modificado devido a atuação do STF em acolher estes atores nos julgamentos:

> Eu acho que mais recentemente é que entidades como a ABGLT e a Aliança entenderam a importância de fazer coisa mais coordenada. Então hoje em dia, existe uma coisa um pouco mais coordenada dessas grandes, que reúnem várias ONGs para poder fazer isso. Até porque o Supremo Tribunal Federal, isso é uma coisa interessante, ele alterou o entendimento dele, para permitir que associações também possam propor essas ações, que formalmente, literalmente, a Constituição não permite, né? Mas aí o Supremo abriu essa possibilidade e hoje em dia existe um, principalmente por parte da Aliança, existe uma coisa um pouco mais direcionada.[30]

Especificamente sobre a criminalização da homofobia e da transfobia pelo STF na ADO 26/DF, Alexandre Bahia é contundente em afirmar que as críticas são resultantes

[29] Entrevista de Paulo Iotti concedida ao autor. Data: 19 de junho de 2024.
[30] Entrevista de Alexandre Bahia concedida ao autor. Data: 15 de agosto de 2024.

de má compreensão da decisão porque a Corte já havia decidido no habeas corpus nº 82.424-21, o caso Ellwanger, que o antissemitismo é racismo e que, àquela época, ninguém havia dito que o STF estaria legislando. Por este motivo, a relatoria do ministro Celso de Mello seguiu o mesmo entendimento anterior do tribunal em enquadrar a homofobia e a transfobia como crimes de racismo. Ainda chama a atenção que na decisão, a discriminação homotransfóbica deve ser editada por lei no Congresso, porém há uma descrença quanto a esta previsão:

> E o STF lá reconheceu que o antissemitismo é uma espécie de racismo por raça, porque raça é um conceito socialmente construído, né? De discriminação estrutural, enfim. E o antissemitismo é algo que é estrutural, é histórico e tal. E ninguém lá naquela época falou que o STF legislou. Ninguém falou isso. O STF deu aquela decisão lá e ninguém falou que o STF legislou, que o STF fez interpretação extensiva, analogia in malam partem e ninguém falou isso lá naquela época. E o raciocínio do ministro Celso de Mello para decidir a ADO 26/DF e o mandado de injunção 4733, exatamente o mesmo. Ele está seguindo exatamente o mesmo raciocínio do que foi feito lá atrás, dizendo que a homofobia e a transfobia são espécies de racismo que são preconceitos por raça porque existe uma discriminação igualmente histórica e estrutural. Então, ou a gente diz que o STF errou nas duas decisões e que ele fez analogia nos dois casos, o que nunca foi dito com relação ao primeiro, ou as duas decisões estão certas. (...). . O que o STF diz é que a LGBTfobia já está na lei do racismo. Ela só não estava explícita e aí a decisão é uma decisão para tornar aquela lei explícita. Até que o Congresso faça uma lei, a gente usa a lei geral, a discriminatória, que é a lei do racismo. O ideal é que haja uma lei, mas a gente sabe muito bem que o Legislativo não vai fazer essa lei tão cedo. [31]

O presidente da ABGLT, Victor de Wolf, afirma que após o julgamento da união estável, o movimento LGBTI+ percebeu que havia outro caminho mais favorável. Se antes o debate era criminalizar ou não, naquele momento o caminho do debate dentro do movimento LGBTI+ e deste com o movimento negro era sobre o enquadramento de homofobia e transfobia como crime de racismo. Victor de Wolf ainda afirma ter sido uma tática do movimento juntar o MI 4.733/DF e a ADO 26/DF, ambas peticionadas por Paulo Iotti representando atores diferentes, para que houvesse protagonismo do movimento e maior possibilidade de vitória. A ABGLT não queria perder o protagonismo desta conquista, conforme afirma o entrevistado.

> (...) mas o Paulo Iotti é um grande advogado, um cara que pensa muito bem essas questões da pauta LGBT, da cidadania, ele fez essa formulação, ele apresentou essa formulação pra gente, né, e o PPS, se eu não me engano, o PPS tinha entrado também, ele falou, ah, vamos entrar no PPS como uma ação, e a gente ficou puto com ele na época, porque ele entrou com uma ação e a gente ficou puto com ele na época que ele entrou pelo PPS a gente ficou puto porque

[31] Entrevista de Alexandre Bahia concedida ao autor. Data: 15 de agosto de 2024.

> ele queria entrar pela ABGLT primeiro. (...) A tática inclusive foi juntar as duas ações. O nosso pedido foi juntar tudo num caminho só. Julga junto.[32]

Além disso, houve uma articulação com movimentos negros, a CUT e demais movimentos para que não houvesse um *amicus curiae* contrário à criminalização, de acordo com ele. Este episódio, narrado em entrevista, reforça que a litigância estratégica foi pensada a partir da primeira vitória judicial no STF, acompanhada pelos movimentos, e que havia elos entre movimentos sociais diversos para que a conquista da criminalização da homofobia e da transfobia pudesse ser viabilizada judicialmente.

O advogado Thiago Viana conta que conheceu Paulo Iotti e Alexandre Bahia por meio de uma comunidade no Orkut nos anos 2000 em que se debatia o preconceito e o combate à homofobia. À época, estava em voga a discussão do PLC 122/06 sobre a criminalização da homofobia, que foi aprovado na Câmara dos Deputados. No Senado, chegou a participar de seminário organizado pela senadora Marta Suplicy em 2012 e seu papel foi contra-argumentar o Pastor Silas Malafaia e demais religiosos enquanto Paulo Iotti apresentava a fundamentação jurídica e Alexandre, os aspectos constitucionais do projeto de criminalização. Contudo, o PLC 122/06 foi apensado ao projeto do Novo Código Penal e arquivado posteriormente.

Assim como Paulo, Thiago Viana atribui à historiadora Rita Colaço a ideia de criminalizar a LGBTIfobia por mandado de injunção devido à omissão do Poder Legislativo e que isto foi amadurecendo ao longo dos anos até que Paulo Iotti também apresentou a ideia de impetrar uma ADO de mesmo tema. Um grande aliado e articulador, segundo o entrevistado, foi Eliseu Neto, assessor legislativo da liderança do Cidadania no Senado, falecido em maio de 2024. Thiago Viana elenca três ações fundamentais dos direitos LGBTI+ que impactaram o litígio estratégico de outros movimentos sociais:

> Veja, a ADO 26/DF e o MI 473, a ADPF 132/DF, que foi de 2011, que foi da união estável. Eu acho que essas três ações foram importantes do ponto de vista constitucional porque acabaram inspirando estrategicamente outras que viriam depois. Eu vi uma ADPF que agora está a mais de 400. Então, o movimento indígena acabou aprendendo pouco, outros movimentos sociais acabaram aprendendo um pouco dessa estratégia que foi nossa na época, em 2011 eu estava me formando, só tinha contato com o Paulo, não tinha participação formal, só nos debates mesmo, sobre o estado. E nessa da criminalização, da criminalização para a frente eu já participei ou assinando a ação, ou assinando apoio, ou então os bastidores junto com o Paulo nos debates, conversando e costurando e revendo peças etc.[33]

[32] Entrevista de Victor de Wolf concedida ao autor. Data: 22 de agosto de 2024.
[33] Entrevista de Thiago Viana concedida ao autor. Data: 12 de setembro de 2024.

Após a proposição da ação, Thiago Viana relata que a avaliação dos três era a de que seriam necessários *amicus curiae* de peso. Por este motivo, conversou com Luiz Mott e Marcelo Cerqueira, representantes do GGB, sobre as ações em tramitação no STF devido ao histórico do movimento em publicar relatórios anuais de violência homotransfóbica no Brasil – mesmo motivo que levou Eloísa Almeida a levá-los como *amicus curiae* na ADPF 132/DF de união estável. A petição de *amicus curiae* leva em consideração a legitimidade, a representação e o histórico do movimento. Apesar de recém-formado na época da petição, Thiago Viana detinha certo crédito devido ao seu envolvimento com a militância LGBTI+ em São Luís, onde participava da assessoria jurídica de um movimento desde a graduação. Além disso, assumiu o cargo de superintendente de direitos humanos da Secretaria de Direitos Humanos do Governo do Estado do Maranhão, entre 2015 e 2017, e ficava sob sua a responsabilidade a coordenação política LGBT.

Parlamentares evangélicos chegaram a se articular para movimentar um projeto sobre a criminalização no Senado e fazer com que o STF não julgasse com o argumento de que o Legislativo não estaria se omitindo. Contudo, a estratégia não teve sucesso e o julgamento marcado se concretizou. A sustentação oral de Thiago Viana pelo GGB e dos outros advogados dos *amici curiae* foi dividida de forma estratégica dentro do grupo: Paulo Iotti desenvolveria a tese; Alexandre falaria dos aspectos constitucionais; Ananda Puchta e Maria Eduarda Aguiar, sobre o impacto da criminalização para a população de mulheres lésbicas, bissexuais e pessoas transgênero; e, Thiago Viana, de militância.

Aqui, reside uma constatação semelhante ao que fora feito no caso da união estável: atores de movimentos de LGBTI+ e de partidos políticos haviam contatado as direções de partidos para impetrarem com as ações. A proposta feita por João Júnior, Paulo Iotti e Eliseu Neto à Roberto Freire foi responsável pela ADO 26. Neste julgamento ainda, talvez resida a maior inflexão sobre a discussão do papel de legislador implícito do Supremo Tribunal Federal. Se na união estável homoafetiva, os Tribunais de Justiça e o STJ já haviam julgados favoráveis e na retificação do registro civil de pessoas transgênero, o Executivo já havia expedido normas e resoluções a respeito, além do parecer da CIDH que recomendava os países signatários a seguirem o documento, a criminalização da homofobia e da transfobia baseou-se pelo precedente do caso Ellwanger e dos debates em torno da omissão legislativa. A estratégica de lideranças dos movimentos sociais para que se bloqueassem os movimentos negros e trabalhistas, historicamente referenciados na esquerda, como *amici curiae* contrários à tese da homofobia e da transfobia como crime de racismo; a pesquisa por precedentes, atuação

estratégica e discursos dos advogados militantes tanto para requerer quanto para representar *amici curiae* já admitidos em outros julgamentos e que dificilmente seriam recusados neste; a atuação de atores fora dos registros formais para conectar outros atores relevantes para o processo; e, a mobilização coordenada entre os *amici curiae* podem ser apontados como evidências de como os movimentos sociais LGBTI+ souberam utilizar o Supremo – desde o aprendizado, conforme afirmado pelo presidente da ABGLT em relação à união estável, à obtenção de uma conquista que era vislumbrada até então apenas no Legislativo.

O Supremo cumpriu seu papel contramajoritário ou agiu como legislador? A resposta para esta questão não pode ser tão simples. Se a grande maioria dos entrevistados não enxerga o tribunal como legislador, mas sim como garantidor de direitos fundamentais, é devido às estratégias bem-sucedidas em litigar, articular e adentrar no tribunal sob diferentes papeis por parte dos movimentos LGBTI+. Parece haver uma via de mão dupla discursiva em torno do processo: os movimentos LGBTI+ garantem direitos para a população pelo uso do Judiciário e este garante certo resguardo quanto à sua atuação por decidir favoravelmente aos direitos LGBTI+. A carência de direitos civis e sociais somada à vulnerabilidade da cidadania da população LGBTI+ não justificariam as decisões judiciais em favor deste setor da população, uma vez que outras populações em minoria resguardadas sob os direitos humanos não obtêm as mesmas taxas de sucesso na busca por direitos no Judiciário. Além disso, o desenho de ação do Supremo definido na Constituição de 1988 provoca tal discussão pela própria existência da ADO, independente do tema, pois mais que a legitimidade dos atores em peticionar no tribunal o enquadramento de uma conduta como crime tipificado em lei, autoriza-se o Judiciário a decidir se o Legislativo tem ou não cumprido o papel de legislar pela vontade da maioria com proteção das minorias como forma de equilíbrio dos Poderes. Portanto, defendo que existe certo grau de ação dos ministros do Supremo colocado de forma legal na Constituição que o próprio tribunal resguarda. Não desconsidero, contudo, todas as estratégias levantadas pelas entrevistas por parte de atores dos movimentos LGBTI+ que agiram de forma direta e indireta via governo, *amici curiae* e advocacia para obtenção das sucessivas vitórias judiciais no Supremo na década passada.

3.2.4. Doação de sangue por homens gays e bissexuais

A ADI 5.543/DF é a última ação julgada pelo STF analisada nesta pesquisa. Um regulamento da ANVISA determinava que homens que fazem sexo com homens (HSH) só poderiam doar sangue após doze meses sem a prática sexual – se voltarmos à nuvem de palavras da figura 13, veremos "doze meses" como os termos mais frequentes desta ação. Importa frisar que utilizo no texto da dissertação a pauta como "doação de sangue por homens gays e bissexuais" por ser a categoria HSH utilizada de forma técnica majoritariamente no campo das Ciências da Saúde e concordar que tal categoria abrange de forma significativa homens gays e bissexuais.

Rafael Kirchhoff, advogado do Grupo Dignidade – Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros na ADI 5.543/DF, relata que havia várias ações a serem julgadas no Supremo as quais o Grupo Dignidade e outras entidades LGBTI+ não estavam habilitadas por desconhecimento. Este é um fator apontado em entrevista por Evorah Cardoso como consequência negativa do acionamento do Judiciário por organizações profissionalizadas. Para ela, os movimentos não possuem condições financeiras e administrativas de ter assessoria jurídica à disposição para acompanhar casos relacionados à sua atuação, como ocorrera com movimentos feministas no julgamento sobre aborto de fetos anencéfalos.

Rafael Kirchhoff iniciou uma relação de diálogo com o GADVS num momento em que outras ações já estavam em andamento no Judiciário – aqui entendido como o STF -, classificado como "como um dos fronts aí nessa batalha, já que o Legislativo tava muito refratário à falta de LGBTI, né? E, de fato, foi muito acertada tanto que várias das conquistas a gente teve pelo Judiciário"[34]. O Grupo Dignidade não possuía uma rede de advogados como hoje e aqueles que assessoravam juridicamente o movimento aprenderam na prática a dinâmica dos julgamentos no STF:

> Fazíamos basicamente a petição de admissão, éramos habilitados e aí pensávamos ali se íamos fazer a manifestação e depois participar do julgamento. Em geral participava do julgamento para dar um peso mais simbólico, a presença no plenário e nem sempre era possível fazer a manifestação, porque a gente ficava sabendo do julgamento muito próximo assim da data. Isso exigia também uma organização muito maior de todo mundo que estava começando a litigar, depois a gente aprendeu um pouco melhor como se organizava.[35]

[34] Entrevista de Rafael Kirchhoff concedida ao autor. Data: 17 de junho de 2024.
[35] Entrevista de Rafael Kirchhoff concedida ao autor. Data: 17 de junho de 2024.

A sustentação oral realizada por Rafael Kirchhoff no julgamento da sobre a doação de sangue por homens gays e bissexuais contou com o assessoramento de um pesquisador sobre políticas públicas de HIV no Brasil e materiais da ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. A preocupação de pesquisadores e entidades voltadas à saúde das pessoas que vivem com HIV/AIDS era a de que o temor sobre o reforço à discriminação e culpa para com estas pessoas:

> Eu fui assessorado todo dia por Câmara, que é um advogado que pesquisou no mestrado dele as políticas sobre HIV no Brasil. Então, a minha fala ficou um pouco mais voltada para esse medo que todo mundo tinha das pessoas com HIV doarem sangue. E aí, colocava essas pessoas como, mesmo nas falas mais progressistas, digamos assim, mais cuidadosas, aparecia muito esse viés de que precisa ter cuidado com as pessoas que têm comportamento de risco em relação ao HIV. E ao mesmo tempo que nós fomos um tanto assessorados também por esse meu colega e por materiais da ABIA, pra gente tentar não entrar muito nesse campo de demonizar as pessoas com HIV e sim de dizer que o HIV tem mais a ver com a discriminação e ausência de políticas públicas do que com pessoas querendo doar o seu sangue infectado.[36]

Não à toa, alguns dos termos mais frequentes de acordo com a figura 13 nesta ação são “risco” e “hiv”. Para o entrevistado, as pessoas determinantes para as sucessivas vitórias judiciais foram: Maria Berenice Dias, por sua atuação na união estável; Paulo Iotti, por ser advogado militante; Gisele Alessandra, por ser a primeira advogada travesti a sustentar oralmente no STF; Alexandre Bahia, advogado e professor universitário; Dimitri Salles, ex-Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo; Raquel Castro, ex-presidente da OAB; e, os ministros Luís Roberto Barro e Edson Fachin por serem os que menos oscilam suas posições nos votos em defesa dos direitos LGBTI+.

Durante a entrevista, foi pontuado que o ministro Alexandre de Moraes estava “tecnicamente equivocado” e houve uma manifestação para que mudasse o seu voto na ADI 5.543/DF, o que não foi feito. Rafael KIRCHHOFF relata ainda que teve reunião com os ministros Barroso e Dias Toffoli para tratar das matérias a serem julgadas pelo tribunal e do trâmite processual. Estas audiências são mediadas por senadores, que possuem maior diálogo com a Corte devido ao papel do Senado em sabatinar os futuros ministros do STF. Neste caso, Rafael Kirchhoff aponta a então senadora Fátima Bezerra (PT-RN) como mediadora destes encontros entre advogados de entidades LGBTI+ e os

[36] Entrevista de Rafael Kirchhoff concedida ao autor. Data: 17 de junho de 2024.

ministros citados. Contudo, esclarece que estas reuniões não influenciam os votos, mas acredita que as manifestações podem influenciar nos votos dos relatores.

Esta oscilação nos votos de alguns ministros gera uma previsibilidade de como eles podem votar em determinada pauta, o que foi dito em entrevista por Toni Reis. O mapeamento de votos é importante, pois segundo ele, o ex-ministro da Saúde Ricardo Barros ligou para os gabinetes dos ministros e afirmou a eles que se a doação de sangue por homens gays e bissexuais fosse aprovada por meio da ADI 5.543/DF, o Brasil perderia milhões em venda de hemoderivados. De acordo com o cálculo de Toni Reis, já havia 8 votos favoráveis contabilizados pelo movimento, porém ocorreu uma modificação de votos e o ministro Ricardo Lewandowski alertou que o pedido do ministro seria acatado. O voto do ministro Dias Toffoli foi mantido, pois "temos aliados que são aliados 100%, temos aliados 90%, nós temos 80%, nós temos 50%"[37]. Em contrapartida, Toni Reis relata que lideranças dos movimentos e advogados começaram a ligar para diversas instituições como a defensoria pública e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, mas não explicitou se houve algum impacto. O julgamento terminou divisivo em 6 votos favoráveis e 5 contrários – o placar mais apertado de todos os julgamentos da década. Para efeitos de comparação, a criminalização da homotransfobia, tão intensamente debatida, teve 8 votos favoráveis e 3 contrários.

Curioso notar neste caso como os movimentos sociais LGBTI+ – exemplificado pela Aliança Nacional LGBTI+, mas não apenas ela – conseguiu realizar uma análise de comportamento do tribunal conforme a pesquisa de Oliveira (2011). Esta estratégia relatada em entrevista pode desvelar como não apenas a linguagem do Direito, mas os métodos de pesquisa adentraram os movimentos. Contudo, sob minha interpretação, não há ainda um ativismo judicial por parte do Supremo que tenha ultrapassado sua competência – um risco apontado por Oliveira (2011) – em relação aos julgamentos dos direitos LGBTI+.

Após o julgamento da ADI 5.543/DF, um advogado não identificado da Aliança Nacional LGBTI+ fez uma manifestação contra a reclamação de Paulo Iotti no Supremo por conta da morosidade da ANVISA em emitir uma nova norma. Este episódio narrado por Paulo denota um embate interno sobre a pauta porque Toni Reis, presidente da Aliança, já estaria trabalhando para que a ANVISA regulamentasse a doação de sangue por homens gays e bissexuais. Por fim, em julho de 2020, a ANVISA revogou parte do

[37] Entrevista de Toni Reis concedida ao autor. Data: 2 de julho de 2024.

artigo 25 da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 34/2014, que impedia a doação por homens gays e bissexuais dentro dos doze meses após a relação sexual.

3.3. O STF e os direitos LGBTI+ na visão de um ministro

O ministro do STF Edson Fachin foi o único a responder o roteiro enviado por e-mail aos gabinetes. Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia, o havia mencionado em entrevista ao relatar a participação dele em um evento sobre direitos LGBTI+ antes de assumir o cargo. De acordo com o ministro, o Supremo Tribunal Federal tem cumprido sua missão em resguardar o texto constitucional, no qual os direitos LGBTI+ estão inseridos devido aos direitos fundamentais, direitos humanos e o princípio da dignidade humana – o que está em consonância com os dados encontrados na análise quantitativa de texto (ver quadro 8). O direito à autodeterminação também é evocado em seu discurso para sustentar a atuação do tribunal nas pautas LGBTI+:

> Dúvida não há de que a Constituição, fundada na dignidade humana, nos direitos fundamentais e nos direitos humanos que integram o *bloco de constitucionalidade*, lança as bases normativas para práticas, políticas públicas e decisões inclusivas de modos diversos de ser. Cada pessoa tem direito à auto constituição e autodeterminação em seu projeto de vida, cabendo-lhe o dever de respeitar quem se constitui de modo diferente do seu. A Constituição é base jurídica das liberdades, plurais como são as pessoas, devendo todos e todas ter igual dignidade, independentemente de etnia, raça, identidade de gênero, orientação sexual ou classe social. (...). Sendo esse o norte tracejado no texto constitucional, cabe ao Supremo Tribunal Federal salvaguardar a sua concretude, como já o fez em múltiplas ações judiciais referentes aos direitos da população LGBT+, dentre as quais cito a ADI 4.277/DF, a ADPF 132/DF, a ADI 5.543/DF, a ADI 4.275/DF, a ADO 26/DF e o MI 4.733/DF. [38]

As decisões do Supremo contam, para além dos pactos internacionais e da literatura, com o apoio do que os movimentos mobilizam por meio dos memoriais e das sustentações orais dos advogados dos *amici curiae* para litigar direitos:

> Nos processos sobre direitos LGBT+, os *amici curiae*, que são, na maioria das vezes, representantes dos movimentos sociais, brinda-nos com valiosos memoriais e sustentações orais, a partir dos quais são auferidas importantes informações para a elaboração do voto. Para mais, quando possível, realizamos espaços de diálogo processualmente sistematizado, ouço as partes pessoalmente, como ocorreu, por exemplo, nas audiências realizadas durante o exame da ADI 5.543/DF. (...). Os movimentos sociais LGBT+, seja como amici curiae ou requerentes, têm elevado potencial de demonstração da

[38] Entrevista de Edson Fachin concedida ao autor. Data: 17 de julho de 2024.

> realidade dessa população. Ao Magistrado cabe ao deve de escuta real, profunda, vale dizer, o exercício de bem ouvir para bem decidir.[39]

Tal declaração do ministro Edson Fachin confirma a crença mencionada por Rafael Kirchhoff, advogado da ABGLT na ADI 5.543/DF, de que as manifestações influenciam no voto do relator – que neste caso, foi o próprio ministro Edson Fachin. Por acrescentar o fator das audiências realizadas para o processo de elaboração do voto, é possível afirmar que a litigância estratégica em direitos humanos incide, portanto, diretamente na formação do convencimento dos ministros do STF. Essa influência dos advogados de movimentos sociais que levam as demandas sociais junto de fundamentação jurídica, principalmente norteada pela proteção de direitos fundamentais, denota não apenas as ações estratégicas que se demonstram acertadas para que suas pautas sejam aprovadas em plenário do tribunal, mas também um acolhimento por parte dos ministros da argumentação construída. Importa notar que parte dos advogados defensores dos movimentos também se consideram militantes LGBTI+, o que transforma o caráter desta mobilização pelo direito de modo mais incisivo nos usos políticos do tribunal para a conquista de direitos.

Seria também uma questão ética do tribunal em garantir os direitos litigados ao longo da década passada, uma vez que as discriminações poderiam estar amparadas juridicamente se o STF não assegurasse a chamada "coexistência plural". Contudo, assim como os demais entrevistados, o ministro aponta que políticas públicas e legislações são necessárias para garantir a efetividade destes direitos:

> A igual dignidade sendo, portanto, uma bússola delineada pela Constituição Federal, assegurar a sua concretude é a missão do Supremo Tribunal Federal dos direitos humanos e fundamentais. Entre a proclamação no discurso normativa e a efetividade não raro há, infelizmente, uma 'decalagem', daí a importância de atuação ativa, políticas públicas inclusivas e decisões consoante os direitos humanos e fundamentais.[40]

No entanto, as políticas públicas aprovadas em municípios e estados vêm no sentido contrário em tempos mais recentes. De acordo com o ministro Edson Fachin, entidades como a Aliança Nacional LGBTI+ e a ABRAFH judicializaram em torno de 20 ADIs e ADPFs sobre a proibição do uso de linguagem neutras nas escolas enquanto a ANTRA tem litigado sobre a proibição do uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero.

---

[39] Entrevista de Edson Fachin concedida ao autor. Data: 17 de julho de 2024.
[40] Entrevista de Edson Fachin concedida ao autor. Data: 17 de julho de 2024.

Todas estas pautas foram aprovadas ou têm sido debatidas em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas do país.[41]

Esta mudança de papel que os movimentos sociais têm obtido ao serem deslocados de *amici curiae* para requerentes de ações é decorrente do julgamento da ADPF 527, na qual o ministro Luís Roberto Barroso reconheceu em relatoria a ABGLT como entidade de classe de âmbito nacional. Se para Madeira (2014), os atores passaram a litigar menos entre 2003 e 2013, o mesmo já não pode ser dito em relação às pautas LGBTI+ a partir desta abertura que o Supremo conferiu à ABGLT e às demais entidades. A partir dela, demais movimentos começaram a litigar reivindicando direitos os quais não têm sido legislados pelo Congresso Nacional. Este processo de sucessivas conquistas de direitos possui uma multiplicidade de atores, que vão desde os relatores das ações e demais ministros até os advogados e movimentos, conforme pontua o ministro Edson Fachin. Da mesma forma que os demais atores, chama a atenção em entrevista para a atuação do ministro Ayres Britto no julgamento da ADI 4.277/DF e da ADPF 132/DF, o que revela que a união estável homoafetiva pode ser considerada um marco para todos os atores entrevistados por diferentes motivos – seja por dar início a demais discussões sobre família, outros direitos LGBTI+, pela possibilidade dos demais litígios ou pelo pioneirismo. Pelo mesmo julgamento, destacou as advogadas Ligia Ziggiotti de Oliveira e de Maria Berenice Dias, do IBDFAM, por terem apresentado o termo homoafetividade, que serviu de base no acórdão para argumentar sobre a relação entre o afeto e a dignidade humana.

Se o caminho é certo para a ABGLT, outros movimentos podem não ser reconhecidos como entidades de classe de âmbito nacional. No entanto, o próprio ministro Edson Fachin reconhece que isto não os impede de se articularem com partidos políticos para peticionarem uma ação no tribunal, uma vez que partidos estão amparados pela Constituição para requererem ADIs, ADPFs, ADOs e MIs.

> Devido ao fato de existirem decisões do Supremo Tribunal Federal em que se realiza uma interpretação restritiva do conceito de entidade de classe, considerando apenas aquelas representativas de uma categoria econômica ou profissional, creio que os movimentos sociais procuram se articular com os sujeitos abrangidos pelo rol de legitimados para propor ações de controle concentrado, especialmente os partidos políticos com representação no Congresso Nacional.
>
> Por um lado, movimentos sociais, mediante a vivências de seus integrantes, têm o potencial de expressar o déficit de direitos das pessoas LGBT+, mas

[41] Disponível em: https://adiadorim.org/reportagens/2024/05/como-surgem-e-se-espalham-os-projetos-de-lei-contra-lgbtqia-no-brasil/. Acessado em: 18 de novembro de 2024 às 10h38min.

> enfrentam a incerteza de serem admitidos como partes legítimas. Por outro, partidos políticos com representação no Congresso Nacional, além de estarem no rol do artigo 103 da Constituição Federal, são integrados por parlamentares que podem encampar as ideias dos movimentos sociais. Assim, emerge a relação dos dois para a propositura de ações de controle concentrado almejando a concretização de direitos da população LGBT+.

Esta entrevista do ministro Edson Fachin elucida alguns elementos apontados pelos demais entrevistados, seja para evidenciar o papel do tribunal e dos movimentos LGBTI+ concernente às dinâmicas que ocorrem entre os atores em audiências ou por meio das manifestações, seja para discorrer sobre os limites de atuação dos ministros para que outros poderes possam legislar e executar políticas que assegurem direitos. Junto também da análise quantitativa de texto, esta entrevista baliza a conformidade com o discurso presente nos acórdãos de defesa da Constituição e dos direitos fundamentais para que os direitos LGBTI+ fossem efetivados, dada a exclusão característica da população LGBTI+ em direitos civis e sociais – e que não está findada. E se a população LGBTI+ ainda carece de direitos, o que significou o Supremo e a década passada? Por este motivo, resolvi tratar na próxima seção a percepção sobre o Supremo e a relação deste com os *amici curiae*.

É possível visualizar as convergências e divergências de posições sobre determinados temas por meio do quadro 11, no qual sintetizo nas colunas quem diverge/converge com outra pessoa entrevistada e em que tópico.

Quadro 11 – Convergências e divergências entre entrevistados. (Continua)

Ator 1	Confirma/Diverge/Parcial	Ator 2	Tema
Sérgio Cabral	Confirma	Victor de Wolf	Demandas surgem de movimentos LGBTI+
Lúcia Léa	Diverge	Thiago Bottino	STF como legislador
Paulo Iotti	Confirma	Victor de Wolf	Tática de unir as ações de criminalização para ganhar
Paulo Iotti	Parcial	Thiago Bottino	STF como legislador (para Iotti, é atípico)
Edson Fachin	Confirma	Rafael Kirchhoff	Influência no voto do relator

Quadro 11 – Convergências e divergências entre os entrevistados. (Conclusão)

João Júnior	Confirma	Lúcia Léa	Articulação pela união estável partiu de Carlos Tufvesson

Fonte: O autor, 2024.

3.4. Uma década de conquistas? Os significados de reivindicação de direitos no Supremo Tribunal Federal

A partir do julgamento da união estável homoafetiva, a AGBLT aprendeu a fazer lobby e montou um corpo de advogados, encabeçados por Paulo Mariante e Paulo Iotti, este considerado um advogado militante da ABGLT pelo presidente. Contudo, a dificuldade encontra-se no próprio caráter da entidade que não possui perfil de gerenciar projetos e captar recursos, o que converge com a opinião de Evorah Cardoso, advogada da SBDP, sobre a falta de profissionalização dos movimentos LGBTI+.

A ADPF 132/DF foi uma luta pela igualdade e o STF interpretou o artigo 5º da Constituição de forma abrangente, de acordo com Lúcia Léa Tavares. A procuradora considera-se "fã do tribunal", conforme palavras próprias, e rechaça a ideia do STF como legislador, pois o tribunal não age por motivação própria, mas sim por provocação dos atores envolvidos:

> (...) o tribunal não julga ex-ofício. O tribunal julga porque alguém foi lá e pediu alguma coisa. Então ele não está se sobrepondo a nada, né? Você vai lá e pede, né? Alguém contesta, o tribunal julga. É assim que funciona, né? É assim como a gente gosta de dizer que "a banda toca", né? Então ele... Agora... "Ah, não tem lei". Bom...Mas o tribunal tem que julgar. O tribunal não pode dizer: "não, não posso julgar porque não tem lei". Então o tribunal tem que interpretar o que tem, tem a Constituição. É um tribunal constitucional, interpreta a Constituição. Eu não acho que o tribunal sobrepõe a coisa nenhuma não. Não acho mesmo.[42]

O IBDFAM é uma instituição que existe há 27 anos, da qual a entrevistada é fundadora, e possui uma articulação com os movimentos sociais, não com partidos políticos – além de atuar como amicus curiae, foi a representante legal com a ANTRA no recurso especial sobre o uso de banheiro de acordo com a identidade de gênero, julgada em 2024. Para ela, a atuação dos movimentos foi fundamental para a efetivação dos

[42] Entrevista de Lúcia Léa Tavares concedida ao autor. Data: 10 de setembro de 2024.

direitos LGBTI+ e destaca Toni Reis, Cláudio Nascimento e Luiz Mott como atores centrais de iniciativas como uma articulação nacional dos movimentos e a contabilização dos casos de violência homotransfóbica. São militantes do movimento LGBTI+ que ocupam ou já ocuparam cargos no Poder Executivo municipal e estadual e atuaram nos bastidores do julgamento da união estável, mas que não constam nas fontes oficiais do Poder Judiciário e seus papeis vêm à superfície pelo jogo de memórias dos demais atores. A participação destes movimentos na aprovação da união estável homoafetiva pelo STF em 2011 e do casamento civil pelo CNJ em 2013 ressoaria posteriormente no julgamento do MI 4.733/DF sobre a criminalização da homofobia e da transfobia, no qual o impetrante foi a ABGLT.

Para Maria Berenice Dias, o advogado Paulo Iotti é o grande responsável pelas conquistas por impetrar as ações justificando pela "afronta aos princípios constitucionais" da igualdade e da dignidade humana, direitos fundamentais inseridos na Constituição. Para ela, o STF tem agido como legislador porque compete ao tribunal em momento de omissão do Congresso Nacional:

> E também porque existe esta previsão constitucional de que se o legislador não legisla, pode o judiciário suprir, entre aspas, estas omissões, daí o mandado de injunção, sabe, mas a função supletiva do Supremo Tribunal Federal que não tem competência legiferante, que não foi escolhido pelo povo, mas tem que encontrar uma resposta, que é o que o Supremo tem feito. Por exemplo, essa com relação à criminalização da homotransfobia, ele não editou uma lei, mas determinou que se aplicasse a lei do racismo até o legislador legislar nesse sentido.[43]

A matéria de criminalização da homofobia e da transfobia talvez seja a ação mais polêmica dentre as julgadas sobre direitos LGBTI+, uma vez que o STF reconheceu a existência de um crime e o enquadrou na Lei de Racismo. Para Maria Berenice Dias, o Supremo preenche vácuos legislativos causados por omissão e discriminação às populações vulneráveis, as quais a ex-magistrada enquadra não apenas a população LGBTI+, mas também as mulheres, os idosos e as crianças. O Legislativo não tem cumprido seu papel de legislar para todos e criar proteção legal às minorias, o que leva ao Supremo responder por esta parcela, de acordo com a entrevistada. Ela aponta o a questão eleitoreira, para além do conservadorismo e do fundamentalismo religioso, pois os legisladores não querem tocar em temas sensíveis para garantir suas reeleições e permanecerem no poder. A posição do Brasil em relação à cidadania e aos direitos

[43] Entrevista de Maria Berenice Dias concedida ao autor. Data: 31 de maio de 2024.

LGBTI+ é destacada no mundo, segundo a entrevistada, por conta do reconhecimento via STF e não pelo Congresso Nacional. Contudo, Maria Berenice Dias sinaliza uma preocupação recente – e recorrente nas falas de outros entrevistados – de que os próximos julgamentos podem não vir mais ser unânimes por contar três ministros com votos contrários (sem revelar nomes) na composição atual do tribunal. Além disso, há uma outra preocupação advinda do Ocidente:

> Mas acho que essa necessidade da legislação é fundamental. Acho que nós precisamos nos movimentar nesse sentido. Acho que nós precisamos ter. E temos um exemplo chocante nos Estados Unidos com relação, por exemplo, ao aborto. Durante 50 anos foi autorizado por decisão da Suprema Corte. E 50 anos depois, inexplicavelmente, houve uma reversão. Então, acho que simplesmente ter direitos assegurados por decisão da justiça é quase um castelo de cartas que qualquer lobo mau pode assoprar. É isso. [44]

Esta fragilidade da falta de legislação é uma preocupação recorrente em outras entrevistas, no entanto todos afirmam que não houve um abandono do Legislativo para se priorizar o Judiciário. Maria Berenice Dias relata que colheu mais de 100 mil assinaturas durante 6 anos em apoio ao Estatuto da Diversidade Sexual, cuja relatoria estava com a ex-senadora Martha Suplicy.

Professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas e representante legal do Grupo Arco-Íris na ADPF 132/DF, Thiago Bottino acredita que o Supremo Tribunal Federal seria um espaço de aperfeiçoamento da democracia puxada pelas minorias sub-representadas no poder enquanto o Congresso Nacional é o espaço da maioria. E caberia ao Supremo e ao Poder Judiciário como um todo este papel contramajoritário de garantir direitos previstos na Constituição para as minorias, as quais não podem ser atacados pelo Congresso. A democracia se faz, portanto, no equilíbrio gerado pelo controle de um poder pelo outro e o diálogo institucional. Além disso, há uma omissão do Congresso em reconhecer direitos às minorias de poder político e econômico, o que insta o Supremo a preencher tal lacuna deixada pelo Legislativo e o faz com a ampliação de direitos no lugar de reduzí-los. A isto, diferencia as ações que levaram ao reconhecimento da união estável homoafetiva e à criminalização da homofobia e da transfobia:

> Então, assim, eu sou a favor da criminalização da homofobia, mas eu acho que ela não poderia ter sido feita via Supremo, porque no Supremo você não tem espaço para debate. Quando você está criando um crime, você tem que ter um espaço de debate, por exemplo, para discutir pena, para discutir características, para discutir exatamente qual é o comportamento proibido. O que o Supremo fez foi dizer, olha, aqueles comportamentos que estão previstos na lei de racismo, se forem feitos com motivação de discriminação por orientação

[44] Entrevista de Maria Berenice Dias concedida ao autor. Data: 31 de maio de 2024.

> sexual se aplica. Quando muitas vezes, as vezes as penas deverão ser diferentes. A pena do racismo tem que ser uma, a pena da discriminação por orientação sexual tem que ser outra. O comportamento discriminatório no racismo tem algumas características, na questão da orientação sexual tem outras. Não necessariamente a lei que prevê condutas racistas, abrange todas as formas de discriminação que uma pessoa sofre razão na sua orientação sexual, por isso que eventualmente no Congresso isso deveria ter sido desenhado, mas eu entendo também a limitação, se o Congresso não queria sequer reconhecer a união homoafetiva que dirá criar um crime de homofobia. [45]

Thiago Bottino afirma que, apesar do STF ser um espaço de aperfeiçoamento da democracia, "agiu restringindo direitos, criando um crime novo e atribuindo uma pena a esse crime sem o debate público que ocorreria no Congresso" no que se refere à criminalização da homofobia e da transfobia. Um hipotético e possível futuro governo de extrema--direita poderia compor o STF de ministros conservadores que fariam o papel do legislador para restringir mais direitos da população LGBTI+. Ainda segundo o advogado, o ativismo judicial estaria presente tanto nos julgamentos da união da criminalização da homofobia e da transfobia, porém para ampliar direitos no primeiro caso e restringir direitos no segundo. No entanto, assim como os conceitos de democracia, família e liberdade, acionados de forma recorrente durante os discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro e por parlamentares da extrema-direita, é possível questionar como se definiriam esta dualidade ampliação/restrição de direitos no léxico deste campo ideológico, visto que há uma disputa em torno dos conceitos e das políticas públicas que as mobilizam.

Na avaliação de Evorah Cardoso, os ministros do STF abriram as portas aos movimentos para que os tornassem amicus curiae e o tribunal tem garantido à população LGBTI+ os direitos previstos na Constituição:

> Então, eu lembro que a gente debatia muito na SPDP o que era judicialização da política, ativismo judicial. Era algo que também a gente conversava no Cebrap, tem um pouco essa perspectiva de que, ora, bolas, o que mais você gostaria que o judiciário fizesse uma vez que a gente está numa democracia, tem uma nova Constituição garantidora de direitos, senão garantir os direitos das pessoas, entendeu? [46]

Para a entrevistada, o Judiciário é o espaço para a disputa da aplicação e interpretação destas normas. O Executivo consegue criar políticas públicas e estruturas administrativas num certo limite, mas a mudança de governo provoca a descontinuidade destas políticas e estruturas. Por sua vez, o Legislativo não é receptivo às pautas dos movimentos LGBTI+

[45] Entrevista de Thiago Bottino concedida ao autor. Data: 3 de junho de 2024.
[46] Entrevista de Evorah Cardoso concedida ao autor. Data: 12 de junho de 2024.

e isto pode ser atestado pelo Congresso Nacional não ter aprovado nenhuma lei sobre direitos LGBTI+. Cabe ao Judiciário, portanto, produzir normas para a garantia destes direitos, de acordo com a entrevista, numa fala em consonância com os demais advogados:

> Por que é que acha que só o legislativo é que tem a competência de produção de normas? Não é verdade, entendeu? O judiciário também pode ter esse papel, ainda mais quando a gente tem uma situação de bloqueio institucional. E tem bloqueio institucional que eu não sei como é que a gente vai superar, porque a cada ciclo eleitoral a gente elege o Congresso mais conservador da história.[47]

Este bloqueio institucional fez com que movimentos sociais passassem a provocar o Judiciário para responder sobre os direitos ainda não garantidos. O Judiciário é, para a entrevistada, um "guardião de direitos" e tem sido atacado por atores da extrema-direita por conta de sua atuação na garantia dos direitos LGBTI+ e por este setor da população ser atacado. Durante a entrevista, ainda destacou perfis diferentes dos atores: os movimentos sociais não necessariamente possuem articulação com sociedades civis profissionalizadas em litigância estratégica e, por este motivo, encontram-se fragilizados. Destaca como exemplo a ABGLT que, mesmo sendo uma entidade histórica no movimento, carece de financiamento e profissionalização para a defesa de seus interesses em diferentes espaços. Em consequência disso, aponta a presença do advogado Paulo Iotti em todos os julgamentos sobre direitos LGBTI+ representando diferentes atores, logo não vinculado a nenhum partido ou movimento em específico, o que seria necessário para impetrar e acompanhar as ações judiciais.

Toni Reis possui 40 anos de ativismo em movimentos LGBTI+, iniciado em cidades grandes na Europa, como Madri, Milão, Londres e Paris, e fundou e presidiu o Grupo Dignidade e a ABGLT, ambas em Curitiba. Já neste início de militância se comunicava por cartas e telefone com Luiz Mott, fundador do GGB. Na ABGLT, exerceu o cargo de presidente, secretário-geral e secretário de relações internacionais até sua saída por volta dos anos 2016 e 2017. Em 2015, fundou a ABRAFH – Associação Brasileira de Famílias Homotransfetivas, da qual é diretor-presidente, e atualmente é presidente da Aliança Nacional LGBTI+. Sob a condução de Toni Reis, a ABGLT atou como *amicus curiae* no julgamento da união estável; o Grupo Dignidade, no julgamento do registro civil de pessoas trans, doação de sangue e criminalização da LGBTfobia; a ABRAFH, na doação de sangue; e a Aliança Nacional LGBTI+, no mais recente julgamento sobre diversidade sexual nas escolas, que não está inserida nesta dissertação. Para tornar estas

[47] Entrevista de Evorah Cardoso concedida ao autor. Data: 12 de junho de 2024.

entidades como *amicus curiae*, Toni conta como uma grande rede de advogados: 12 no Dignidade, 164 na Aliança e 19 na ABRAFH, sendo alguns atuantes nas três. A mudança de interface da militância com o Legislativo para o Judiciário aponta não apenas uma mudança no conteúdo a ser apresentado pelos movimentos LGBTI+, mas também as estratégias dos advogados frente os ministros:

> Eu sempre aprendi a falar com parlamentares, que é uma forma de você falar. Mas, a partir de 2012, a gente mudou de prédio, a gente foi para o STF. Então, eu tive reunião com todos, 11 ministros e ministras, depois de 2011, nós tivemos audiência com todos os ministros da Suprema Corte, desde o Celso Melo. Então, nós temos fotos, nós temos comprovantes. E a gente aprendeu a fazer um outro tipo de litigância estratégica, de abordagem, não era mais aquela abordagem de ir lá, falar, de dar um depoimento, fazer uma análise conjuntura, não. Com o Supremo Tribunal Federal, através de memoriais, cada advogado, advogada estudava cada... os votos desses em outras ações e faziam a partir dos seus autores, a partir das suas posições, todos... hoje nós já vemos a posição de cada ministro, a gente já tem até uma previsão de voto deles, porque a gente já conhece. E você conhecendo o tomador de decisão, fica mais fácil você fazer a incidência.[48]

A abordagem transitou do político para o técnico-jurídico, segundo o próprio. E se, inicialmente, Toni Reis ia de "ombros baixos", segundo termos próprios, aos gabinetes dos ministros para audiências sobre as pautas, hoje se considera amigo do ex-ministro Ayres Britto e enxerga o ministro Dias Toffoli como grande aliado político. De acordo com outro entrevistado, Toni Reis é convidado a participar de cerimônias de posse de presidentes do Supremo. As audiências com ministros podem ser enxergadas sob a perspectiva de Osório (2019) quando discute sobre ampliar a pressão sobre o tribunal para além do mero litígio. Não importaria, portanto, apenas reivindicar o direito, mas realizar audiências enquanto *amicus curiae*, o que somados aos outros, pode resultar em resultados satisfatórios aos requerentes. Embora não tenha revelado quais os votos são previstos, alguns nomes e perfis de cada ministro surgem durante a entrevista:

> O ministro Gilmar Mendes, que foi algo que nós tivemos a maior dificuldade. Muitos setores do movimento falavam que não podia falar com ele, porque ele era muito crítico ao governo Lula. E falavam...ué, mas, como que eu não vou falar com uma pessoa mais poderosa? Eu vou falar com quem tem poder. E eu sempre sou estrategista. Quem é que... E o Gilmar Mendes queira ou não. E ele fala isso de forma modéstia às falas. Quem é a pessoa mais influente lá no Supremo Tribunal? É ele. Quem defende a gente com mais eloquência e que tem mais profundidade é o Barroso. Mas o político que nos ajuda é o Toffoli. E tudo o que eles fizeram pra gente nunca foi um favor. Eu me sinto muito leve e solto pra dizer que sempre foi baseado nos princípios constitucionais e nesse interim, uma coisa que eu aprendi foi a ausência de lei, ausência de normativa não quer dizer ausência de direito. (...). . Hoje a gente sabe quem é o chefe de

[48] Entrevista de Toni Reis concedida ao autor. Data: 2 de julho de 2024.

> gabinete, quem é o assessor, quem é o tal, quem recebe, quem não recebe. E como que é a personalidade, que eu acho que é importante a gente saber esse direitinho.[49]

As estratégias dos advogados dos movimentos LGBTI+ são revelados por meio destes dois trechos destacados da entrevista por se basearem tanto na construção de um mapa de votação fundado num histórico das votações anteriores quanto na aproximação que os movimentos possuem com cada ministro: o influente, o eloquente e o político. Embora os ministros não sinalizem que voto darão nos julgamentos, já é possível para os movimentos saberem de antemão quem será favorável, quem pode oscilar de posição e quem será mais provável de ser contrário na composição atual, algo que já havia sido dito de forma mais implícita por Maria Berenice Dias ao afirmar a existência de 3 ministros conservadores. Os memoriais dos advogados para os ministros do STF contêm dados técnicos sobre a pauta levantada e literatura concernente, para além da argumentação jurídica.

Apesar de vitórias subsequentes na garantia dos direitos LGBTI+, o STF não é linear quanto a estas decisões e os movimentos já têm se atentado para isto, principalmente após o julgamento ocorrido em 2024 sobre o uso de banheiro de acordo a identidade de gênero. Pela leitura de Alexandre, enquanto pesquisador e militante de movimento LGBTI+, o Supremo nesta década poderia não mais representar este espaço de disputa para a conquista de direitos como fora na década passada e os movimentos sociais precisam recalcular a rota e repensar estratégias. Esta mudança de posição do STF vem das críticas ao ativismo judicial, dos ataques ao próprio tribunal, da entrada de ministros conservadores pelo presidente Jair Bolsonaro e Lula e de um entendimento de que o Supremo tem aceitado estas críticas e olvidado o seu papel contramajoritário. Um reforço de atuação junto ao Legislativo, apesar de afirmar que não houve um abandono do Legislativo em detrimento a uma atuação no Judiciário:

> Acho que está na hora da gente voltar, se voltar para o Legislativo e exigir que o Legislativo aja nos termos do que dispõe a Constituição, enfim, e seja digno do que exige a constituição. (...). Eu nem acho que a gente, é bom, que os movimentos abandonaram, mas acho que precisa de uma coisa mais coordenada. Não basta lançar um projeto de lei e esse negócio ficar lá 10 anos. A gente precisa da mesma forma que se fez no Supremo, precisa de uma ação coordenada no legislativo para forçar que o legislativo mude a atitude dele. Não basta ter trocentos projetos se nenhum deles vai ser aprovado.[50]

[49] Entrevista de Toni Reis concedida ao autor. Data: 2 de julho de 2024.
[50] Entrevista de Alexandre Bahia concedida ao autor. Data: 15 de agosto de 2024.

Esta visão corrobora a discussão trazida por Silveira (2020), na qual argumenta que, apesar das decisões judiciais, o Legislativo deve ser provocado para legislar e efetivar direitos garantidos no Judiciário, o qual não deve ser o único espaço para disputa pelos movimentos LGBTI+. É possível ainda perceber por meio das entrevistas que os atores militantes – incluído os advogados que se consideram como tais – compreendem a fragilidade de relegar apenas ao Judiciário o papel de resguardar direitos. O STF tem sido o espaço de garantia de direitos para a população LGBTI+, dentre todas as outras marginalizadas, apesar do limite imposto com o julgamento desfavorável sobre os banheiros para pessoas trans:

> Desde união estável passando por direito de registro, passando por SUS, passando por doação de sangue. Então acho que hoje se a gente for escolher um case de sucesso de direitos de fundamentais no Supremo, não é raça, não é necessariamente gênero, não é povos tradicionais, é pessoas LGBT. É o espaço em que esses direitos têm sido assegurados e até com alguma preocupação de efetividade, de assegurar ali um direcionamento geral do sistema de justiça para que seja seguido.[51]

Para Wallace Corbo, estas decisões favoráveis aos direitos LGBTI+ são possibilitadas pela Constituição de 1988 ser progressista e ter em seu texto um sentido de combate à todas as formas de discriminação. E dentre os três poderes, é o Judiciário, em suas duas instâncias e nos tribunais superiores, que, por ter defendido os direitos LGBTI+, tem cumprido um papel contramajoritário:

> Essas decisões estão dentro do campo do que se espera de um tribunal que faça proteção de minorias, num contexto de um funcionalismo que se pretende de fato protetivo desses grupos. O que essas decisões são? Não é que elas são ativistas, elas são contra legislativas, elas são contrárias aos interesses majoritários dentro do Legislativo e às vezes até no Executivo, que tenta compor com o Legislativo às custas de direitos de outros grupos. Então eu não acho que elas são ativistas, eu acho que elas estão dentro do campo semântico do Supremo, mas elas mexem com pânicos morais, com aspectos que foram eleitos pela direita, conservadorismo, extrema direita como os grandes alvos da sua pauta. E isso gera resposta. (...). O SUS, o Judiciário como um todo, porque essas justiças favoráveis começam com o juiz de primeira instância. Mas o Judiciário de fato mostrou uma capacidade de, paulatinamente, até chegar no Supremo, defender bem os direitos de pessoas LGBT.[52]

Ainda de acordo com Wallace Corbo, não há uma fuga para o Judiciário devido ao número crescente de pessoas LGBTI+ no Executivo e no Legislativo municipais e estaduais, além das políticas públicas implementadas desde a década de 2000 voltadas

[51] Entrevista de Wallace Corbo concedida ao autor. Data: 22 de agosto de 2024.
[52] Entrevista de Wallace Corbo concedida ao autor. Data: 22 de agosto de 2024.

especificamente para este setor da população, como o Brasil sem Homofobia, lançado em 2004.

Victor de Wolf atribui a Sérgio Cabral e Régis Fichtner a conquista inicial da união estável no STF, pois sem a ADPF 132/DF não haveria nem as outras pelo tribunal nem mesmo o aprendizado de advocacy por parte do movimento. E por ser o STF um garantidor de direitos LGBTI+ de 2011 até os dias de hoje, o movimento LGBTI+ teria acertado nesta estratégia ainda que não houvesse abandonado articulações no Congresso. Houve, por exemplo, menção de reunião da ABGLT com a então vice-presidente do Senado, Marta Suplicy e os senadores Marcelo Crivella e Roberto Requião no biênio 2011-2012 sobre a aprovação de pautas de interesse, em período posterior à aprovação da união estável no STF. Como a pauta da criminalização da LGBTIfobia não avançaria no Senado mesmo com o apoio da vice-presidente, a ABGLT preferiu avançar sobre o Supremo.

O ex-presidente da ABGLT Carlos Magno aparece na fala do agora presidente Victor de Wolf como um dos atores centrais da articulação com outros movimentos sociais para que nenhum outro entrasse como *amicus curiae* contrário à criminalização da homofobia e da transfobia baseada na Lei do Racismo. O STF é para a ABGLT o espaço que garantiu os direitos e investir pelo caminho do Judiciário se mostrou uma decisão acertada conforme os julgamentos se desenrolavam ao longo da década:

> Eu tenho brincado até que eu acho que o governo atual, por exemplo, a gente tem de um lado um Congresso superconservador, um STF super progressista e um governo executivo que balança, que fica um balanço. (...). o Executivo tem uma limitação que é construir a política pública, ele não constrói uma mudança paradigmática de legislação, ele não constrói uma mudança paradigmática, ele até pode construir do ponto de vista simbólico, botar uma travesti, com a primeira autoridade de travesti do mundo, que é a Symmy Larrat, isso é simbólico, isso é uma simbologia de uma ruptura de alguma coisa dentro do Brasil. Nenhum outro país botou uma travesti num cargo tão alto. Então isso é uma simbologia muito importante que o governo Lula fez. Mas ela pode ser destruída no dia seguinte quando você assim tomar uma posição que o governo a demita, por exemplo. O STF não. O STF tem uma estabilidade ali dentro. Então é uma corte que, embora possa haver mudança de ministro, mudar as posições, ainda assim é mais difícil, né? Você tem uma vida mais longa naquele caminho. Então, eu acho que o movimento LGBT acertou muito fortemente de caminhar no STF. E o STF foi o garantidor dos direitos da comunidade LGBT até hoje. Foi e é.[53]

Esta fala de Victor de Wolf pode ser enquadrada na leitura de Pogrebinschi (2012), em que o Supremo é visto como um representante político, além de construir um sistema

[53] Entrevista de Paulo Iotti concedida ao autor. Data: 22 de agosto de 2024.

político responsivo, por aqueles que litigam seus direitos. Ainda que o STF seja este espaço seguro e que seja necessário aos movimentos LGBTI+ avançarem sobre o Congresso, Paulo Iotti discorda do argumento de que os movimentos LGBTI+ abandonaram o Legislativo, assim como os outros entrevistados, pois ele próprio assessorou a nova redação do Estatuto da Igualdade Sexual e de Gênero. A litigância estratégica em torno dos direitos LGBTI+ se mostrou eficiente no STF, porém as estratégias de conquistas não se findam no tribunal.

Desde a juventude, a advogada Eloísa Almeida trilhou caminho na defesa dos direitos humanos. Durante a graduação em Direito na PUC, fez estágio no ILANUD da ONU, onde lidava com casos de encarceramento juvenil, tortura e execuções sumárias. No Conectas Direitos Humanos, montou a área jurídica e trabalhava, para além do sistema carcerário, com propriedade intelectual e acesso à saúde. Junto de movimentos de HIV/AIDS, quebrou patentes de medicação no início dos anos 2000. O diretor da Conectas, Oscar Vilhena, chegou a ter uma audiência com o ministro Ayres Britto por meio da coordenação do Luís Roberto Barroso já próximo ao julgamento. Os *amicus curiae* no Supremo foram objeto de pesquisa no mestrado e doutorado de Eloísa Almeida, no qual ela percebe a mudança de perfil destes atores:

> O incremento do número de ações que passa a contar com amicus, mas ao mesmo tempo o incremento de atores corporativos no uso desse instrumento, então daqueles que já são legitimados: associações de classe, governadores etc. Então tem uma dinâmica interessante em como a figura da *amicus curiae* foi também se transformando na prática, seja pela interpretação do Supremo, seja pela agenda desses diversos atores interessados ao longo dos anos.[54]

Uma leitura próxima sobre os *amici curiae* é feita pelo ministro Edson Fachin, conforme havia pontuado em entrevista sobre o reconhecimento da ABGLT como entidade de classe de âmbito nacional por meio da ADPF 527. Ainda que colaborem para o processo dados, fundamentação jurídica e relevância das demandas em audiências, os movimentos sociais como *amici curiae* possuem um papel limitado:

> Essa interação dialogal entre o Supremo Tribunal Federal e os movimentos sociais, que se apresentam como amigos da Corte, tem um potencial epistêmico de apresentar diferentes pontos de vista, interesses, aspectos e elementos nem sempre alcançados, vistos ou ouvidos pelo Tribunal acerca da controvérsia entre as partes em sentido formal, possibilitando, assim, decisões melhores e mais legítimas do ponto de vista do Estado Democrático de Direito. Vale dizer que, como *amicus curiae*, a atuação dos movimentos sociais no âmbito processual é restrita, uma vez que não possuiriam legitimidade para, a

[54] Entrevista de Eloísa Almeida concedida ao autor. Data: 10 de setembro de 2024.

> título de exemplo, opor embargos declaratórios em sede de controle abstrato de constitucionalidade e em face de decisões de processos pilotos de temas da Repercussão Geral, conforme jurisprudência da maioria no Supremo Tribunal Federal. Sendo assim, a possibilidade de representação plena em prol da população LGBT+ no transcorrer do processo somente é possível se operarem como requerentes.[55]

A advogada Eloísa Almeida não enxerga o Supremo como a figura central destas transformações sobre direitos humanos, pois a exemplo da união estável homoafetiva os tribunais de instâncias inferiores julgaram favoravelmente ao longo da década sobre a pauta até que chegasse ao tribunal superior:

> É muito difícil a gente tentar demarcar, foi só o Supremo, não foi. Que nem o próprio caso da união entre pessoas do mesmo senso. Ele era um caso que chega no Supremo depois de muita discussão nos tribunais inferiores sobre efeitos previdenciários, efeitos civis, efeitos sucessórios, uma jurisprudência que já vinha empurrando, vamos dizer assim, essa questão. Então, o Supremo não inova muito, mas quando ele faz, ele faz de maneira ali estrondosa.[56]

Esta mudança também acompanha os marcos no Judiciário sobre direitos humanos, uma vez que o Congresso Nacional tramitava por longos anos diversos projetos de lei – e, no caso dos direitos LGBTI+, muitos acabavam por ser arquivados. A chance dos movimentos em conquistarem seria, portanto, no Supremo, de acordo com a advogada. Destacou ainda em entrevista o papel do Ministério Público em encampar algumas destas pautas para que fossem impetradas pela PGR, como no caso da ADI 4.277/DF. E mesmo trabalhando com litigância estratégica, não enxerga este processo de avanço dos movimentos sociais sobre o Judiciário como uma escola, mas "uma consequência quase que incontornável de um cenário de exclusão e violência de muitos grupos"[57]. E dentro do STF, seria o ministro Ayres Britto o responsável por organizar e tocar no tribunal diversas pautas de interesse de movimentos e organizações de defesa dos direitos humanos na década de 2000.

A leitura de Eloísa Almeida sobre a união estável homoafetiva é a de que a pauta não veio demandada do movimento, apesar da presença da ABGLT, mas que veio de tribunais de instâncias inferiores e de outros operadores, como a vice-procuradora-geral da República Débora Duprat, reconhecida pela defesa dos direitos humanos. Cardinali (2017) chega a mencionar uma certa "vontade pessoal" da vice-procuradora-geral da República ao emitir pareceres favoráveis à união estável e à retificação do registro civil

[55] Entrevista de Edson Fachin concedida ao autor. Data: 17 de julho de 2024.
[56] Entrevista de Eloísa Almeida concedida ao autor. Data: 10 de setembro de 2024.
[57] Entrevista de Eloísa Almeida concedida ao autor. Data: 10 de setembro de 2024.

por pessoas transgênero. Tendo a concordar em parte com a intepretação de Cardinali (2017), ao afirmar que "a garantia de direitos fundamentais de determinadas categorias pode estar submetida à eventual identificação pessoal dos detentores circunstanciais de cargos políticos com aquelas demandas"[58], pois que as entrevistas revelam não apenas a vontade dos atores requerentes, mas uma rede de influência de outros atores fora do âmbito dos que estão constitucionalmente legitimados a litigar ações no STF.

Eloísa Machado conta ainda que um dos advogados dos *amicus curiae* do julgamento relatou a ela em conversa que os movimentos achavam a pauta da união estável e casamento algo conservador, o que pode ser atestado pela entrevista do presidente da ABGLT Victor de Wolf. Ainda assim, foi este julgamento unânime sobre o direito à união estável que levou os movimentos, não apenas LGBTI+, a reivindicarem mais direitos no STF:

> (...) eu acho que o Supremo desempenhou um papel muito relevante nesse e em outras assuntos, né? Porque o interessante foi como essa ação, e não sei se isso na época estava claro ou não, para todo mundo que circundava ali o tema, como essa ação gerou um efeito dominó em vários outros casos. Que a partir dessa ação se precisou discutir regime sucessório, a partir dessa ação precisou discutir adoção, a partir dessa ação precisou se discutir o próprio conceito de família, a partir dessa ação precisou se discutir tanta coisa. Então, é inegável que teve um papel multiplicador muito grande. E eu acho que, sem dúvida, esse é o caso que, de certa maneira, prepara o tribunal ou compele o tribunal a chegar depois na ação sobre a homofobia já um degrau acima do debate. Sempre que a gente fala de grandes decisões, direitos humanos, corte constitucional, a gente fica buscando teorias de como os tribunais decidem isso. O próprio Barroso fala em empurrar a história etc. Mas tem uma leitura de que é um tipo de um romance em cadeia. A Suprema Corte pode ser lida em capítulos. E como qualquer livro, você pode ter um desenvolvimento bem linear de determinado tema. Ou, eventualmente, você está lendo um livro que tem reviravoltas. Não é? Tinha. Mas que isso faz sentido numa determinada construção, vamos dizer assim. Ou seja, um caso nunca é só um caso, ele está inserido numa dinâmica decisória daquele tribunal.[59]

A advogada também insere a decisão do STF numa transformação cultural pela qual o país passava, com discussão sobre beijo gay em novelas. Esta observação vem ao encontro do que fora apontado por Silveira (2020) ao afirmar que o litígio estratégico promove impactos na conscientização social sobre os direitos LGBTI+ por ser o STF e a própria população LGBTI+ personagens recorrentes na mídia.

---

[58] CARDINALI, Daniel. Daniel Carvalho. A judicialização dos direitos LGBT no STF: limites, possibilidades e consequências. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, pp. 116-117.

[59] Entrevista de Eloísa Almeida concedida ao autor. Data: 10 de setembro de 2024.

Contudo, o Supremo, ao não decidir sobre o direito de uma pessoa trans usar o banheiro de acordo com a identidade de gênero, não retrocedeu na defesa dos direitos LGBTI+ e dos direitos humanos, mas tem adotado uma postura cautelosa e de maior seletividade processual, de acordo com a entrevistada. Chama a atenção para o julgamento da ADPF 787 na mesma semana em que o STF entendeu que o SUS deveria atender pessoas transgênero, independente de realização da cirurgia de redesignação[60]. Um dos fatores para esta seletividade seria a cautela para a decisão ser derrubada em momento posterior ou a forma como foi impetrada, apesar do tema possuir relevância para a população transgênero.

A mobilização do direito pelos movimentos LGBTI+ é um "case de sucesso", para Wallace Corbo, e, para Eloísa Almeida, o grupo mais bem sucedido em realizar o litígio estratégico, antes mesmo da reivindicação de direitos na década de 2010, uma vez que os movimentos HIV/AIDS já o faziam e eram liderados majoritariamente por homens gays:

> Bom, foi a galera que melhor fez litígio estratégico nas últimas décadas, não só agora nessa agenda, mas nessa outra agenda também. Queria deixar isso pontuado, que acho que isso importa, isso é relevante. E com uma percepção muito clara de coletividade, de construção de políticas coletivas, de construção de um país democrático. A gente está falando de um movimento com vários nomes, com várias interfaces, mas um movimento enorme, muito rico e muito diverso, que contribuiu demais para o desenvolvimento do país. Não só nessa agenda mais específica, antidiscriminatória, vamos dizer assim, mas por exemplo na agenda de saúde. Toda discussão de saúde, de DST etc., passa por uma militância e por uma litigância muito qualificada de todos esses grupos e de um *advocacy*, por aí vai. Ainda que sejam movimentos com gerações diferentes, com aproximações e distanciamentos, enfim. Então, eu vejo uma década de litigância, décadas de litigância estratégica muito bem-sucedida, acho que de uma agenda assim que transformou o país para melhor, não tenho a menor dúvida disso. E quando a gente olha para esses casos do Supremo, eu acho que às vezes a gente dá mérito de mais para o tribunal e mérito de menos para quem está articulando, mobilizando, divulgando.[61]

São os movimentos que mais têm incidido sobre o Supremo para efetivar as conquistas e menos o STF agido de forma que se possa colocá-lo como ativista, o que por vezes está legalmente constituído para tal objetivo, conforme a interpretação de Eloísa Almeida:

> Agora, a gente tá diante de um tribunal que substitui a vontade do legislador? Algumas vezes ele fez isso, poucas vezes ele fez isso. Ele precisou fazer isso no caso da anencefalia, ele precisou fazer isso no caso da transfobia, em alguns outros casos. Nesses casos, o tribunal está autorizado a fazer isso? Está, né?

[60] Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/sus-deve-garantir-atendimento-a-pessoas-trans-tambem-em-relacao-ao-sexo-biologico-decide-stf/. Acessado em: 12 de outubro de 2024 às 20:36h.
[61] Entrevista de Eloísa Almeida concedida ao autor. Data: 10 de setembro de 2024.

> Está, porque a gente está diante de omissões que impedem a efetividade desses direitos. O tribunal foi ativista? (...). Mas, enfim, para resumir uma discussão muito grande, por esse conceito de ativismo que eu te trouxe, eu não acho que o Supremo tem conseguido ser. E eu acho que quando o tribunal avança sobre uma ausência de norma, ele faz amparado com uma Constituição que garante muitos direitos, inclusive aqueles direitos que não são suportados pelas instâncias majoritárias. Mas pra mim esse debate ele tá muito contaminado por ideologia, desinformação e distorção de conceitos que precisa ter muito cuidado mesmo pra pensar.[62]

Ainda para Thiago Viana, a criminalização da LGBTIfobia no STF não seria possível sem o julgamento da ADPF 132/DF de união estável, pois a litigância estratégica nos tribunais até que se chegasse ao STJ e ao STF foi fundamental para o sucesso das ações posteriores:

> E um segundo aspecto que é o fato de que, pelo amadurecimento do tema, do debate acadêmico, jurídico e do debate também na sociedade civil, entre a propositora da ação em 2013 e o julgamento em 2019, eu vejo como positivo, porque no final das contas, e esse é o segundo aspecto, foi uma tese vencedora. Em 2011 a reunião estável foi a primeira decisão. Não teria acontecido se em 95, 96 o [inaudível] tivesse decidido sobre pensão por morte para benefício do INSS, para um companheiro que tinha falecido. Foi a primeira. Depois dele vieram várias outras e aí foi convencendo aos poucos, todas as instâncias até chegar no STJ. Depois de um tempo o STJ ser convencido, aí a gente já tinha todo um estofo, uma base para poder chegar aí. Agora sim é o momento de propor uma ADPF, que é o que a gente chama de litigância estratégica no caso, porque assim, em 2000 e, sei lá, vou imaginar em 2002, tecnicamente, já poderia propor uma ADPF, mas seria um tiro direto num STF que poderia ter um resultado negativo, muito provavelmente negativo. Então foi importante essa construção toda para chegar em 2011 com uma decisão positiva.[63]

A sombra do que ocorrera na Suprema Corte estadunidense quanto ao direito ao aborto acendeu o alerta para os operadores do Direito, pois um cenário semelhante poderia ocorrer no Brasil – algo que já havia sido apontado também por Thiago Bottino em entrevista. Apesar de participar da vitória na ADO 26/DF, Thiago Viana diz chamar a atenção de seus alunos de Direito Constitucional e de Direito Penal neste aspecto:

> (...) isso [a criminalização] foi uma conquista, mas ainda é uma conquista muito precária muito tanto quanto insegura porque se muda a configuração do STF, por exemplo, a gente pode ter revogação desses entendimentos, embora fosse uma revogação, não é nem revogação o termo correto, mas de voltar atrás desses entendimentos. Porque embora esse voltar atrás seja jurídico e condicionalmente errado, mas foi o que aconteceu nos Estados Unidos com a decisão em relação ao aborto, que tinha 49 anos no precedente lá, o caso que foi julgado. (...). E os próprios ministros hoje, na maioria conservadora, já sinalizaram que o próximo caso a cair vai ser o de 2015, que autorizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo. [64]

[62] Entrevista de Eloísa Almeida concedida ao autor. Data: 10 de setembro de 2024.
[63] Entrevista de Thiago Viana concedida ao autor. Data: 12 de setembro de 2024.
[64] Entrevista de Thiago Viana concedida ao autor. Data: 12 de setembro de 2024.

A omissão do Congresso é deliberada, para o advogado, pois que a população LGBTI+ é ainda o único setor da população sem uma lei de proteção aos direitos fundamentais. O precedente do caso Ellwanger surge em seu discurso como basilar para o entendimento de raça como fenômeno sociológico pelo STF e impulsionador à defesa da criminalização realizada no tribunal, pois o racismo social está calcado no discurso discriminatório – o que valeu tanto para o antissemitismo em 2003 quanto para a LGBTIfobia em 2019. Para o entrevistado, o STF sai de um papel de autocontenção para ativista como legislador positivo devido às reiteradas omissões do Congresso em diversos temas, como a greve no serviço público, aborto, direitos LGBTI+, nepotismo, dentro outros:

> Então assim, eu penso que as críticas no geral ao papel ativista do STF são muito benevolentes com a omissão deliberada do Congresso Nacional. Então assim, o STF não pode atuar, precisa ficar nesse espaço de autocontenção, mas o Congresso pode não decidir sobre os direitos fundamentais das pessoas e a própria Constituição manda decidir e isso é democracia?[65]

A litigância estratégica dos movimentos foi um longo caminho, tendo como marcos principais os julgamentos da união estável e da criminalização da LGBTIfobia. Na primeira, os movimentos participaram como *amici curiae* enquanto na segunda, a ABGLT foi impetrante do MI 4.733/DF e demais movimentos foram *amici curiae* com advogados já articulados para o julgamento. De acordo com Thiago Viana, todos os temas à exceção da criminalização tiveram debates extensos de convencimento na sociedade, academia e Judiciário até que fosse julgado no STF enquanto a criminalização, além de não ser consenso por juristas e acadêmicos, foi uma última tentativa pelo fato da tramitação dos projetos de mesmo tema terem sido arquivados ou estarem estacionados em comissões.

A ABGLT é reconhecida por Alexandre Bahia como um movimento que tem sido atuante desde o primeiro julgamento da união homoafetiva, no qual era *amicus curiae*, e posteriormente se tornou impetrante, do MI 4.733/DF. Ademais, outros movimentos e ONGs têm atuado no mesmo sentido da ABGLT em contatar advogados, adentrar os tribunais para se tornarem *amicus curiae* e obterem vitórias via Judiciário. A litigância estratégica ganhou espaço nestas entidades ao longo da década passada, principalmente após o julgamento sobre a união estável homoafetiva:

---

[65] Entrevista de Thiago Viana concedida ao autor. Data: 12 de setembro de 2024.

> A gente continua entendendo, eu digo a gente, o movimento, que o Legislativo seria o órgão mais adequado para essas questões, mas infelizmente não tem tido resposta no Legislativo e continua sendo o Judiciário o único meio para a gente conseguir garantir algum direito. E aí, o GADVS basicamente faz isso, ele é um grupo de litigância estratégica de *advocacy* perante os tribunais e as outras ONGs acabaram criando um braço dentro delas de *advocacy*, de litigância estratégica para conseguir resultados mais palpáveis.[66]

A abertura que o Supremo Tribunal Federal concedeu a estas entidades a se tornarem *amicus curiae* e a impetrarem ações pode ser apontada como um dos fatores que impulsiona a litigância estratégica, a partir das afirmações do entrevistado. Uma vez que estes movimentos e ONGs começaram a aglutinar redes de litigância estratégica ou tenham criado seus próprios setores jurídicos, a atuação do STF favorável aos direitos LGBTI+ tendeu ao aumento da participação destes atores, que já não percebiam o Legislativo como o espaço político a ser disputado para conquistar direitos.

O ministro Edson Fachin reconhece que, para o STF decidir sobre os direitos LGBTI+, existem outras diversas decisões que abrem precedentes o reconhecimento do que está sendo litigado. Há um longo caminho dentro do próprio Judiciário brasileiro conforme apontado pelo ministro e por Maria Berenice Dias, quando relatou em entrevista sobre a constituição das sociedades de fato no lugar das uniões estáveis homoafetivas nas décadas anteriores ao julgamento do STF. E como bem Eloísa Almeida chamou a atenção sobre a lembrança apenas do STF quando se trata de direitos LGBTI+, o ministro Edson Fachin

> Um outro direito, assegurado parcialmente em um percurso moroso até a sua garantia integral, refere-se à união estável entre pessoas do mesmo gênero. Tem-se como ponto de partida a célebre decisão do Recurso Especial n° 148.897/MG, de relatoria do Ministro Ruy Rosado de Aguiar, pela qual o Superior Tribunal de Justiça, em fevereiro de 1998, por unanimidade, consagrou que a união entre pessoas homossexuais constituiria uma sociedade de fato a ensejar partilha de bem comum.
> Diante do contexto homotransfóbico brasileiro, a decisão da Corte Cidadã, na década de 90, foi deveras significante. Entretanto, como não houve o reconhecimento do vínculo afetivo consagrado nas uniões homoafetivas, mas apenas um elo de cunho econômico, o relacionamento homoafetivo foi colocado na seara do Direito Obrigacional, sem a guarida do Direito das Famílias e do Direito Sucessório. A ausência desse manto protetivo persistiu até maio de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo gênero, classificando-a, portanto, como uma entidade familiar.

A década dos direitos LGBTI+, compreendida aqui nesta dissertação entre os anos de 2011 e 2020, pelos julgamentos da união estável homoafetiva e da doação de sangue por

[66] Entrevista concedida ao autor. Data: 15 de agosto de 2024.

homens gays e bissexuais, não se findou nem para os movimentos LGBTI+ nem para os ministros do Supremo, conforme pode ser percebido pelo discurso de Edson Fachin em entrevista. O ministro faz uma avaliação das decisões mais recentes do tribunal em relação aos direitos LGBTI+ na educação e na saúde, além de evocar as vulnerabilidades socioeconômicas e de segurança pública que a população LGBTI+ brasileira enfrenta, para sinalizar que as decisões do tribunal quanto aos litígios desta população estarão sempre amparadas pela Constituição:

> Mais recentemente, no mês de junho de 2024, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, na ADI 5.668, a obrigação, por parte das escolas públicas e particulares, de coibir as discriminações por gênero, por identidade de gênero e por orientação sexual, coibindo também o *bullying* e as discriminações em geral de cunho machista (contra meninas cisgêneras e transgêneras) e homotransfóbicas (contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais). No mesmo mês, a decisão proferida na ADPF 787 assegurou o acesso de pessoas trans às políticas de saúde.
>
> Nos últimos treze anos, as pessoas LGBT+ adquiriram mais direitos. Nada obstante, tais avanços não podem ser considerados como ponto de chegada, mas sim como ponto de partida, tendo em vista que há íngremes desafios nas relações sociais contemporâneas, que são sobejamente homotransfóbicas. Afinal, o Brasil segue liderando o ranking mundial de países com o maior índice de violência contra a população LGBT+, mulheres transexuais e travestis ainda são retiradas de banheiros femininos, jovens LGBT+ são expulsos de suas casas e a prostituição continua sendo a principal fonte de sustento de mulheres transexuais e travestis. Diante dessa conjuntura, creio que o caminho ainda é longo e pedregoso, mas não impossível, para alcançar a concessão integral dos direitos à dignidade humana, à igualdade, à não-discriminação e ao desenvolvimento do próprio projeto de vida.
>
> A igualdade na liberdade ou a liberdade com igualdade, numa sociedade justa, livre e solidária, é uma construção contínua, diária, no canteiro de obras próprio da democracia, dos dissensos, do respeito à diferença, com respeito integral dos direitos com o adimplemento de deveres, cuja base está na maior instituição que guarda a vida aberta e plural: a Constituição da República.

Este discurso pode ser interpretado tanto quanto uma sinalização de apoio na defesa dos direitos LGBTI+ nesta década quanto um possível alerta aos demais atores políticos envolvidos nos julgamentos, tanto os passados como os próximos, de que estes direitos devem avançar e ser aprofundados, mas por outros caminhos para além do tribunal, uma vez que o STF não pode agir diretamente nos problemas apontados. Afinal, não tem sido apenas críticas contundentes que chegam aos ministros em relação aos julgamentos na pauta de direitos humanos, mas também diversos projetos de lei no Congresso que visam limitar a atuação do Supremo nesta matéria. Os usos políticos do tribunal não estão limitados nem quanto aos direitos LGBTI+ tampouco aos atores entrevistados para esta dissertação, mas também por demais partidos políticos, poderes e instituições do Estado. E o Supremo Tribunal Federal se insere enquanto ator e arena

política de disputa por direitos por meio da interação entre ministros e os litigantes de cada ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão de literatura sobre os conceitos de judicialização da política e de litigância estratégica, a pesquisa buscou os instrumentos jurídicos utilizados pelos requerentes que não fossem apenas ADI, conforme orientação de Ribeiro e Arguelhes (2019) bem como observou quem são os amici curiae e que papeis desempenharam nos julgamentos, a partir das reflexões de Almeida (2019). Desta forma, se ampliou o número de atores a serem investigados e ficou demonstrado que as estratégias não se limitam a quem litiga direitos no STF, mas também que estas são pensadas e mobilizadas entre os amici curiae e seus advogados.

A análise quantitativa evidenciou que os termos mais frequentes mobilizados nos acórdãos dos julgamentos dos direitos LGBTI+ estão em consonância com os discursos dos entrevistados em defesa do papel do STF em relação à população LGBTI+. O quadro de similaridade também demonstrou o quanto os textos dos acórdãos possuem discursos em comum, seja pelo eixo de proteção aos direitos fundamentais e direitos humanos seja pelos princípios da igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana, além da não-disciminação e reconhecimento de uma população diversa em identidades de gênero e orientações sexuais como minoria em direitos.

As entrevistas realizadas com 16 atores selecionados como relevantes para a compreensão do processo de reivindicação e conquistas dos direitos LGBTI+ entre 2011 e 2020 no Supremo Tribunal Federal apontam que a construção destas conquistas de direitos na década passada via Judiciário sempre perpassou atores extra e intra movimentos LGBTI+. Foram observadas estratégias diversas para a conquista de direitos LGBTI+ nos julgamentos: audiências com ministros, mapeamento de votos, conexão com instituições do Estado para impetrar ações ou mudar votos de ministros e um discurso de defesa do STF enquanto guardião dos direitos LGBTI+ por uma boa parcela dos entrevistados, enquanto uma minoria se atenta ao papel de legislador do tribunal – implícito ou fora de sua competência. A entrevista com o ministro Edson Fachin ainda revela sua percepção de que o Supremo não inova ao julgar os casos, mas recorre às medidas do Executivo, precedentes do STF e do STJ e normas internacionais para balizar suas decisões.

Se no primeiro julgamento, não havia uma percepção ampla da possibilidade de vitória pelos movimentos, o quadro muda quando o resultado unânime é declarado e

novas estratégias são pensadas e articuladas para a obtenção de novos direitos. Este uso político do tribunal por parte dos movimentos LGBTI+ tem sido caracterizado por uma relação mútua de benefícios: se por um lado, os movimentos LGBTI+ garantem direitos e visibilidade pela atuação como requerentes e *amici curiae* nas ações, por outro o STF é defendido enquanto instituição garantidora de direitos fundamentais e guardiã da Constituição. Apesar disso, os atores estão cientes de que é preciso uma articulação tão bem-sucedida no Legislativo quanto as que correram no Judiciário em torno dos direitos LGBTI+ até o momento.

Além disso, o discurso de parte dos atores, em especial dos advogados, apresenta cautela devido ao julgamento mais recente sobre o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero em que o tribunal decidiu não decidir. Ainda assim, devido ao histórico dos votos dos ministros do STF existe uma confiança na proteção dos direitos LGBTI+ por parte do Supremo. Deste modo, o Supremo Tribunal Federal se consolidou perante os atores identificados como um ator e ao mesmo tempo um espaço político crucial para a reivindicação e conquista de direitos devido à falta de confiança no Legislativo e na percepção de descontinuidades de políticas públicas do Executivo. O STF enquanto guardião constitucional ou legislador atípico se legitima e se justifica por estes papeis nas decisões favoráveis aos direitos LGBTI+. Porém, e quando não mais houver?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eloísa Machado de. Capacidades institucionais dos amici curiae no Supremo Tribunal Federal: acessibilidade, admissibilidade e influência. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 678-707, 2019.

ALONSO, Ângela. "Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução". In: ABDAL, Alexandre *et. al*.(org.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.

CAPPELLETTI, Mauro. Juízes legisladores? Porto Alegre: S. A. Fabris, 1993.

CARDINALI, Daniel Carvalho. **A judicialização dos direitos LGBT no STF**: limites, possibilidades e consequências. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CASTRO, Marcus Faro de. O Supremo Tribunal Federal e a judicialização da política. In: XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996, Caxambu-MG.

CARVALHO, Ernani Rodrigues de. Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, p. 115-126, nov. 2004.

COACCI, Thiago. **Do Homossexualismo à Homoafetividade: discursos judiciais sobre as homossexualidades no STJ e STF de 1989 a 2012**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

COSTA, Alexandre Araújo; BENVINDO, Juliano Zaiden. **A Quem Interessa o Controle Concentrado de Constitucionalidade?** O Descompasso entre Teoria e Prática na Defesa dos Direitos Fundamentais. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

DUARTE, Jorge. "Entrevista em profundidade". In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010.

DUTT-ROSS, Steven; CRUZ, Breno de P.A. Análise Quantitativa de Textos: Apresentação e Operacionalização da Técnica via Linguagem R no Twitter, **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 1, p. 188–222, Jan-abr 2021.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. Paris: Presses Universitaires France, 1994

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GARAPON, Antoine. O juiz e a democracia: o guardião de promessas. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia – entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

GRIMMER, Justin; STEWART, Brandon M. Text as data: the promise and pitfalls of automatic content analysis methods for political texts. **Political Analysis**, v. 21, n. 3, p. 267-297, 2013.

GRIMMER, Justin; STEWART, Brandon M.; ROBERTS, Margaret E. **Text as Data**: A New Framework for Machine Learning and the Social Sciences. Princeton: Princeton University Press, 2022.

IZUMI, Maurício; MOREIRA, Davi. O texto como dado: desafios e oportunidades para as ciências sociais. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 86, p. 138–174, 2018. Disponível em: https://bibanpocs.em nuvens.com.br/revista/article/view/455. Acesso em: 20 set. 2024.

LIMA, Márcia. "O uso da entrevista na pesquisa empírica". In: ABDAL, Alexandre *et. al*.(org.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.

LOSEKANN, Cristiana e BISSOLI, Luiza Duarte. Direito, mobilização social e mudança institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-24, 2017.

MADEIRA, Lígia Mori. STF como ator político no Brasil: o papel do tribunal no julgamento de ações de políticas sociais entre 2003 e 2013. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 57-95, set./dez. 2014.

MCCANN, Michael. "Introduction". In: **Rights at Work: Pay Equity Reform and the Politics of Legal Mobilization**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

OLIVEIRA, Lucy. Análise de texto automatizada e análise de conteúdo: abordagens combinadas e apontamentos sobre a produção latino-americana. In: ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE CIÊNCIAS POLÍTICAS (ALACIP), 2019. Monterrey, México. Anais.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. **Justiça, profissionalismo e política**: o STF e o controle da constitucionalidade das leis no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de. "Apresentação". In: OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). **Judicialização de políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

OSÓRIO, Leticia Marques. Litígio estratégico em direitos humanos: desafios e oportunidades para organizações litigantes. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 571-592, 2019.

PARANHOS, R. *et. al.* Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 42, mai/ago 2016, p. 384-411.

POGREBINSCHI, Thamy. **Judicialização ou Representação?** Política, Direito e Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIBEIRO, Leandro Molhano; ARGUELHES, Diego Werneck. Contextos da judicialização da política: novos elementos para um mapa teórico. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 15, n. 2, e1921, 2019.

ROCHA, Virgínia. Da teoria à análise: uma introdução ao uso de entrevistas individuais semiestruturadas na ciência política. **Política Hoje**, Recife, vol. 30, n. 1, pp. 197-251, 2021.

ROSENBERG, Gerald. "The dynamic and the constrained court". In: **The Hollow Hope: Can Courts Bring About Social Change?** Chicago: University of Chicago Press, 2008

SANTOS, K. DA S. *et. al*. O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, pp. 655–664, fev. 2020.

SILVA, Eduardo Moreira da; RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade; MARONA, Marjorie; MAGALHÃES, Lucas Fernandes de. Public hearings at the Brazilian Supreme Court: from strategic litigation to resolution. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 462-486, maio-ago. 2022.

SILVA, Jeferson Mariano. Depois da "judicialização": um mapa bibliográfico do Supremo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 30, p. 1-18, 2022.

SILVA, Glauco Peres da. Desafios ontológicos e epistemológicos para os métodos mistos na Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, pp. 115-129, 2015.

SILVEIRA, Davi. **Litígio estratégico e violação de direitos da população LGBTI+**: a luta por políticas públicas via intervenção jurisdicional. 2020. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Justiça Social) — Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2020.
SMALL, M.L. How to Conduct a Mixed Methods Study: Recent Trends in a Rapidly Growing Literature, **Annual Review of Sociology**, v. 37, pp. 57-86, 2011.

TATE, C. Neal. "Why the expansion of judicial power?". In: TATE, C. Neal e VALLINDER, Torbjörn (orgs). **The global expansion of judicial power**. New York: NYUP, pp. 27-37, 1995.

TEIXEIRA, Raniery Barra e BIROLI, Flávia. Contra o gênero: a "ideologia de gênero" na Câmara dos Deputados brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 38, s/v, p. 1 – 40, 2022.

VALLINDER, Torbjörn. The judicialization of politics – A World-Wide Phenomenon: Introduction. **International Political Science Review**, vol. 15, n. 2, pp. 91-99, 1994.

VERÍSSIMO, Marcos Paulo. A constituição de 1988, vinte anos depois: suprema corte e ativismo judicial à brasileira. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 407-440, jul./dez. 2008.

VIANNA, Luiz Werneck *et al*. "Introdução". In: **A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo Baumann; SALLES, Paula Martins. Dezessete anos de judicialização da política. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 7-47, 2007.

ZAPPELLINI, M.B.; FEUERSCHÜTTE, S.G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n,2, pp. 241-273, 2015.

APÊNDICE A: Roteiro para ministros do STF

Inicialmente, gostaria de agradecer a disponibilidade de Vossa Excelência Ministro [nome] em conceder esta entrevista para fins de elaboração de minha dissertação de mestrado. Sobre as perguntas, gostaria que V. Exa. as examinasse rememorando os julgamentos das [ações que contaram com a relatoria ou apenas voto]

Vossa Excelência está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada *Os Direitos LGBTI+ no STF (2011-2020)*, conduzida por Rodolfo Souza Tavares, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Meireles. Este estudo tem por objetivo compreender o processo de efetivação dos direitos da população LGBTI+ brasileira por meio dos julgamentos realizados no Supremo Tribunal Federal entre os anos de 2011 e 2020. A pesquisa será publicada sob o formato de dissertação de mestrado, a ser defendida no Programa de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ, e o pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada.

1. Como V. Exa. enxerga o papel do Supremo Tribunal Federal na efetivação dos direitos fundamentais das pessoas LGBTI+ no Brasil?
2. Sabemos que partidos, movimentos sociais e sociedade civil participaram das ações, ora como requerentes ora como *amici curiae*. V. Exa. pode comentar como enxerga a relação entre partidos políticos e movimentos sociais na formulação das ações que culminaram nos julgamentos e das petições de *amici curiae*?
3. E de que forma V. Exa. avalia a atuação e presença dos movimentos LGBTI+ e outros movimentos de defesa nos julgamentos?
4. Como se deu processo de elaboração do voto para as ações sobre os direitos LGBTI+ no Supremo Tribunal Federal, entre leituras da doutrina, de acadêmicos das Ciências Sociais e os contatos com os movimentos?
5. Na sua avaliação, quem foi ou foram as pessoas, dentre ministros, advogados e representantes de movimento social, determinantes para que o STF julgasse procedente a ação?
6. Como V. Exa. avalia a década de conquistas de direitos LGBTI+ no Brasil?

APÊNDICE B: Roteiro para advogados

1. Me fale um pouco de você, da sua trajetória e por quê escolheu advogar.
2. Você pode me falar um pouco sobre a sua experiência advogando para o(a) [nome do movimento social ou associação]? Como isso começou? Você tinha afinidade antes por meio de alguém ou era membro de um partido político?
3. Sabemos que partidos, movimentos sociais e sociedade civil participaram da ação. Você, que atuou em nome do(a) [nome do movimento social ou associação], pode me contar como foi feita a formulação do processo entre estes grupos? Em particular, como você vê a relação entre partidos políticos e movimentos sociais na formulação do processo?
4. Me fale um pouco sobre o processo de tornar o(a) [nome do movimento social ou associação] um amicus curiae no julgamento. [pergunta exclusiva para os amici curiae]
5. Como foi a experiência de realizar uma sustentação oral no Supremo Tribunal Federal?
6. Na sua avaliação, quem foi ou foram as pessoas, dentre ministros e representantes de movimento social, determinantes para que o STF julgasse procedente a ação?
7. Como o(a) senhor(a) enxerga o papel do Supremo Tribunal Federal na efetivação dos direitos fundamentais das pessoas LGBTI+ no Brasil?
8. Como o(a) senhor(a) avalia a década de conquistas de direitos LGBTI+ no Brasil?

APÊNDICE C: Roteiro para representantes de Movimentos LGBTI+

1. Me fale um pouco de você, da sua trajetória e por quê escolheu atuar em movimento social.
2. Você pode me falar um pouco sobre a sua experiência de atuação no(a) [nome do movimento social ou associação]? Como isso começou? Você tinha afinidade antes por meio de alguém ou era membro de um partido político?
3. Sabemos que partidos, movimentos sociais e sociedade civil participaram da ação. Você, que era presidente/vice-presidente/secretário-geral do(a) [nome do movimento social ou associação], pode me contar como foi feita a formulação do processo entre estes grupos? Em particular, como você vê a relação entre partidos políticos e movimentos sociais na formulação do processo?
4. Me fale um pouco sobre o processo de tornar o(a) [nome do movimento social ou associação] um amicus curiae no julgamento. [pergunta exclusiva para os amici curiae]
5. Como foi a experiência de assistir a um julgamento no Supremo Tribunal Federal?
6. Na sua avaliação, quem foi ou foram as pessoas, dentre ministros, advogados e representantes de movimento social, determinantes para que o STF julgasse procedente a ação?
7. Como você enxerga o papel do Supremo Tribunal Federal na efetivação dos direitos fundamentais das pessoas LGBTI+ no Brasil?
8. Como o você avalia a década de conquistas de direitos LGBTI+ no Brasil?

APÊNDICE D: Roteiro para governador do Rio de Janeiro

1. O senhor pode contar um pouco da sua relação com os movimentos LGBT no seu primeiro governo?
2. Como surgiu a ideia de levar a união estável para o STF? Houve alguma interlocução entre a Superintendência de Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da SDH, o Conselho Estadual LGBT e movimentos sociais ou foi uma movimentação apenas via PGE-RJ?
3. Soube por um dos entrevistados que um dos idealizadores foi o Dr. Régis Fichtner já durante a pré-campanha. O senhor poderia comentar esta informação?
4. Como foi esta recepção da pauta da união estável pela PGE-RJ?
5. E quanto à escolha do atual ministro Barroso para representar o governo do estado do RJ?
6. O senhor chegou a ter alguma audiência com algum ministro do STF antes do julgamento?
7. Como a senhora enxerga o papel do Supremo Tribunal Federal na efetivação dos direitos fundamentais das pessoas LGBTI+ no Brasil?
8. Na sua avaliação, quem foi ou foram as pessoas, dentre ministros, advogados e representantes de movimento social, determinantes para que o STF julgasse procedente a ação?
9. Como o senhor avalia a década de conquistas de direitos LGBTI+ no Brasil?

APÊNDICE E: Roteiro para procuradora-geral do Rio De Janeiro

1. A senhora pode me contar um pouco da sua trajetória na PGE e como procuradora-geral do Estado?
2. Como surgiu a ideia de levar a união estável para o STF? Houve alguma interlocução entre a Superintendência de Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da SDH, o Conselho Estadual LGBT e movimentos sociais ou foi uma movimentação apenas via PGE-RJ?
3. Soube por um dos entrevistados que um dos idealizadores foi o Dr. Régis Fichtner já durante a pré-campanha. A senhora poderia comentar esta informação?
4. Como foi essa recepção da pauta da união estável pela PGE-RJ?
5. E quanto à escolha do atual ministro Barroso para representar o governo do estado do RJ?
6. A senhora chegou a ter alguma audiência com algum ministro do STF antes do julgamento?
7. Como a senhora enxerga o papel do Supremo Tribunal Federal na efetivação dos direitos fundamentais das pessoas LGBTI+ no Brasil?
8. Na sua avaliação, quem foi ou foram as pessoas, dentre ministros, advogados e representantes de movimento social, determinantes para que o STF julgasse procedente a ação?
9. Como a senhora avalia a década de conquistas de direitos LGBTI+ no Brasil?